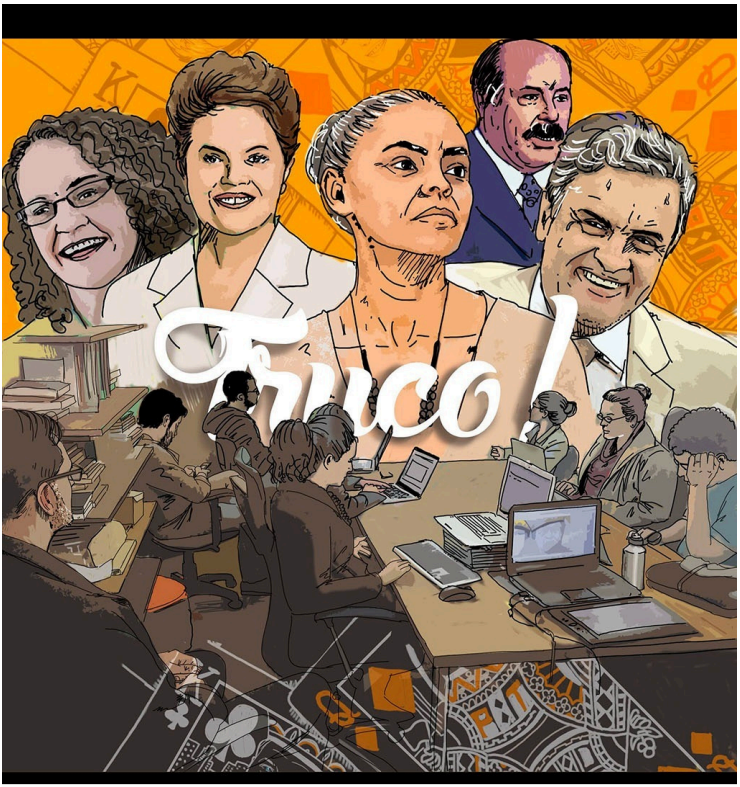


O que os presidenciáveis disseram – e esconderam – na campanha de TV do 1º turno

Publica

AGÊNCIA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO

TRUCO!

O que os presidenciáveis disseram – e esconderam –
na campanha de TV do 1º turno

Coordenação: Marina Amaral e Natalia Viana
Organização: Maurício Moraes

Equipe de checagem: Andrea Dip, Bruno Fonseca, Ciro Barros, Giulia Afiune, Jessica Mota, Luciano Onça, Marina Amaral, Marina Dias, Marcelo Grava, Maurício Moraes e Natalia Viana

Capa: Alexandre De Maio

Pública
Agência de Jornalismo Investigativo
Rua Vitorino Carmilo, 453 - Casa 2
Barra Funda. São Paulo, SP
CEP: 01153-000

Telefone: 55 11 3661.3887
Email: contato.publica@gmail.com

www.apublica.org

1ª edição, outubro de 2014

Sumário

Apresentação

Aécio Neves
- Truco, Aécio!
- Blefe, Aécio!
- Não é bem assim, Aécio!
- Tá certo, mas peraí, Aécio!
- Que medo, Aécio!
- Lá no norte de Minas Gerais
- Principais promessas de Aécio

Dilma Rousseff
- Truco, Dilma!
- Blefe, Dilma!
- Não é bem assim, Dilma!
- Tá certo, mas peraí, Dilma!
- Que medo, Dilma!
- Cala-boca em Belo Monte
- Principais promessas de Dilma

Marina Silva
- Truco, Marina!
- Blefe, Marina!

Não é bem assim, Marina!
Tá certo, mas peraí, Marina!
Esperança perdida
Principais promessas de Marina

Eduardo Jorge
Truco, Eduardo!
Blefe, Eduardo!
Zap, Eduardo!
Principais promessas de Eduardo

José Maria Eymael
Truco, Eymael!
Principais promessas

Levy Fidelix
Blefe, Levy!
Principais promessas de Levy

Luciana Genro
Truco, Luciana!
Zap, Luciana!
Principais promessas de Luciana

Mauro Iasi
Truco, Mauro!

Pastor Everaldo
- Truco, Pastor!
- Não é bem assim, Pastor!
- Principais promessas do Pastor

Rui Costa Pimenta
- Não é bem assim, Rui!
- Principais promessas de Rui

Zé Maria
- Truco, Zé Maria!
- Não é bem assim, Zé!
- Zap, Zé!
- Principais promessas do Zé

Apresentação

O horário eleitoral gratuito na TV é uma das peças mais importantes da disputa pela presidência. Mas até que ponto o que os candidatos dizem na propaganda é verdadeiro? O contexto correto muda a informação? Ou o que o candidato diz é simplesmente falso? No Truco!, checamos os dados mais relevantes apresentados pelos presidenciáveis na campanha do 1º turno, durante os programas de TV exibidos na terça, na quinta e no sábado.

Em alguns casos, pedimos o **Truco!**, ou seja, fizemos um desafio público às campanhas para que explicassem promessas ou dados importantes aparentemente insustentáveis. Cada checagem foi classificada com uma carta, de acordo com o resultado da nossa apuração: **Blefe!**, para uma informação falsa; **Não é bem assim!**, para uma informação exagerada, distorcida ou discutível; **Tá certo, mas peraí!**, para uma informação correta, mas que merece ser contextualizada; e **Zap!**, para uma informação correta e relevante. Quando achamos as propostas perigosas para a democracia e os direitos humanos, carimbamos um **Que medo!** e explicamos o porquê.

Produzimos ainda três grandes reportagens, tendo como foco a população negativamente afetada por ações, projetos e propostas dos três candidatos mais bem colocados nas pesquisas: Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (PSB). Na reta final da campanha, convidamos leitores para que fizessem perguntas, por meio do **Truco Popular**. As mais votadas foram encaminhadas para que os candidatos respondessem.

Ao verificar esses dados, nosso objetivo é melhorar a qualidade do debate e estimular os eleitores a questionar o discurso dos presidenciáveis.

Aécio Neves
(PSDB)

Truco, Aécio!

"39 ministérios? Cortar pela metade." – Aécio Neves, em 21/08

Perguntamos à campanha:

- Quais ministérios serão extintos?

- Como será a redistribuição das verbas para os remanescentes?

- Quais novos ministérios serão criados?

- Em quanto tempo o candidato pretende concluir essa reforma ministerial?

No dia 23/08, por telefone, a assessoria do candidato informou que ainda não havia previsão de resposta. Até o fechamento deste livro, não houve retorno.

"[Aécio] vai criar o programa Polícia na Rua, colocando de volta às ruas 50 mil policiais ao prover recursos para que os governos estaduais contratem funcionários para fazer o trabalho burocrático hoje feito por policiais." – campanha de Aécio Neves, em 06/09

Perguntamos à campanha:

- Sendo a segurança pública atribuição estadual, como será garantida a adesão dos

estados ao programa?

- Qual será o custo anual para que o governo federal financie a contratação de 50 mil funcionários pelos estados? De onde serão retirados esses recursos?

O candidato não respondeu até o fechamento deste livro.

Blefe, Aécio!

"Os empregos começam a desaparecer." – Aécio Neves, em 19/08

Ao contrário do que o candidato Aécio Neves (PSDB) afirmou em seu programa eleitoral, os empregos não estão desaparecendo no país.

Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), a taxa de desemprego total em 2013 foi de 10,3%, ante 10,4%, em 2012, e 10,3%, em 2011. Ou seja, não houve oscilação significativa nos números de desemprego do Brasil.

O que há, de fato, é queda na geração de novos empregos. No primeiro semestre de 2011, primeiro ano do mandato da presidente Dilma Rousseff (PT), foram gerados 1,4 milhão de postos de trabalho enquanto apenas 588,6 mil vagas foram criadas no mesmo período de 2014. Os dados são do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho e Emprego.

"[O Brasil precisa] da experiência adquirida em dois mandatos como governador de Minas Gerais, onde levamos meu estado a ter a melhor educação do Brasil." – Aécio Neves, em 04/09

O candidato já havia dito em programa anterior que durante sua gestão Minas Gerais chegou a ter a melhor educação fundamental do país. E já era uma inverdade.

Aécio governou Minas Gerais de 2002 a 2010. Nos anos em que houve ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – em 2009 e 2011 – Minas Gerais ficou em primeiro apenas na primeira fase do ensino fundamental, que vai até até o 5º ano/4ª série, com notas 5,8 e 6,0, respectivamente.

Na segunda fase, até o 9º ano/8ª série, que engloba alunos que passaram por todo o ensino fundamental, Minas ficou atrás. Em 2009, teve nota 4,1, depois de São Paulo (4,3), Mato Grosso (4,2) e Santa Catarina (4,2), e empatado com Acre e Paraná. Em 2011, ocupou a segunda posição (nota 4,4), atrás de Santa Catarina (4,7).

Agora Aécio expandiu ainda mais a afirmação, dizendo que Minas chegou a ter "a melhor educação do país". Mas se considerarmos também o ensino médio, o estado também não chegou à liderança.

Na avaliação dos alunos do 3º ano do Ensino Médio pelo Ideb, em 2009 Minas Gerais ficou com nota 3,9, inferior a Paraná (4,2) e Santa Catarina (4,1). Em 2011 Minas Gerais manteve a mesma nota e ficou atrás de Santa Catarina (4,3), São Paulo (4,1) e Paraná (4).

"[Está aí a candidatura governista] que fracassou. Fracassou na melhoria dos nossos indicadores sociais." – Aécio Neves, em 04/09

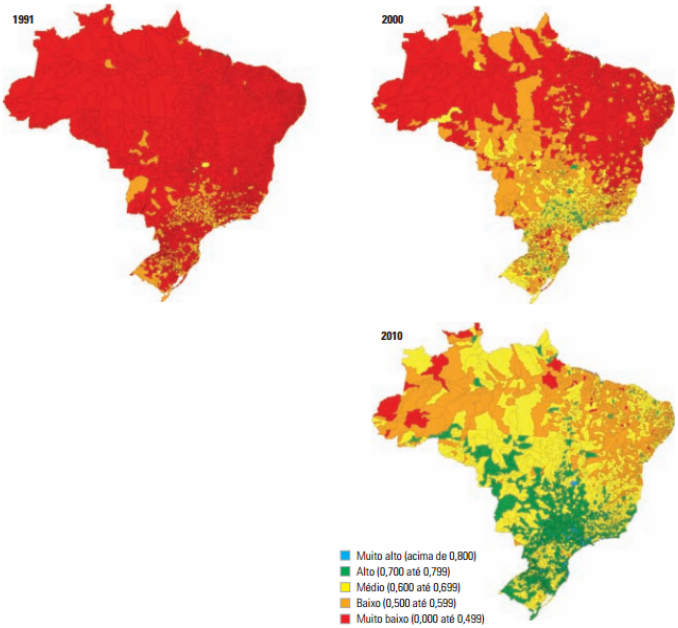
Ao contrário do que diz o candidato, os indicadores sociais brasileiros melhoraram nos últimos anos.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) aponta que desde 2011, o IDH brasileiro cresceu de 0,740 para 0,742 em 2012, até chegar a 0,744, referente a 2013. De 2000 a 2013, o Brasil apresentou uma média de crescimento anual do IDH de 0,67%. O IDH avalia três dimensões sociais: longevidade, educação e renda.

O Brasil hoje tem um IDH de 0,744 e ocupa o 79º lugar no ranking dos 187 países reconhecidos pelas Organizações das Nações Unidas (ONU). É um dos 52 países com alto índice de desenvolvimento humano, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 — acima, estão os 49 países com índice muito alto de desenvolvimento humano.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (desenvolvido pelo PNUD Brasil, pelo IPEA e pela Fundação João Pinheiro a partir do Censo Demográfico de 2010), os índices de IDHM das cidades brasileiras (o IDH calculado para os municípios, com metodologia específica) só cresceram entre 2001 a 2010, em toda as categorias analisadas: longevidade, esperança de vida ao

nascer, escolaridade da população adulta, fluxo escolar da população jovem e renda mensal per capita. Em 2000, o IDHM calculado era 0,612. Em 2010, foi de 0,727. Veja a evolução do IDHM nos mapas abaixo:



"[Aécio] implantou 529 novos leitos de UTI Neonatal [em Minas Gerais]." – campanha de Aécio Neves, em 16/09

Aécio Neves não implantou 529 leitos de UTI

neonatal.

Quando Aécio tomou posse como governador de Minas Gerais, o estado já tinha 224 leitos do tipo. Entre 2003 e 2013, os leitos foram ampliados em 136%, chegando a 529, segundo balanço publicado pela Secretaria de Saúde do Estado. Assim, segundo dados da Secretaria, a informação real é que foram criados 305 leitos ao longo das duas gestões de Aécio (2003-2010) e dos 3 primeiros anos da gestão do seu sucessor, Antônio Anastasia. A informação é confirmada até mesmo por um site de apoiadores do candidato.

Não é bem assim, Aécio!

"Problemas que já tinham sido superados estão agora voltando. A inflação já está aí de novo, batendo na sua porta, entrando na sua casa." – Aécio Neves, em 19/08

A inflação tem se mantido dentro da meta definida pelo Banco Central desde 2004, levando-se em conta o intervalo de tolerância de 2 pontos porcentuais para mais ou para menos aceito pela instituição.

Desde 2005, o teto máximo definido anualmente está fixado em 6,5%.

Na média dos três primeiros anos do governo Dilma Rousseff (2011-2013), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 6,08%, a segunda menor taxa registrada em cinco mandatos presidenciais. No primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), a média foi de 6,43% e, no segundo (2007-2010), de 5,15%. No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), ficou em 9,71%, e, no segundo mandato (1999-2002), em 8,78%.

"Na economia, o Brasil parou de crescer." – Aécio Neves, em 19/08

Ainda é cedo para afirmar que a economia brasileira parou de crescer este ano.

Até o momento não houve retração, nem mesmo estagnação no crescimento do PIB. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano passado o PIB cresceu 2,5% em relação ao ano anterior. E, no primeiro trimestre de 2014 o crescimento foi 1,9%, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Se comparado com o trimestre anterior, porém a alta foi só de 0,2%.

Os números do segundo trimestre têm sido mantidos a 7 chaves pelo IBGE que só vai divulgá-los no dia 29 deste mês, mas as previsões são, de fato, negativas. Nesta semana, o Banco Central divulgou o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), que registrou uma retração de 1,3% no segundo trimestre. Ou seja, para o BC, houve, pior que estagnação, retração.

As previsões de crescimento anual também têm sido revistas repetidamente. O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu 5 vezes a previsão para o Brasil. Ainda assim, a estimativa é que o PIB cresça 1,3% neste ano (em abril, a previsão era de 1,9%). O próprio governo federal também reduziu a previsão de crescimento do PIB: antes, o governo previa um aumento de 2,5% em, relação a 2013, e agora prevê 1,8%.

"[Aécio] terminou o seu segundo mandato com mais de 92% de aprovação." – Aécio Neves, em 21/08

Para afirmar que houve 92% de aprovação, o programa de Aécio Neves somou o porcentual dos eleitores que consideraram seu governo regular ao porcentual dos que o avaliaram como ótimo/bom – o que é enganoso.

De acordo com a pesquisa Vox Populi divulgada em 28 de março de 2010, 76% dos entrevistados consideraram o governo de Aécio em Minas Gerais como ótimo/bom, enquanto 16% disseram que foi regular, 6% avaliaram como ruim/péssimo e 2% não souberam responder. Não é correto adicionar "regular" a "ótimo/bom" nem a "ruim/péssimo", porque as pessoas com esse posicionamento acreditam que o desempenho teve tanto pontos positivos como negativos. O "regular", portanto, tende à neutralidade.

Além disso, a margem de erro do levantamento, que ouviu 800 pessoas, foi de 3,5 pontos porcentuais, para mais ou para menos. Logo, a taxa de aprovação, de 76%, pode ser menor, de 72,5%, ou maior, chegando a no máximo 79,5%.

Alguns meses antes da pesquisa do Vox Populi, o Datafolha fez um ranking de popularidade com dez governadores que chegou a números parecidos. A pesquisa, publicada em 25 de dezembro de 2009, mostrou Aécio em primeiro lugar, com 73% de ótimo/bom, 19% de regular e 6% de péssimo/ruim.

"Segundo o governo federal, as crianças de Minas Gerais têm a melhor educação fundamental do Brasil." – Aécio Neves, em 21/08

Ao contrário do que afirmou a campanha de Aécio Neves, Minas Gerais só teve o melhor resultado do país entre os alunos da primeira fase do ensino fundamental (até o 5º ano/4ª série).

Dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2009 e 2011 mostram que as notas da rede estadual para esses primeiros anos foram 5,8 e 6,0, respectivamente. Assim, no ranking geral, Minas Gerais ficou em primeiro lugar apenas nessa categoria.

Na fase seguinte (até o 9º ano/8ª série), que engloba alunos que passaram por todo o ensino fundamental, outros estados se saíram melhor quando observada a rede estadual. Em 2009, Minas Gerais ficou com nota 4,1, atrás de São Paulo (4,3), Mato Grosso (4,2) e Santa Catarina (4,2), e empatado com Acre e Paraná. Em 2011, ocupou a segunda posição (nota 4,4), atrás de Santa Catarina (4,7).

Aécio governou de janeiro de 2002 ao início de 2010.

O cálculo do Ideb é feito por meio de uma fórmula, que tem como base somente o aprendizado de português e matemática (verificado pela Prova Brasil) e o fluxo escolar (taxa de aprovação).

"A ONU recomendou oficialmente que as ideias inovadoras de Aécio fossem adotadas em outros países do mundo." – campanha de Aécio Neves, no programa eleitoral da tarde, em 23/08

O programa "Fica Vivo" foi de fato recomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para ser aplicado em outros países. Porém, não foi uma ideia do candidato.

A iniciativa foi criada pelo Centro de Estudos sobre Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2002 – antes, portanto, de 2003, quando Aécio assumiu como governador. A explicação está no Relatório Regional de Desenvolvimento Humano 2013-2014 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que cita ainda outros quatro projetos (na Colômbia, na República Dominicana, no México e em El Salvador) como exemplos de boas práticas em segurança pública.

O programa surgiu para tentar reduzir o número de homicídios entre jovens em regiões com altos índices de criminalidade de Belo Horizonte."[O Fica Vivo] foi impulsionado e liderado pela universidade, em associação com as polícias militares e civis, a prefeitura de Belo Horizonte, associações empresariais e sociedade civil. (...) O governador de Minas Gerais, Aécio Neves,

impulsionou o projeto como uma política pública de seu governo a partir de 2003", diz o texto do documento, na página 185.

Embora o programa de TV tenha dito que a ONU recomendou várias ideias de Aécio, não encontramos dados que que comprovassem isso. Questionada pela Pública, a assessoria de imprensa da campanha não informou quais seriam os outros projetos até a publicação da nossa checagem. Enviou apenas o link para a página do site do candidato, que cita somente o "Fica Vivo".

"A gente conseguiu diminuir pela metade a evasão escolar, a saída das pessoas das escolas, nessas regiões [atendidas pelo Poupança Jovem]." – Aécio Neves, em 26/08

Apenas dois municípios mineiros entre os nove atendidos pelo Poupança Jovem cortaram pela metade o abandono escolar em todas as séries do Ensino Médio público durante o governo de Aécio Neves: Esmeraldas, na região Metropolitana de Belo Horizonte, e Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri.

Os dados são das Taxas de Rendimento do Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – os mesmos utilizados pela Secretaria de Educação de Minas Gerais segundo informou o órgão à **Pública**.

Além disso, nem mesmo Esmeraldas, que

alcançou os melhores índices entre 2007 e 2010, conseguiu manter as boas marcas nos anos seguintes. No comparativo de 2007 a 2012, último ano disponível das Taxas de Rendimento do Inep (os dados de 2013 serão divulgados em breve), o abandono escolar em Esmeraldas aumentou mais de 15% na 1ª série do Ensino Médio. A maior queda se deu no 3º ano do Ensino Médio – 38% –, mas a redução foi menor do que a registrada até 2010, e no 2º ano foi de apenas 5%.

É importante ressaltar que em todos os nove municípios (no total, o estado tem 853 municípios) atendidos pelo Poupança Jovem houve diminuição no abandono escolar durante o governo de Aécio Neves. Também houve casos de redução do abandono pela metade, mas em uma determinada série, não no curso inteiro. Pouso Alegre, por exemplo, reduziu o abandono em 58% no 2º do ensino médio, mas no 1º ano a taxa foi de apenas 26%. A base de dados do Inep pode ser acessada aqui: http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais.

Desde 2007, ano que marcou o primeiro ano de funcionamento do Poupança Jovem, o Inep alterou a sua metodologia e deixou de utilizar o termo evasão escolar (quando um aluno sai da escola e não se matricula no ano seguinte) e passou a usar o abandono (quando o aluno deixa a escola e não completa um ano em que estava matriculado, independente do que virá a acontecer no próximo ano).

O jornal *Folha de S. Paulo* também realizou uma

reportagem sobre o Poupança Jovem destacando que apenas 1% dos municípios mineiros são atendidos pelo programa e que há ocorrências de atrasos no pagamento aos estudantes.

"Com Aécio no governo, Minas foi o estado que mais investiu em segurança (13,9%, investimento proporcional ao orçamento – 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública)." – campanha de Aécio Neves, em 09/09

Diferentemente do que disse a campanha, nem sempre Minas Gerais foi o estado que mais investiu em segurança no país, proporcionalmente ao orçamento, quando Aécio Neves era governador. Isso ocorreu em quatro anos.

Os dados dos sete anuários produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública cobrem seis (2005 a 2010) dos oito anos do governo de Aécio Neves (2003 a 2010). Como a entidade surgiu em 2006 e o primeiro anuário saiu em 2007, não houve levantamentos para 2003 e 2004.

Minas Gerais liderou os gastos em segurança em 2005 (13,1%), 2006 (13,5%), 2007 (13,2) e 2010 (13,4%).

Em 2008, contudo, ficou em terceiro lugar (12,6%), atrás de Alagoas (13,6%) e Rondônia (13%). Em 2009, ficou na segunda posição (14%), atrás de Alagoas (14,2%).

As despesas classificadas pelos estados na função “segurança pública”, que serviram de base para o cálculo dos porcentuais acima, incluem gastos com aposentados e inativos. No artigo “Quando muito é pouco!” – incluído no 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, usado como fonte pela campanha de Aécio –, o coordenador do documento, Renato Sérgio de Lima, calcula que, em média, 37% do total informado vai para a previdência e seguridade social. Ou seja, quase a metade do dinheiro não vai para atividades como “policiamento” ou “informação e inteligência”.

Já o número exibido pela campanha em um infográfico não corresponde a nenhum dos anos de Aécio no governo de Minas Gerais. O investimento de 13,9%, que consta no 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, foi feito em 2012, quando Aécio ocupava o cargo de senador.

Fontes:

Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2ª edição

Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 7ª edição

“Vamos reformar o código penal para terminar com essa história de bandido entrar na cadeia por uma porta e, no dia seguinte, sair pela outra, sem pagar pelo que fez.” – Aécio Neves, no programa

da tarde, em 13/09

A frase do candidato é genérica e reforça preconceitos sobre a realidade do encarceramento do Brasil. Não é verdade que os presos saem rapidamente.

Ao contrário: grande parte dos que são presos ficam na cadeia durante muito tempo, sob prisão provisória, até serem julgados. Os altos índices de encarceramento provisório no Brasil – ou seja, de pessoas presas sem ainda ter a conclusão de inquéritos e julgamentos – são duramente criticados por Ministros do Supremo, organizações nacionais e internacionais.

Em outubro de 2012, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estimou que os detentos em situação de prisão provisória representavam 40% da população carcerária brasileira.

A tendência de encarceramento sem julgamento é, ainda, crescente. Em 2002, o total de presos no sistema prisional e nas delegacias de polícia, de acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), subordinado ao Ministério da Justiça, era de 239.345. Destas, 33,5% (80.235) eram prisões provisórias. Em 2012 (último levantamento disponível do InfoPen), o número total de presos era de 548.003, representando um aumento de 129%. As prisões provisórias totalizavam 195.036, um aumento de 143% em relação a 2002.

O Brasil ocupa o quarto lugar do ranking de maiores populações carcerárias, atrás apenas dos

Estados Unidos, China e Rússia.

A prisão provisória pode se dar por flagrante, pode ser preventiva ou temporária. De acordo com o Instituto Sou da Paz, "toda prisão em flagrante deve ser analisada pelo juiz, que pode relaxar a prisão em caso de ilegalidade, convertê-la em prisão preventiva ou possibilitar que o acusado responda ao processo em liberdade". Não há limite de duração para os casos de prisão preventiva. No caso das prisões temporárias, podem ser aplicados cinco dias, prorrogados por mais cinco, ou 30 dias prorrogáveis por mais 30 nos casos de crimes hediondos e tráfico.

"Os mutirões carcerários coordenados pelo CNJ demonstraram que a falência do sistema prisional não pode ser dissociada das sérias deficiências do sistema de justiça criminal. A par dos inúmeros casos de prisões provisórias com prazo alongado, sem conclusão da instrução e sem sentença de primeiro grau, dois exemplos parecem ilustrar o quadro de abuso eloquente: no Espírito Santo encontrou-se acusado preso provisoriamente há 11 anos; no Ceará, verificou-se um quadro ainda mais grave, uma pessoa presa há mais de 14 anos em caráter provisório", afirmou o ministro do STF, Gilmar Mendes, em artigo publicado no portal Consultor Jurídico em 2013.

O Brasil tem sido criticado por organizações internacionais pelo aumento de prisões provisórias. Publicado em julho deste ano, o relatório do Grupo de Trabalho da ONU sobre prisão arbitrária acusa o país de adotar o encarceramento como regra, e não

exceção. Em nota, a ONU afirmou que na prática "o acesso à justiça para pessoas presas e detidas é severamente deficiente em vários aspectos", lembrando que a privação de liberdade é considerada arbitrária se o direito a julgamento for violado.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA também fez críticas ao aumento de prisões provisórias no Brasil, ao lançar em setembro deste ano o relatório sobre uso da prisão preventiva nas Américas (baixe aqui). "O relatório mostra que, infelizmente, nestes países, a prisão preventiva é usada de forma excessiva, o que acaba só aumentando a população carcerária e levando a situações críticas e indignas", afirmou o relator da Comissão, James Cavallaro no lançamento do relatório.

Para tentar diminuir as prisões provisórias e arbitrárias, desde 2011 o Brasil possui a Lei de Medidas Cautelares (12.403/11). A lei prevê medidas alternativas para presos provisórios, mas quase nunca é utilizada. Em fevereiro deste ano, o presidente interino do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, apresentou um projeto ao Ministério da Justiça para que os juízes tivessem que explicar porque decidiram pela prisão preventiva em vez das medidas cautelares previstas em lei. "Hoje, a pessoa, via de regra, é presa sem que haja uma análise mais detida da situação dela. O objetivo dessa proposta, que é até singela, é mudar essa cultura", afirmou o ministro em entrevista ao jornal O Globo.

"Este governo atual não deu um centavo de aumento para os aposentados." – João Inocentini, presidente licenciado do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical, na campanha de Aécio Neves, em 20/09

Ao contrário do que disse o sindicalista, a maior parte dos aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) recebeu reajustes acima da inflação durante o governo de Dilma Rousseff.

O governo federal estabelece todos os anos um reajuste fixo para as pensões do INSS. Foram 6,08% em 2012, 6,20% em 2013 e 5,56% em 2014. Nas três ocasiões, o porcentual seguiu o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), o que significa que não houve aumento acima da inflação. Esses reajustes foram aplicados para todos os aposentados que ganham acima do piso da previdência, que é de um salário mínimo. Mas apenas 10 milhões de pensionistas, ou 28,4% do total, estavam nessa situação em 2013, de acordo com levantamento da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social (Anasps). A frase do sindicalista estaria correta apenas para esse grupo.

A maioria dos aposentados pelo INSS recebe apenas o piso, que não pode ser inferior a um salário mínimo. Segundo a Anasps, são 21,5 milhões

de pessoas, ou 71,6% do total. Para esse grupo, os reajustes foram superiores à inflação, porque o salário mínimo recebeu correções mais altas do que as distribuídas para as demais pensões: 14,1% em 2012, 9% em 2013 e 6,8% em 2014.

Tá certo, mas peraí, Aécio!

"Em Minas eu priorizei educação. Nós estabelecemos metas e premiamos o esforço de quem trabalhava bem. O aluno aprendeu mais, atingiu as metas, todos, professores, servidores, todos envolvidos naquela ação recebem um salário a mais no final do ano." – Aécio Neves, em 11/09

De fato, em 2004, segundo ano do seu governo, Aécio Neves implantou o programa Acordo de Resultados, que paga bônus para servidores públicos que alcancem metas. Entretanto, na Educação, o primeiro pagamento só saiu em 2008. E mais: durante o governo de Aécio, e mesmo do seu sucessor, Antônio Anastasia – também do PSDB – os professores da rede estadual questionaram diversas vezes a remuneração da categoria.

A principal reivindicação dos educadores era o cumprimento do piso salarial, sancionado em 2008 pela Lei Federal do Piso Salarial da Educação. Em 2010, após rodadas de negociação sem sucesso com Aécio, os professores iniciaram uma greve apenas oito dias após o governador deixar o cargo em busca da candidatura de senador. Na época, a Secretaria Estadual de Educação afirmou que o menor valor pago aos professores era de R$ 935.

O sindicato (Sindute-MG) questionava essa quantia, dizendo que se ratava do piso de 2008, sem nenhum reajuste. Os educadores pediam o

valor reajustado, que era de R$ 1.312. Eles também exigiam que os benefícios não fossem incluídos no cálculo do piso salarial – o que o governo fazia. A greve durou 47 dias.

As reivindicações dos professores se mantiveram com Anastasia. Em junho de 2011, novamente entraram em greve por reajuste salarial. A paralisação durou quase quatro meses – uma das maiores da história de Minas – e culminou em um confronto com a Polícia Militar em frente ao Palácio da Liberdade, onde estavam reunidos o então governador e o ex, Aécio Neves, em uma solenidade de inauguração de um cronômetro para a Copa do Mundo a portas fechadas. Os manifestantes foram dispersados pela polícia com balas de borracha e gás lacrimogêneo.

Após a greve de 2011 o governo mineiro aprovou a Lei 19.837, que estabeleceu um subsídio a partir do ano seguinte para elevar o salário dos professores. Entretanto, a legislação é questionada pelo sindicato em diversos pontos; dentre eles, por ter congelado até 2016 benefícios como progressões e promoções (Art. 19).

Segundo reportagem do UOL, atualmente Minas Gerais está na 19ª posição de salários médios de professores da rede estadual, atrás de todos os estados do sudeste.

Pagamentos do Acordo de Resultados

Procurada pela Agência Pública, a Secretaria de Educação de Minas respondeu que os servidores recebem o "Prêmio por Produtividade" quando cumprem as metas anuais em suas respectivas

equipes de trabalho. Na Educação, por exemplo, cada escola pode ter um valor de prêmio diferente de acordo com o seu respectivo desempenho. A tabela abaixo, enviada pela secretaria, mostra o número de pagamentos realizados. O valor não significa número de professores beneficiados, mas pagamentos, já que o mesmo professor pode receber mais de uma vez por ter mais de um cargo na educação.

Ano	Nº de prêmios pagos
2008	206.394
2009	202.047
2010	242.439
2011	248.430
2012	239.905

Que medo, Aécio!

"Aécio é a favor de diminuir a maioridade penal em casos de reincidência e crimes hediondos." – campanha de Aécio Neves, em 04/09

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que menores de idade não são impunes perante a Lei.

De acordo com o código penal, menores de 18 anos são inimputáveis, ou seja, sem maturidade suficiente para compreender o que é ilegal e agir conforme esse entendimento. Entretanto, isso não os isenta de responder por crimes: adolescentes (acima de 12 anos e menores de 18) respondem por atos ilícitos cumprindo medidas socioeducativas, como está previsto no ECA.

São seis medidas socioeducativas para adolescentes previstas no ECA: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e a mais grave, internação. Ela é justamente aplicada em casos de grave ameaça ou violência, ou de prática reiterada de infrações graves. Um adolescente pode ficar internado por até três anos.

Segundo o último anuário do Fórum de Segurança Pública de 2013, em 2011 havia 13.362 adolescentes internados no Brasil, além de 4.318 em internação provisória e 1.918 em semiliberdade. O anuário mostra que tem ocorrido um aumento na internação de jovens, e aponta para um

“movimento mais amplo de endurecimento penal”.

De acordo o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), a taxa de reincidência de adolescentes que entram no sistema socioeducativo é de 20% – um número três vezes menor que o de quem entra nas penitenciárias, que é de 60%. Este foi um dos motivos que levaram o Conanda a divulgar uma nota pública em repúdio às propostas de redução da maioridade penal. No texto, o órgão ainda afirma: “Não há dados que comprovem que o rebaixamento da idade penal reduz os índices de criminalidade juvenil”. Também diz que “a redução da idade penal não resolve o problema da utilização de crianças e adolescentes no crime organizado. Se reduzida a idade penal, estes serão recrutados cada vez mais cedo”.

Outra questão apontada pelo Conanda é a atual falta de vagas no sistema penitenciário. Segundo o anuário do Fórum de Segurança Pública, em 2012 eram 549.786 presos no Brasil (a quarta maior população carcerária do mundo segundo o Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU) – para um déficit de vagas de 211.741.

O coordenador do Programa de Cidadania dos Adolescentes Unicef Brasil, Mário Volpi, também repudiou publicamente as iniciativas de redução da maioridade penal, relembrando que são uma afronta à Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, assinada pelo Brasil em 1989 e ratificada por mais de 190 países. “Ao inserir precocemente o adolescente no sistema penal de adultos, reduz-se a perspectiva deste adolescente interromper sua

trajetória no mundo do delito e alimenta-se um sistema já ineficiente, incluindo nele jovens que serão submetidos aos grupos do crime organizado", publicou.

O vice de Aécio Neves, Aloysio Nunes (PSDB-SP), é autor da PEC 33/2012, proposta de redução da maioridade penal que remove a inimputabilidade para jovens a partir de 16 anos para crimes como homicídio qualificado e extorsão mediante sequestro. A PEC foi derrubada em votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado em fevereiro deste ano, mas submetida a recurso para exame pelo Plenário. Um dos principais argumentos da CCJ foi de natureza constitucional, conforme um parecer técnico enviado ao Senado Federal por diversas organizações da sociedade civil, dentre elas a Conectas, que defende os direitos humanos. Para elas, a mudança da maioridade penal pode ser interpretada como inconstitucional porque o artigo 60 proíbe emendas que tentem abolir direitos e garantias individuais – como é o caso do artigo 228, que define inimputabilidade de adolescentes.

Lá no norte de Minas Gerais

por Marina Amaral

Comunidades sertanejas lutam contra a explosão da grilagem no governo Aécio Neves, herdeiro de terras já registradas em nome do estado

No dia 13 de novembro de 2008, uma cerimônia com a presença do primeiro escalão do governo de Minas Gerais quebrou a monotonia de Rio Pardo de Minas, município então com 29 mil habitantes, mais da metade vivendo na área rural. O governador em exercício, o vice Antonio Anastasia – Aécio estava em viagem oficial à Europa – entregou 1001 títulos de propriedade a agricultores familiares, somando 20,5 mil hectares de terra, e falou sobre o programa de reforma agrária do governo: "Trata-se de um projeto pioneiro. O secretário Manoel Costa foi incumbido pelo governador Aécio Neves para que implementasse de maneira definitiva uma reforma agrária pacífica, calma e inteligente em Minas Gerais e a estamos realizando com grande enfoque na região Norte do Estado".

Os títulos distribuídos a essas 1001 famílias do Alto do Rio Pardo tinham em média 20 hectares, assim como os entregues no ano anterior – 901

títulos somando 15 mil hectares de terra. O módulo rural na região é de 65 hectares – área mínima determinada pelo Incra para garantir ao agricultor e sua família a sobrevivência e o desenvolvimento social e econômico conforme as atividades exercidas e condições de produção locais.

"A gente trabalha muito com essa população, vê muitos desses títulos. Muitas famílias não receberam nem os 20 hectares, já vi título de 5 hectares e até de meio hectare", conta o advogado André Alves de Souza, que divide com dois colegas o escritório em Montes Claros, contratado por sindicatos de trabalhadores rurais e organizações sociais. "Isso não é o suficiente para garantir a reprodução cultural, social e econômica das comunidades e a sobrevivência das famílias", diz.

Os geraizeiros – ou "geralistas" como escrevia Guimarães Rosa em seus livros sobre esses sertanejos do norte mineiro – foram incluídos entre as comunidades tradicionais no decreto 6.030 de 2007 do governo federal, que institui políticas específicas para esses grupos respeitando o direito a seu território. Ao contrário dos quilombolas que têm títulos coletivos das terras, as comunidades geraizeiras têm unidades privadas de moradia e agricultura familiar enquanto a criação do gado e a coleta de frutos são feitos coletivamente em terras de uso comum, as chapadas de cerrado. A casa geraizeira típica é composta do pátio, onde secam sementes, pilam os grãos, fazem farinha; e do quintal, o espaço da criação de galinhas e outros animais de pequeno porte, além da horta e de

árvores frutíferas. A roça de mandioca, abóbora, feijão-andu, fica mais afastada, de preferência próxima a outra fonte de água. O gado leiteiro é criado à solta por todos, mas cada família tem as suas vaquinhas.

Os geraizeiros se espalham entre os tabuleiros, as grotas e chapadas da margem direita do Rio São Francisco – do Norte de Minas Gerais ao Oeste da Bahia. A região do Alto do Rio Pardo, de onde se avista a Serra Geral, faz parte desse recorte e abrange uma população de 16.097 agricultores familiares segundo o Ministério do Desenvolvimento Social – em um total de 192.118 habitantes (86.210 na área rural).

São 15 os municípios em que vivem essas comunidades: Rio Pardo, Montezuma, Vargem Grande do Rio Pardo, Berizal, Ninheira, Novorizonte, Rubelita, Salinas, São João do Paraíso, Taiobeiras, Curral de Dentro, Fruta de Leite, Indaiabiara, Santa Cruz de Salinas e Santo Antonio do Retiro.

"O geraizeiro não é uma criação sociológica. A terra de uso comum, a chapada de cerrado, é essencial à sobrevivência das famílias, para completar o que produzem. E são os geraizeiros que há gerações preservam a vegetação e as nascentes na área de cerrado, de propriedade do Estado de Minas Gerais. Essas terras estaduais continuam sendo griladas e desmatadas para plantar eucalipto e, mais recentemente, pela mineração", explica o advogado André Alves de Souza.

O governo Aécio Neves (2003-2010) diz ter

implantado uma série de programas sociais no Norte de Minas (veja aqui) mas não conseguiu melhorar a desigualdade regional. Entre 2003 e 2011, a fatia do Norte de Minas no PIB do Estado foi de 4 para 3,8%. O projeto de desenvolvimento para a região não foi adiante: tratava-se da construção de um "pólo siderúrgico", basicamente fábricas de ferro-gusa para aproveitar o carvão dos eucaliptos que há mais de 30 anos abastece as siderúrgicas do centro de Minas Gerais. A baixa do preço das commodities nos últimos 3 anos paralisou os projetos de mineração.

Mas elevou o preço das terras, principalmente a partir de 2008, quando foi anunciada a exploração de uma grande jazida de minério de ferro em Rio Pardo de Minas e a região passou ser vendida como uma nova fronteira da mineração. "O hectare que valia 100, 200 reais quando tinha água, passou para mil, 2 mil, chegou a 3 mil reais aqui no município de Rio Pardo de Minas", conta Sérgio Barbosa, oficial do Cartório do Registro de Imóvel daquela comarca desde 2007.

A reforma agrária "pacífica, calma e inteligente" no Norte de Minas terminou por reduzir o território dos geraizeiros. As famílias receberam títulos de posse menores do que as terras que ocupam há gerações; as terras de uso comum, o cerrado, foram invadidas pela grilagem. Três anos depois do discurso de Anastasia em Rio Pardo uma operação da Polícia Federal e do Ministério Público – a "Operação Grilo" – derrubou Manoel Costa, mantido no cargo pelo ex-vice e sucessor de Aécio.

O secretário Extraordinário de Reforma Agrária, dois diretores e outros servidores do Iter – o Instituto de Terras de Minas Gerais – foram acusados de montar um esquema de "falsificação de títulos com participação de cartórios para transformar terras públicas em privadas, depois vendidas", resume o promotor Paulo Márcio da Silva, do MPE de Montes Claros. Foi ele quem coordenou a "Operação "Grilo" da Polícia Federal, em 2011. As investigações, incluindo escutas telefônicas, deram origem a mais uma operação da PF, a "Praga Verde" em 2013.

O Ministério Público Estadual de Montes Claros entrou com sete ações civis públicas na Justiça Estadual em diferentes comarcas do Alto do Rio Pardo e de Belo Horizonte relacionadas à "Operação Grilo". Além dos servidores do governo estadual, duas empresas peso-pesado são alvo dessas ações: a mineradora Vale, acusada de comprar terras de grileiros por 41 milhões de reais, e a siderúrgica Gerdau, acusada de montar uma cooperativa de fachada para manter áreas de cultivo de eucalipto em terras públicas.

A ação civil do MPE contra a Vale foi ajuizada em 14 de setembro de 2011, seis dias antes de deflagração da operação Grilo e tramita na 1a Vara Cível da Comarca de Salinas (processo no 0024892-89.2011.8.13.057). Consultada sobre o processo, a assessora de imprensa da Vale respondeu: "não vamos participar da pauta". A Gerdau é alvo de uma ação popular que tramita na Justiça Estadual na Comarca de Rio Pardo de Minas

(processo 05561001892-9) e de dois processos movidos pelo MPE . A assessoria de imprensa da empresa não respondeu aos emails da **Pública**.

Em consequência desses processos, em janeiro deste ano o juiz da Vara Fazendária Estadual bloqueou os bens do ex-secretário de Aécio e Anastasia e suspendeu o registro de títulos no Cartório de Registro de Rio Pardo de Minas e de outras comarcas próximas. "Da análise dos documentos juntados aos autos constata-se num primeiro momento que entre janeiro de 2007 e agosto de 2011 houve por parte dos réus ganhos de R$ 200 milhões", disse o juiz em seu despacho.

"Uma grande empresa, por exemplo, pagou milhões de reais a pessoas para invadir terras públicas, registrar o título de posse da área em que a empresa estava interessada e depois revender para a mesma empresa", conta o promotor Paulo Márcio."Os fazendeiros e empresários falsificam documentos, compram donos de cartório, fraudam o processo, aliciam servidores públicos, o juiz não sabe o que está acontecendo, o promotor também não, e quando se vê o estado transferiu milhares e milhares de hectares para esses grupos", diz.

Disputa em Montezuma

Uma semana antes da cerimônia de entrega de títulos aos geraizeiros em Rio Pardo em 2008, o pai do governador, o advogado Aécio Ferreira da Cunha, vencia uma longa batalha judicial com o Estado de Minas Gerais por uma fazenda em Montezuma, a 57 quilômetros dali. No dia 4 de

novembro de 2008, a propriedade de 950 hectares de terra foi finalmente registrada em nome da Perfil Agropecuária e Florestal Ltda, fundada por Aécio Ferreira da Cunha em 1976. A Perfil foi herdada pelos filhos, Aécio, Andrea e Ângela, quando ele faleceu em 2010. Na declaração patrimonial ao TSE deste ano, o candidato avalia em R$ 660.600,00 as cotas da Perfil, a maior parte delas (15.833 de 19.791) herdada do pai. Essas cotas correspondem a 25% do seu patrimônio (R$ 2.503.521,81), que hoje é 305% maior do que o declarado nas eleições passadas, quando concorreu com sucesso ao Senado.

A disputa pelo título de propriedade da Fazenda Ribeirão-Maracaiá durou oito anos porque as terras já estavam registradas em nome do estado desde junho de 2000 também no Cartório de Rio Pardo de Minas. A ação de usucapião foi ajuizada na Comarca de Rio Pardo de Minas em maio de 2000, um mês antes do Iter finalizar o processo de titulação da gleba "Montezuma" de 114.467 hectares, que inclui a área reivindicada pela Perfil. As terras já haviam sido arrecadadas (discriminadas), faltando apenas o registro do título em nome do Estado de Minas Gerais, feito no dia 15 de junho de 2000. O artigo 183 da Constituição de 1988 destina todas as terras públicas, devolutas ou arrecadadas pelo estado ou pela União, à reforma agrária à e conservação ambiental, "impedindo a apropriação privada por qualquer meio", destaca o promotor Paulo Márcio.

Alegando "a posse mansa das terras por si e seus antecessores por 54 anos", a Perfil apresentou uma

declaração datilografada em uma folha de caderno com data 27 de janeiro de 1944, em que Geronymo Ferreira dos Santos (analfabeto) vende parte de suas terras (sem área declarada) a Antonio Nunes da Silva. Os herdeiros de Antonio, igualmente analfabetos, nomearam Otilio Sabino de Souza, motorista de Mortugaba (BA) "especialmente para vender a Cia Perfil – Empreendimentos Florestais Ltda., ou a quem essa indicar" a "parte ideal que lhes for cabível do imóvel rural 'Maracaiá', Fazenda Ribeirão". O compromisso particular de promessa de compra e venda do imóvel foi registrado no cartório no dia 24 de agosto de 1978, mediante pagamento de 30 mil cruzeiros (hoje cerca de 18 mil reais) pela Perfil. O documento não apresenta o tamanho da área nem sua localização exata; o memorial descritivo foi entregue depois, a pedido do juiz.

Mas a sentença do juiz de Rio Pardo, emitida em 2001, foi favorável à empresa e o juiz enviou um mandado ao cartório para que a fazenda fosse matriculada em nome da Perfil. A sobreposição com as terras estaduais registradas no mesmo cartório pelo Iter foi detectada pelo oficial de registro, que "suscitou dúvida" ao juiz, ou seja, pediu formalmente orientação de como proceder. Outro juiz de 1ainstância confirmou a sentença em 2002, alegando que o estado tinha sido comunicado do processo e não havia se manifestado antes da conclusão dos autos. Foi quando a Advocacia Geral do Estado de Minas (AGE/MG) passou finalmente a agir para anular a sentença. Recorreu ao Tribunal

de Justiça de Minas Gerais em 2003 mas, dois anos depois, o tribunal manteve a sentença. A maioria dos desembargadores sustentou a tese da "segurança jurídica da coisa julgada", apesar do argumento da AGE da inconstitucionalidade do usucapião em terras públicas. A AGE recorreu então ao STJ e ao STF mas os recursos foram negados em 2006 e 2008, respectivamente, por faltar um documento obrigatório no processo – o substabelecimento (transferência de poderes quanto se troca o advogado) de um advogado da parte contrária, a Perfil. Em 2008 a fazenda foi registrada em nome da empresa que é hoje do candidato.

A **Pública** conseguiu falar com o procurador Romeu Rossi, que defendeu o Estado de Minas Gerais na disputa com a Perfil. Informada pela assessoria de imprensa da AGE de que o procurador "estava afastado" e seu email "não funcionava", ligou para o gabinete do procurador que atendeu ao telefone, mas se disse impedido de falar sem autorização do Advogado Geral do Estado. A assessoria de imprensa não respondeu à solicitação de entrevista com o Advogado Geral feita pela **Pública**.

Área multiplicada por mil

No mesmo cartório de Rio Pardo de Minas localizamos o registro de mais duas propriedades da Perfil em Montezuma: "uma sorte de terras devolutas situada no lugar denominado Capão da Cruz" com a área de 140,4404 ha "vendido pela

Ruralminas em 1981" (antes da Constituição de 1988, portanto) a um terceiro, que a revendeu para a Perfil, em 1987 por 280 mil cruzados, cerca de 56 mil reais; e o imóvel Tapuia, na fazenda Brejinho, do qual não se sabe o tamanho exato. Na certidão de matrícula, o imóvel tem cerca de 64 hectares; em uma segunda anotação, ultrapassa 64 mil hectares; reduzindo para 641 hectares no registro da aquisição do casal que revendeu as terras à Perfil em 1999, por R$ 12.836,20 sem declarar a área.

"A confusão se deve ao fato de que os registros foram feitos com medidas diferentes, ares, centiares, depois hectares", explica por telefone Sérgio Barbosa, o oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Rio Pardo de Minas. "Isso é comum a gente ver por aqui, uma região pobre, em que as pessoas são analfabetas, têm títulos de posse antigos, e a terra até pouco tempo não valia nada", comenta. Por isso, as retificações são feitas pelo cartório sem grandes objeções, admite.

A prática, comum nas comarcas do Norte de Minas, acaba facilitando a vida dos grileiros. "O cara arranja um caboclo que vai no cartório e diz 'tenho 4 hectares de terra há 100 anos', o que muitas vezes é verdade. Mas daí esses 4 hectares se transformam em 400 hectares, ou em 4 mil até 40 mil hectares porque os fazendeiros e as empresas negociam com o dono do cartório, que retifica a área", detalha o promotor Paulo Márcio. "A responsabilidade é do governo do Estado de Minas Gerais, que tem que dar às terras públicas a destinação constitucional: reforma agrária e

conservação ambiental", afirma. "Essa atitude do governo estadual favorece o desmatamento do cerrado e a invasão do território dos geraizeiros, dificultando a sobrevivência das comunidades", explica.

A obra mais conhecida do governo Aécio Neves no munícipio em que é dono de pelo menos 1730 hectares de terras é um polêmico aeroporto que consumiu 309 mil reais e não tem autorização da ANAC para funcionar. Tornou-se alvo da mídia na esteira das denúncias que divulgaram outro aeroporto construído pelo ex-governador, este em Claúdio, dentro da fazenda de um tio. Montezuma tem cercade 7 mil habitantes, baixo desenvolvimento humano (IDH 0,587) e menos de 30% das casas ligadas à rede de esgoto (Datasus 2013).

O Doutor Aécio

O advogado Aécio Ferreira da Cunha, também diplomado pela Escola Superior de Guerra em 1973, instalou-se no Norte de Minas em 1978, quando exercia o quarto mandato de deputado federal pela Arena, o partido criado pela ditadura militar para apoiá-la. Antes disso, em 1962, ele havia sido eleito deputado pelo PR com verbas do IBAD, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, sustentado por verbas dos Estados Unidos com intenção de derrubar o presidente João Goulart. Depois do golpe, elegeu-se em 1967 pela Arena, partido em que permaneceu até 1983, quando os militares extinguiram o bipartidarismo (Arena e MDB). Foi

então para o PDS, que continuou a ser esteio do regime. Mas votou contra o correligionário Paulo Maluf no Colégio Eleitoral que elegeu seu sogro, Tancredo Neves, o primeiro presidente civil do Brasil depois de 20 anos de ditadura militar, embora por eleição indireta.

Fundador do PFL (atual DEM) em Minas Gerais, Aécio Ferreira da Cunha assumiu um cargo no Conselho de Administração na Siderbras, a companhia siderúrgica do governo federal em 1987. Foi também presidente do Conselho de Administração do BNDES, nomeado pelo então presidente Itamar Franco, e membro do Conselho de Administração de Furnas e da Cemig até o seu falecimento. Suas cinzas estão na fazenda da família em Montezuma, "à sombra de um pé de pequi", contam os vizinhos.

"O doutor Aécio era bom com a gente", diz Denivaldo Ferreira Carvalho, geraizeiro baiano que conheceu o pai do ex-governador em 1978 e conviveu com ele até a sua morte. "Ele até puxou a luz da Cemig pra nós mesmo não podendo porque aqui já é Bahia", conta o agricultor, casado com a mineira Edite da Silva Carvalho e pai de cinco filhos. A família tem 15,5 hectares de terra (14,5 herdados do pai dele e um hectare doado pelo irmão de Edite) e um barzinho na frente da fazenda, no ponto em que ela se encontra com a divisa Minas-Bahia.

Eucaliptos no quintal de Miguilim

Na década de 1970, no regime militar, a

Ruralminas – então o órgão estadual responsável pela regularização fundiária – arrendou terras no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha a empresas que ainda hoje cultivam eucalipto para fazer carvão destinado às siderúrgicas do centro do estado. A pretexto de desenvolver o Norte de Minas houve um desmatamento intenso nas áreas de chapada. Muitos geraizeiros foram embora, vendendo suas terras por quase nada. Foi nesse contexto que a Perfil se instalou em Montezuma em 1978 para plantar eucalipto, como quase todos os recém-chegados.

"A gente vivia no desespero", lembra Antonio José Agostinho, 62 anos, da comunidade geraizeira de Água Boa II, no município de Rio Pardo. "As firmas entravam quebrando (desmatando) a chapada, colocando cerca no cerrado, nas lagoas", diz. "A gente via as máquinas jogando terra nas nascentinhas, o eucalipto cercando, uma tristeza", conta o lavrador que criou os cinco filhos na terra onde nasceu e da qual viu muita gente ir embora.

No governo de Itamar Franco no estado (1999 a 2003) o êxodo rural já aparecia claramente nas estatísticas. O município de Rio Pardo de Minas registrou queda de mais da metade da população entre 1992 e 2000. O Iter e a Procuradoria-Geral do Estado passaram a ajuizar várias ações para retomar os imóveis públicos à medida que venciam os contratos de 23 anos de arrendamento assinados até meados da década de 1980 com o Estado de Minas Gerais.

As ações contra as reflorestadoras significavam a

retomada de 240 mil hectares de terra, renovando a esperança dos geraizeiros e dos ambientalistas, preocupados com a conservação do cerrado, um dos biomas mais ameaçados do país.

Mas alguns contratos continuaram sendo renovados por preços irrisórios entre 2003 e 2008, apesar dos pareceres contrários da Advocacia Geral do Estado de Minas. "Os pareceres da AGE diziam que não era possível renovar esses contratos, que o Estado tinha que retomar as suas terras e dar a elas a destinação constitucional. Com isso os geraizeiros passam a ser assediados por esses grupos que não querem devolver as terras plantadas de eucalipto, e pelos novos interessados no minério que descobriram por lá", explica o promotor Paulo Márcio.

Foi quando os geraizeiros decidiram se unir. Em 2006, eles fizeram a I Conferência Geraizeira pelo reconhecimento das comunidades como populações tradicionais com direito a seu território, o que foi obtido com a inclusão no decreto do governo federal do ano seguinte. Nas conferências de 2007 e 2008, fortalecidos pelo reconhecimento de sua identidade, passaram a buscar opções para estancar a grilagem das terras e a drenagem das nascentes, que o governo mineiro não combateu.

"O Estado de Minas usurpou as terras dos geraizeiros e entregou às empresas de exploração florestal que destroem o ambiente do qual dependem para viver. Por isso eles passaram a adotar duas estratégias para se defender: a criação de assentamentos agroextrativistas através do

Incra, que foi o caso de Vereda Funda, em Rio Pardo de Minas, e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável que permitem proteger o cerrado e as nascentes sem que eles sejam impedidos de exercer suas atividades ", explica o agrônomo Carlos Dayrell. Ele é um dos fundadores do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, entidade de apoio e assessoramento aos povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha.

Hoje os geraizeiros do Alto do Rio Pardo reivindicam a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a RDS-Nascentes Geraizeiras, compreendendo 38 mil hectares de cerrado nos municípios de Montezuma, Vargem Grande do Rio Pardo e Rio Pardo de Minas. O projeto foi discutido em conjunto com o ICM-Bio e aguarda a decisão do Ministério do Meio Ambiente, que já se pronunciou a favor em reunião com representantes do movimento. No dia 5 de junho passado eles fizeram uma greve "de fome e sede" em Brasília exigindo uma resposta final sobre a data e as condições da criação da reserva ainda pendentes.

Geraizeiros x Grileiros

Enquanto isso, as comunidades de Água Boa, Água Fria, Roça do Mato, Areião e tantas outras decidiram proteger a área de cerrado por sua própria conta. E isso não significa apenas vigiar a terra. Em dezembro 2010, dois agricultores familiares ajuizaram uma ação popular

constitucional com pedido de liminar em desfavor do Iter, do Estado de Minas Gerais, do então secretário Extraordinário da Reforma Agrária, e da Gerdau Aços Longos S/A, incluindo dois de seus diretores. O objetivo era anular um contrato de arrendamento de terras devolutas feito entre o Iter e a Cooperativa de Silvicultura e Agropecuária Ltda (Coosarp) com o "claro e deliberado propósito" de obter para a Gerdau a cessão de uso da Fazenda Vale da Aurora numa "bem maquinada contratação firmada com o Estado de Minas (Iter/MG)", diz o documento.

Essa fazenda estava entre os imóveis com o contrato de arrendamento expirado nos quais a Gerdau plantava eucalipto para fazer carvão e abastecer suas siderúrgicas no centro do estado. Um contrato de compra antecipada de madeira de eucalipto, destinando toda a produção à Gerdau, foi assinado com a participação do Iter já na criação da cooperativa "constituída por vários empresários, políticos, comerciantes e servidores públicos bem estabelecidos nesta cidade (alguns por interpostas pessoas, popularmente conhecidas como 'laranjas'), bem assim vários empregados e tantos outros empreiteiros da própria Gerdau", relata a ação que está tramitando na Comarca de Rio Pardo de Minas.

Essa foi uma das três ações populares movidas entre 2010 e 2012 na Justiça Estadual através do escritório do advogado André Alves de Souza. As outras duas foram: contra a Replasa, do empresário Bernardo Paz, também dono do famoso museu-

parque em Inhotim, que tramita na Comarca de São João do Paraíso; e contra a família Meneguetti e várias empresas, para anular retificações de área, que também tramita na Comarca de Rio Pardo de Minas.

Os documentos, fatos e depoimentos levantados nessas ações três ações populares que podem ser lidas aqui contribuíram com investigações que já vinham sendo feitas pelo Ministério Público. As denúncias de grilagem acabaram desembocando nas operações da PF "Grilo" e "Praga Verde" que derrubaram o secretário responsável pela reforma agrária Manoel Costa e acabaram por extinguir a pasta e o próprio Iter no final do ano passado.

O órgão responsável pela regularização fundiária voltou a ser novamente a Ruralminas agora subordinada à Secretaria de Abastecimento, Pecuária e Agricultura (Seapa). Consultada sobre a arrecadação de terras devolutas (o processo de titulação de terras estaduais) feitas pelo estado durante o governo Aécio Neves, a assessoria da Seapa respondeu: "Quase não houve ações discriminatórias finalizadas de 2002 a 2013. As arrecadações realizadas foram pontuais e através de dispensa de ação discriminatória, chegando a mais de 20.000 (vinte mil) títulos de regularização", divididos "em sua maioria, nas regiões norte e nordeste do estado".

Da feira de Rio Pardo à Água Boa

Rio Pardo de Minas é uma cidadezinha simpática, com praças arborizadas e o encontro de

dois rios: o Pardo e o Preto. É ali a sede da Comarca da região do Alto do Rio Pardo, uma das recordistas em emissão de títulos de terras no Estado: 12,85% do total distribuído entre 2007 e 2010, em 853 municípios.

Com os negócios paralisados pela decisão judicial decorrente da "Operação Grilo", que proibiu o registro de títulos na comarca até o resultado final das investigações, o melhor hotel da cidade, o Pinheiro Palace, está vazio. O dono do hotel e do posto de gasolina é um ex-prefeito do PP, Antonio Pinheiro da Cruz, o Tonão, acusado pela Justiça Eleitoral de usar a máquina pública para favorecer a eleição de seu sucessor, cassado no ano passado pelo TSE.

A feira dos sábados, porém, continua cheia de gente comprando frutas, hortaliças e ervas nas bancas dos geraizeiros. Encontramos ali dona Geralda, com a nora e a neta, vendendo urucum, coentro em flor e outros temperos. É ela que nos indica o caminho de 15 km de estrada de chão até a comunidade de Água Boa II onde vive com o marido, o líder comunitário Antonio José Agostinho.

Recentemente o ex-prefeito Tonão obteve um interdito proibitório para que seu Antonio não se aproxime da sua "propriedade", vizinha à comunidade. "Ele diz que comprou as terras mas aqui ninguém compra nada que é tudo terra devoluta", diz seu Antonio. "Falou que vai fazer 15 tanques de criação de peixe! O primeiro [tanque] que ele abriu foi na beira do córrego, a máquina

jogou toda a terra lá dentro. Aí ele foi abrindo mais e colocou as mangueiras em dois [tanques]. As mulheres foram lá e arrancaram as mangueiras, jogaram dentro do rebentão", conta, sem disfarçar o riso.

Ele me serve um copo de água fresca do filtro de barro e diz: "Moça, a gente luta pela chapada não pra ser donos dela, mas pra parar a destruição. Pode ver que desse lado, onde tem mais eucalipto, os córregos estão todos secos, só os muito fortes resistem. E nessa área que nós estamos cuidando, 95% das nascentinhas ainda estão protegidas, algumas podem até estar cortadas na seca, mas bastou chover elas voltam", arremata.

Seu Antonio tem o título de posse da propriedade de 100 hectares onde vive desde que nasceu,"ao lado daquela capelinha", diz, apontando para o outro lado da rua. É ele que cultiva sozinho o abacaxi, a laranja, o café e o urucum no quintal, trabalha na roça de mandioca, abóbora, milho, feijão-andu, e divide com a mulher o cuidado das galinhas e da horta, cultivada organicamente. "Quando se usava veneno a gente não tinha um tostãozinho pra comprar e agora a gente sabe que é ruim', diz, brincalhão.

O terreno onde construiu a casa ao se casar com dona Geralda, há mais de 30 anos, fica ao lado da cooperativa comunitária. É ali que funciona a fábrica de polpas de "frutos do cerrado e do quintal", uma sala azulejada e muito limpa com freezers e geladeiras onde as mulheres embalam as polpas e a farinha de jatobá, usada para reforçar a

dose de cálcio de crianças e idosos. Os produtos são vendidos para aumentar a renda da comunidade às prefeituras das cidades próximas, que os utilizam na merenda escolar – naquele dia havia polpa de laranja, maracujá-de-veado e pequi. Dependendo da época pode ter também mangaba, araçá, murici, morcegueira, cagaita.

O orgulho do seu Antonio é ter conseguido manter os nove netos na comunidade, embora as terras sejam insuficientes para o sustento da nova geração. Quatro filhos moram em terras dos sogros e um deles mantém apenas a moradia no quintal do pai. "Ele, como muitos aqui, trabalha no eucalipto, no maior sofrimento, carregando tora o dia todo para ganhar um salário", lamenta o pai. O próprio seu Antonio já teve que trabalhar bem longe da comunidade, na colheita de café do sul de Minas. Até hoje, conta, muitos geraizeiros deixam as famílias para trabalhar durante a safra no sul do estado ou no corte da cana de açúcar em São Paulo. "A gente sempre tira o de beber e o de comer, pelo menos por enquanto, mas os filhos vão ficando sem terras".

E passa a falar sobre a "guerra", como ele diz. "O que aconteceu pra iniciar isso foi que em 2002 as firmas de eucalipto começaram a invadir de novo, pra além das terras que elas já ocupavam. Aí veio um pessoal comprar mangaba pra levar pra cooperativa do CAA em Montes Claros e eu disse: 'Ó tem muita fruta, só que agora as firmas pegaram pra quebrar e plantar eucalipto. Aí eles disseram: 'Tá doido, não pode acontecer isso', 'mas tá

acontecendo', eu falei, e contei que lá na comunidade Riacho de Areia já tinha advogado pra parar com isso".

Foi quando o CAA, entidade que assessora as populações tradicionais do Norte de Minas, começou a articular as comunidades afetadas, o sindicato dos trabalhadores rurais, os advogados, o Ministério Público. Houve uma passeata de protesto contra a grilagem e a seca das nascentes que acabou em frente ao Fórum de Rio Pardo de Minas. As autoridades mineiras não tomaram conhecimento. Depois de muita conversa, os representantes das comunidades decidiram se reunir com os técnicos do ICM-Bio em busca de uma solução. "O governo de Minas e o governo federal criaram vários parques no Norte de Minas. É bom, mas não resolve o nosso problema, porque a gente precisa continuar com o manejo. Sem a água e os frutos do cerrado, a gente não sobrevive", explica. Foi assim que surgiu a proposta da criação da RDS-Nascentes Geraizeiras, ansiosamente aguardada por ele. "Eu não duvido mas também não acredito", diz, sobre a concretização do projeto.

Antes da despedida com direito a suco de polpa de maracujá e laranja seu Antonio mostra as fotos do protesto em Brasília e me entrega o manifesto dos geraizeiros com a figura do símbolo do movimento, o pequizeiro. Da árvore, diz, se aproveita tudo, a castanha, o óleo, a polpa, os galhos secos. "Serve todos nós, até aqueles que não gostam da gente", brinca.

Rebelião na Roça do Mato

Fomos conhecer "o maior pé de pequi do planeta" na comunidade de Roça do Mato no município de Montezuma, o centro da RDS-Nascentes Geraizeiras. É a fotografia dessa árvore que estampa as camisetas dos guardiões do cerrado, usada pelos militantes do movimento. "Esse pequizeiro é uma referência, fica do lado da trilha, é ponto de encontro da comunidade, a sombra em que todos param para descansar", explica o líder comunitário José da Silva. Os próprios motoqueiros não tiveram coragem de completar o trabalho encomendado pelo fazendeiro, conta. "Eles largaram as máquinas e choraram, são filhos de geraizeiros também".

No início deste ano dezenas dos geraizeiros de Roça do Mato e comunidades próximas ocuparam uma área de cerrado invadida por uma empresa florestal e cortaram – na foice – 120 hectares de eucalipto. "E a polícia ambiental bateu palmas pra nós", conta Zé, orgulhoso do feito. "Aqui ninguém mexe mais em nada sem a gente saber", diz.

Marlene, sua mulher, convida para um almoço tardio na simpática casa da família. No fogão ainda estão a carne de panela, o mexidinho de feijão-andu, arroz, couve. As filhas – são três meninas e dois meninos – estão saindo para a igreja onde fazem cursos e participam do clube de jovens. A mais velha, de 20 anos, está na faculdade de pedagogia, conta Marlene, orgulhosa, depois que a garota saiu na garupa da moto do namorado, também da comunidade. "Depois que começou a

luta, nem os jovens querem mais ir embora daqui", comenta.

Enquanto comemos, Marlene que é servente da escola em que os filhos mais novos estudam, conta sua história. "Eu fui dada pra criar com nove anos de idade para a família dos Costa, importante daqui. Os moços me mandavam desde pequenininha comprar cigarro e cerveja. Nem me chamavam pelo nome, era 'menina, isso, menina aquilo' e eu não tinha coragem nem de abrir a boca. Esse tempo de humilhação dos coronéis acabou. Nós, os geraizeiros, somos os donos dessas terras", diz com firmeza.

Pegamos a entrada para a sede do município de Montezuma onde fica a fazenda da Perfil, a 12 quilômetros do aeroporto municipal. A pousada em frente ao Balneário Municipal está vazia. Há dois anos a maior atração turística da cidadezinha, um conjunto de piscinas alimentado por uma mina de água quente natural, está fechada para reforma. As obras foram interrompidas no ano passado pela cassação do prefeito Erivaldo José Martins, do PSDB, pelo mesmo motivo que o prefeito de Rio Pardo de Minas: abuso econômico nas eleições.

A **Pública** ligou diversas vezes para os telefones da Perfil Agropecuária Ltda. que constam no endereço informado no catálogo de Belo Horizonte para pedir autorização para visitar a fazenda mas ninguém atendeu. Por isso batemos diretamente na sede da Perfil, na divisa com a Bahia. Tudo parece abandonado por ali – os eucaliptos já foram cortados e não se vê bois nos pastos ressecados.

Mas ali também estão a bem cuidada casa da família e a capelinha que homenageia o patriarca.

A cozinheira Cida vem do refeitório dos empregados para dizer que "as terras foram arrendadas" e que só o gerente, que não estava, poderia falar do assunto. Não localizamos o gerente, um ex-policial militar conhecido em Montezuma pela alcunha de Joaquim Soldado, que trabalhava para o pai de Aécio há muitos anos. Também não há nenhum contrato de arrendamento de terras em nome da Perfil no cartório de Rio Pardo de Minas.

Pelos registros obtidos nessa reportagem, a Perfil tem pelo menos 1730 hectares de terra – valiosos, segundo a declaração do candidato Aécio Neves. Que estão em terras públicas, ninguém duvida, como explica o geógrafo Ariovaldo Umbelino, professor de pós-graduação de Geografia Humana: "Não importa se devolutas, discriminadas, arrecadadas ou registradas, são terras públicas".

O dr. Ariovaldo conhece bem o território geraizeiro, fez um levantamento fundiário em uma região próxima dali, Riacho dos Machados. Sabe o que acontece nos cartórios com os títulos de propriedade de terras. "São fraudes de todos os tipos; o usucapião de terras públicas, por exemplo, está proibido desde 1916". O mais importante da Constituição de 1988, explica, é "a destinação das terras públicas para reforma agrária porque é a única maneira de garantir sua função social".

A boa notícia é que as terras devolutas podem ser retomadas pelo Estado em qualquer tempo,

segundo a lei. Estejam elas registradas em nome de alguém ou não. “Em qualquer época, em qualquer lugar, em se tratando de terras públicas que não cumprem a determinação judicial, o estado ou a União mantêm seus direitos sobre elas”, ensina o professor.

A **Pública** conversou com a assessoria de imprensa do candidato Aécio Neves e foi orientada a mandar por email as perguntas sobre as propriedades e atividades da Perfil e sobre as fraudes e grilagem de terras ocorridas durante o seu governo. A campanha não enviou as respostas até a publicação dessa reportagem.

Principais promessas de Aécio

- Cortar o número de ministérios do governo federal pela metade.
- Manter o Bolsa Família e implementar o programa “Poupança Jovem” em outras regiões do Brasil além de Minas Gerais.
- Prometeu implementar o “Poupança Jovem Brasil” nos 10 estados com maior taxa de abandono escolar em 2015, e implantar o programa em todos os estados em 2017.
- Construir 500 centros Saúde de Uma Vez.
- Reformar o Código Penal; reduzir a maioridade penal; criar o programa Polícia na Rua.
- Colocar na Petrobras uma diretoria “que seja respeitada pelos brasileiros”.
- Incluir despesas típicas dos aposentados, como aumento dos medicamentos, no calculo do reajuste das aposentadorias; fazer a revisão do fator previdenciário; corrigir a tabela do IR pela inflação; e construir 6 mil creches em todo o país.
- Trazer de volta à escola 20 milhões de pessoas que abandonaram os estudos, dando um salário mínimo por mês para que voltem a estudar.

Dilma Rousseff
(PT)

Truco, Dilma!

"(Somos) o país que vem realizando um dos maiores conjuntos de obras de infraestrutura do mundo e o maior de sua história." – campanha de Dilma Rousseff, em 19/08

Perguntamos à campanha de Dilma Rousseff:

- Quais dados foram utilizados como base para essa afirmação?

- Como foi feita a comparação com investimentos em infraestrutura em outros períodos da história brasileira?

- E com outros países?

A campanha da candidata Dilma respondeu no dia 21 de agosto. A resposta foi a seguinte:

"Todas as informações divulgadas no Programa Eleitoral de TV da candidata Dilma Rousseff foram levantas junto a órgãos oficiais, institutos de pesquisa e organismos internacionais. Sobre as ações e obras realizadas no governo Dilma, você pode obter informações no Programa de Governo disponível no site www.dilma.com.br."

Consideramos a resposta vaga e pedimos Seis!, ou seja, novamente pedimos que o comitê da campanha diga de onde tirou os dados do programa eleitoral. Não houve retorno até a publicação deste livro.

"[Vamos] discutir também como é fundamental uma reforma federativa para redefinir as responsabilidades das três esferas do governo nas áreas de saúde, educação e da segurança." – Dilma Rousseff, em 28/08

A Constituição de 1988 determina qual o papel de cada uma das três esferas de governo nas áreas citadas.

Os serviços de atendimento à Saúde são de competência do município "com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado" (art.30). A atuação das três esferas na Educação está estabelecida no artigo 211 – municípios prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil; Estados e DF no ensino fundamental e médio; e a União no sistema federal de ensino, além de outras funções. Quanto à segurança, o artigo 144 discrimina quais as forças policiais a cargo da União (polícia federal, rodoviária e ferroviária), estados (polícia militar, bombeiros e polícia estadual) e municípios (guardas municipais).

Perguntamos à campanha:

- Como seria essa essa reforma federativa?

- Por que ela é necessária?

- A União quer aumentar ou diminuir as responsabilidades que tem constitucionalmente?

- Como elas seriam redistribuídas?

A campanha respondeu no dia 29/08, mencionando trecho do Plano de Governo enviado ao TSE, que aborda o tema sem explicar no que consistiria essa reforma e se haveria mudança das atribuições constitucionais das três esferas de governo:

"Essa reforma é necessária para conferir maior agilidade e qualidade aos serviços públicos prestados hoje, em especial para aqueles sob responsabilidade de mais de um dos entes federados. O governo buscará a construção de uma federação mais cooperativa, evitando a sobreposição de funções que possa retardar, encarecer e retalhar programas de atenção à população. A reforma federativa e a reforma dos serviços públicos são complementares e se confundem. Precisam ser realizadas juntas, para aumentar a efetividade e eficiência das políticas públicas, maximizar os seus efeitos e reduzir a relação entre o custo e o benefício dos serviços. No âmbito desta reforma, caberá enfrentar o debate sobre a estrutura tributária nacional tão importante para os rumos de nosso desenvolvimento."

A assessoria de imprensa informou que a campanha ainda estava discutindo essas propostas em reuniões setoriais. "O detalhamento só será possível após a conclusão dessa etapa", o que deveria ocorrer na primeira quinzena de setembro. E prometeu enviar o plano para o Truco! Isso não foi feito, contudo, até a publicação deste livro.

Blefe, Dilma!

"Esta obra (Belo Monte) vai trazer logo logo luz elétrica para milhões de brasileiros em todo o país." – Dilma Rousseff, em 21/08

A maior parte do potencial elétrico de Belo Monte já tem destino certo.

Quando a usina estiver em funcionamento, 70% (794,9 GWh) da energia gerada será destinada a 27 distribuidoras, em 16 estados e o Distrito Federal. As bases da comercialização dessa energia foram definidas em um Ambiente de Contratação Regulada (ACR), em leilões definidos pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) a um preço estabelecido no leilão.

No entanto, ao contrário do que afirmou a presidente, essa energia não vai para brasileiros de todo o país. Mais de um terço do Brasil está fora das atuais previsões de distribuição da energia de Belo Monte: Amapá, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins. Já os estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia concentram 57,6% desse potencial já destinado às distribuidoras.

Na região Norte, por exemplo, onde está localizada a usina, só três estados serão atendidos por essas distribuidoras: Acre, Amazonas e Pará, onde fica o rio Xingu que alimenta a usina. Juntos eles terão 12% da energia destinada em ACR.

Os outros 30% serão divididos da seguinte forma: 10% para as sócias do Consórcio, Vale e Sinobrás (siderúrgica paraense), que poderão adquirir esse percentual a preços diferenciados para usar em suas próprias atividades; e 20% para futura comercialização em um Ambiente de Contratação Livre (ACL) do qual poderão participar geradoras, comercializadoras e grandes consumidores em acordo a ser estabelecido entre as partes e a preços definidos por elas.

"Esse Enem 2.0 acabou com o elitismo do velho vestibular." – campanha de Dilma Rousseff, à tarde, em 09/09

A afirmação é incorreta e exagerada. Em 2011, apenas 5,4% dos jovens entre 18 e 24 anos que frequentavam ou haviam concluído a Educação Superior pertenciam à faixa de menor renda da população, enquanto 43,9% eram da faixa de maior renda.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad 2011), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e citada em uma apresentação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O que houve foi um aumento geral do número de estudantes matriculados no Ensino Superior

durante os governos Lula e Dilma. Em 2003, o número de matrículas nessa etapa era de 3,9milhões, passando para 7,3 milhões em 2013, segundo dados do Censo da Educação Superior do Inep, divulgado hoje.

A partir de 2009, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi reformulado e sua nota começou a ser considerada na seleção para universidades públicas federais, por meio do Sistema de Seleção Unificado (Sisu), e como critério para o Ministério da Educação conceder bolsas de estudos para universidades particulares pelo Programa Universidade para Todos (ProUni).

Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, explica que a lógica do vestibular não mudou. "Os alunos que passavam no vestibular continuam sendo os alunos que têm as melhores notas no Enem." A professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UNB) Catarina de Almeida Sousa argumenta que o processo seletivo das universidades continua baseado em uma prova que seleciona alunos que tiveram melhor formação e exclui o restante, já que faltam vagas na universidades. "Se tiver 10 milhões de pessoas querendo ter acesso à educação superior e as nossas universidades públicas oferecem 2 milhões de matrículas, 8 milhões vão ficar de fora."

Ambos admitem que houve melhorias no acesso à educação superior nos últimos anos, mas não atribuem o resultado ao Enem, e sim, a programas que oferecem cotas para alunos de escolas públicas,

alunos de baixa renda, negros e índios. “Esses programas ajudam a fazer com que camadas da população que antes não tinham acesso à Educação Superior, cheguem às universidades. Mas não chegam na sua totalidade porque não tem vaga para todo mundo”, pondera Sousa.

“Mais de 900 mil unidades do Minha Casa, Minha Vida estão sendo adaptadas para atender às necessidades de pessoas com deficiência [adaptação de 916.763 casas].” – campanha de Dilma Rousseff, em 20/09

Na realidade, o governo federal não está adaptando “mais de 900 mil” casas para pessoas com deficiência.

Esse número se refere a casas adaptáveis, ou seja, moradias que podem receber kits de adaptação de acordo com a deficiência (auditiva, física, intelectual e nanismo) dos moradores.

O balanço da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República contabiliza a entrega de 11.406 moradias já adaptadas até o final de julho deste ano. Isso equivale a 1,2% das 925.333 moradias adaptáveis contratadas pelo “Minha Casa, Minha Vida” até essa data, e apenas 0,32% do total de moradias contratadas e entregues pelo programa até hoje, segundo dados do Ministério das Cidades.

A previsão da Secretaria de Direitos Humanos é

de entregar 20 mil moradias, até o final deste ano, já adaptadas a pessoas com deficiência. Para obter uma moradia já adaptada, é preciso ter o registro no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Quem decide quem é beneficiado ou não são as prefeituras, governos estaduais ou do Distrito Federal e ONGs habilitadas pelo Ministério das Cidades.

"E muita gente que morava em palafitas está sendo beneficiada com a construção de mais de 4 mil casas." – campanha de Dilma Rousseff, em 23/09

Em primeiro lugar, a construção de casas para quem morava em palafitas não se trata de um benefício, e sim de uma condicionante que a Norte Energia está obrigada a cumprir – já que Belo Monte irá colocar debaixo d'água 5.141 imóveis, segundo cadastro realizado pela própria empresa.

O número de 4,1 mil casas se refere justamente às famílias que optaram pelo reassentamento. Dentre elas, estão os moradores dos "baixões", bairros de palafitas nas áreas mais pobres de Altamira. Essas famílias serão realocadas em casas de 62 m² construídas em glebas na área urbana do município.

Em segundo lugar, o cumprimento dessa condicionante está atrasado. De acordo com o

projeto de Reassentamento Coletivo Urbano (RCU) apresentado e aprovado no Projeto Básico Ambiental (PBA), o reassentamento deveria ser concluído em julho de 2014. Entretanto, segundo publicação da própria Norte Energia, em agosto deste ano, apenas 313 famílias haviam sido reassentadas – isto após oito meses da entrega da primeira casa, em janeiro. Segundo a Norte Energia, o reassentamento irá ser concluído no primeiro trimestre de 2015.

A condução do processo de reassentamento dos moradores de Altamira gerou protestos em diversas ocasiões. Em março de 2014, famílias chegaram a ocupar casas em manifestação. De acordo com o movimento Xingu Vivo, já existem relatos de pessoas que não conseguem mais pagar os alugueis de casas e barracos devido à alta dos preços dos alugueis, consequência da especulação imobiliária.

Os moradores também dizem que a empresa havia divulgado que seriam três tipos diferentes de casas mas apenas um tipo foi oferecido.
Eles chegaram a entregar uma carta para o representante da Casa Civil, Johannes Heck, pedindo esclarecimentos sobre o reassentamento.

Além disso, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) denuncia que há famílias que não foram cadastradas e serão atingidas pelo alagamento.

"Já com o programa Saúde Não Tem Preço, Dilma garante a distribuição gratuita de remédios para hipertensão, asma e diabetes nos postos de saúde e na rede de farmácias populares. Assim, beneficiou a saúde o bolso de milhões brasileiros (22,2 milhões de beneficiados). Quem é hipertenso e diabético gastaria no mínimo 280 reais por mês comprando remédios para essa doença." – campanha de Dilma Rousseff, em 30/09

Uma pessoa que sofre de diabetes e hipertensão gastaria entre R$ 31,42 e R$ 211,20 por mês com medicamentos genéricos para tratar essas doenças. Os valores variam de acordo com a dose diária e com o laboratório que fabrica o produto, mas atestam que a afirmação da candidata é incorreta.

Um dos medicamentos que o protocolo de tratamento de hipertensão arterial da Secretaria da Saúde da Prefeitura de São Paulo recomenda para as formas mais comuns da doença é o Captopril. O paciente deve tomar, por dia, 2 a 3 comprimidos de 25 mg, consumindo, portanto, de 60 a 90 comprimidos por mês. Uma caixa com 30 comprimidos custa, no mínimo, R$ 8,72 e, no máximo, R$ 11,25, de acordo com a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed). Assim, o consumidor gastaria entre R$ 8,72 e R$ 33,75 por mês.

A Cmed é um órgão interministerial que regula os preços dos medicamentos no Brasil, definindo o preço máximo para o consumidor (PMC) de cada medicamento produzido por cada laboratório.

Consideramos os preços de medicamentos genéricos com 18% de ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação), imposto embutido no preço das mercadorias no estado de São Paulo.

Já para o tratamento das formas leves de diabetes, a Secretaria da Saúde da Prefeitura de São Paulo orienta que o médico prescreva entre 1 e 3 comprimidos de 425 mg de Cloridrato de Metformina por dia. O PMC de uma caixa com 30 comprimidos de 500 mg deste medicamento varia entre R$ 11,35 e R$ 59,15, segundo dados da Cmed (não foram encontrados dados para caixas com comprimidos de 425 mg). Portanto, o paciente gastaria entre R$ 22,70 e R$ 177,45 por mês.

Assim, o paciente gastaria R$ 31,42 por mês se precisasse da menor dose recomendada para o tratamento e comprasse os medicamentos mais baratos do mercado. Ainda que ele comprasse os remédios mais caros e precisasse ser tratado com a maior dose, gastaria R$ 211,20 e não R$ 280 como Dilma afirmou.

Ambos os medicamentos – Captopril e Cloridrato de Metformina – são distribuídos gratuitamente pelo Programa Saúde Não tem Preço.

Não é bem assim, Dilma!

"Com certeza você sabe que 36 milhões de brasileiros saíram da miséria." – Dilma Rousseff, em 19/08

O número – 36 milhões de pessoas – se refere aos beneficiários do Bolsa Família que estariam na miséria se não recebessem o auxílio e vivessem apenas com sua renda familiar, segundo balanço do Plano Brasil Sem Miséria.

Em seu site, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) diz que, deste total, 22,1 milhões de beneficiários saíram da extrema pobreza graças às ampliações do Bolsa Família feitas pelo governo Dilma até o fim de 2012.

No entanto, o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, diz que 8,35 milhões de pessoas saíram da miséria em dez anos de governo do PT. Em relatório divulgado em outubro de 2013, o Instituto aponta que o índice de brasileiros em situação de pobreza extrema caiu de 14,88 milhões para 6,53 milhões entre 2002 e 2012.

A fonte das informações explica a diferença nos dados. O MDS se baseia no número de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, ou seja, mostra a redução da extrema pobreza apenas entre os beneficiários do Bolsa

Família. Já o Ipea usa como referência a população em situação de pobreza extrema segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa discrepância de valores foi explicitada em reportagem da Folha de S. Paulo, publicada em junho de 2014.

"Sabe por que mudou? Em 2002, o governo investia R$ 8 bilhões no Pronaf, o Programa de Apoio à Agricultura Familiar. Hoje, investe R$ 24 bilhões, 194% de aumento. Resultado: a agricultura familiar gera mais de 12 milhões de empregos e já é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros." – campanha de Dilma Rousseff, em 23/08

Houve aumento significativo na verba destinada ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), mas a história a ser contada não é bem essa.

Segundo dados do MDA, para a safra 2001/2002 foram disponibilizados R$ 4,2 bilhões – não R$ 8 bilhões. O crédito anunciado pela presidente no final de maio deste ano para a safra 2014/2015 será mesmo de R$ 24 bilhões.

Porém, os dados apresentados como "resultados" dos investimentos no Pronaf são de 2006, quatro anos antes de Dilma Rousseff assumir

a Presidência.

Foi naquele ano que o IBGE realizou o último Censo Agropecuário, confirmando que a agricultura familiar era responsável por 12,3 milhões de empregos (74,4% do pessoal ocupado no total dos estabelecimentos agropecuários). O censo detalha que em 2006, a agricultura familiar era responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%).

"Com Dilma e Lula foram criadas 18 universidades federais, 173 câmpus, 422 escolas técnicas e surgiram programas como o Prouni." – campanha de Dilma Rousseff, à tarde, em 26/08

De fato, foram criadas 18 universidades federais nos governos do PT.

Foram 14 na gestão Lula (2003-2010) e quatro no governo Dilma, via uma lei sancionada em junho de 2013. Três destas foram criadas através do desmembramento de universidades federais mais antigas: a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) foi criada por desmembramento da Universidade Federal da Bahia (UFBA), assim como a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

(UNIFESSPA), desmembrada da Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade Federal do Cariri (UFCA), desmembrada da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Na última reunião como presidente com os então reitores das universidades federais, Lula divulgou que encerrava seu governo com a criação de 110 novos câmpus universitários. No começo do seu governo, Dilma anunciou o plano de abrir 47 novos câmpus universitários, sendo 20 até 2012 e 27 até o final deste ano. Ainda considerando a inauguração de todos os 47 câmpus prometidos, a soma dos números divulgados difere do discurso da candidata, totalizando 157 câmpus universitários.

Quanto às novas escolas técnicas, Lula inaugurou 214 durante os oito anos do seu governo. Quando assumiu seu mandato, Dilma anunciou a criação de 208 escolas técnicas até 2014 – o que chegaria ao número mencionado na campanha. Trata-se, portanto, de uma projeção e não de um fato consumado, como a afirmação da presidente faz parecer.

No final de 2013, segundo o site Muda Mais, do PT, Dilma havia inaugurado 116 unidades. Mais recentemente, em 26 de abril deste ano, a presidente anunciou durante a cerimônia de formatura dos alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em Belém (Pará), que 164 novas escolas técnicas estavam em funcionamento.

Em 28/08, o MEC respondeu à Pública confirmando os números previstos do governo

Dilma e informou que durante o governo Lula foram inaugurados 126 câmpus — diferente dos 110 levantados anteriormente, o que totaliza o número de 173 câmpus apontados no programa eleitoral.

E para encerrar: de fato o Prouni (Programa Universidade para Todos) foi sancionado por Lula em 2005 através da lei 11.096.

"Em Porto Alegre, Dilma ampliou o Trensurb até Novo Hamburgo." – Campanha de Dilma Rousseff, em 30/08

As obras de extensão do Trensurb já estavam previstas na primeira versão do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que vigorou entre os anos de 2007 e 2010, no segundo mandato do ex-presidente Lula.

Em fevereiro de 2009, foram incluídas as construções das estações que completariam o trecho São Leopoldo-Novo Hamburgo.

No balanço final do PAC 1, divulgado em dezembro de 2010, a obra já estava 71% concluída. No entanto, a inauguração das últimas três estações só ocorreu em novembro do ano passado, quando a intervenção atingiu 100% de conclusão, já na gestão Dilma.

Apesar de ter inaugurado a última etapa de expansão do Trensurb, não foi a presidente Dilma quem ampliou o equipamento até Novo Hamburgo,

uma vez que a obra já estava em andamento desde 2009.

"R$ 143 bilhões foram colocados à disposição, tanto de Orçamento Geral da União, que é dinheiro do governo federal, quanto de financiamentos." – Dilma Rousseff, em 02/09

Segundo o Ministério das Cidades, o governo federal investiu R$ 95 bilhões em mobilidade urbana desde 2011.

O valor informado pela candidata, R$ 143 bilhões, corresponde a ações feitas pela União em conjunto com governos estaduais, municipais e com o setor privado. Para chegar aos 143 bilhões, ela somou os R$ 48 bilhões referentes à contrapartida dessas outras esferas. De acordo com a pasta, do total investido pelo governo federal, R$ 33 bilhões vieram do Orçamento Geral da União e R$ 62 bilhões, de financiamentos através de bancos públicos como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e a CEF (Caixa Econômica Federal).

Segundo o Ministério das Cidades, essa parceria ocorreu nos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Grandes Cidades (2011) e Médias Cidades (2013), nas obras de mobilidade urbana da Copa do Mundo, e no Pacto da Mobilidade Urbana, anunciado em 2013, após as

manifestações de junho.

Ao longo das três semanas de campanha eleitoral na TV, Dilma mudou o tom de seu discurso sobre o investimento em mobilidade. Em 26 de agosto, a campanha afirmava que "Dilma criou o maior programa de investimentos em transporte público." Dois dias depois, a propaganda exibiu trecho do debate da Rede Bandeirantes em que Dilma dizia: "Estamos investindo R$ 143 bilhões em metrôs, VLTs, BRTs, para melhorar a vida daqueles que vivem nas grandes cidades do Brasil e nas médias cidades". No dia 30, ela afirmou novamente: "Estamos investindo R$ 143 bilhões em obras que estão ampliando e criando, pelo Brasil afora, 9 metrôs, 14 VLTs, 180 BRTs e corredores de ônibus exclusivos nas nossas principais cidades". Já o programa de hoje à tarde reproduziu fala do debate promovido ontem por SBT, UOL, Folha de S. Paulo e Rádio Jovem Pan, em que Dilma reformulou a fala para: "143 bilhões de reais foram colocados à disposição" para a mobilidade urbana.

A **Pública** apurou que 75% das obras do PAC e do Pacto da Mobilidade Urbana, citadas pela candidata, ainda não chegaram à fase de licitação. O Ministério das Cidades enviou uma resposta a essa checagem, que você pode ler aqui.

"Para acelerar esse aprendizado infantil, Dilma tornou realidade uma mudança importante: de

2016 em diante, toda criança a partir de 4 anos terá que estar matriculada na pré-escola." – campanha de Dilma Rousseff, em 04/09

A determinação está entre as metas do Plano Nacional de Educação e pode ou não ser cumprida. Não é, portanto, algo que Dilma "tornou realidade".

De acordo com o Observatório do PNE – uma iniciativa que reúne 20 organizações com o objetivo de monitorar o cumprimento dessas metas –, os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2012) indicam que 82,2% das crianças nessa faixa etária estavam matriculadas na pré-escola. Ou seja, ainda faltaria incluir 17,8%.

Isso significa que, para a universalização ser atingida, seria preciso criar vagas para cerca de 1 milhão de crianças. Há dificuldades maiores em regiões como a Norte, onde 30% das crianças de 4 ou 5 anos não estavam na pré-escola em 2012. O atendimento da meta também não depende apenas da vontade do governo federal, mas do trabalho de governos estaduais e municipais.

"No ensino básico, Dilma levou a educação de tempo integral, que antes só se via em escolas particulares, para 56 mil escolas públicas. E serão 60 mil até o fim do ano." – campanha de Dilma Rousseff, em 04/09

Não foi Dilma que levou a educação em tempo integral para todas essas escolas. A campanha incluiu no cálculo aquelas que aderiram, no final do governo Lula, ao programa federal Mais Educação, que atua em parceria com estados e municípios para ampliar a jornada para no mínimo sete horas. |LEIA MAIS|

O número de escolas cadastradas no Mais Educação até 4 de setembro deste ano chegou a 57.883, segundo o Ministério da Educação, o que ainda é distante da meta da candidata – o prazo final de cadastramento foi adiado sucessivas vezes e, segundo funcionários do MEC, ainda estava aberto quando esta checagem foi publicada. Do total de participantes, 10.027 escolas foram incluídas no programa entre 2008 e 2010, durante o governo Lula. Logo, Dilma teria conseguido a inclusão de 47.856 unidades até o momento em seu mandato.

Ao dizer que só se via a educação em tempo integral em escolas particulares, a campanha desconsiderou iniciativas anteriores que se tornaram referência na área. Uma das mais importantes delas são os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), criados pelo antropólogo Darcy Ribeiro durante os dois mandatos de Leonel Brizola como governador do Rio (1983-1987 e 1991-1994).

"Altamira, que antes jogava todo seu esgoto no Rio Xingu, está ganhando um sistema de saneamento."
– campanha de Dilma Rousseff, em 23/09

De fato, as residências e o comércio de Altamira despejavam o esgoto no rio Xingu. Entretanto, mais de dois anos após o início das obras da usina, as estações elevatórias e as de tratamento de esgoto ainda estão em obras e há valas abertas por toda a cidade.

A situação foi retratada em especial da Folha de São Paulo.

O atraso na execução do esgotamento sanitário, que deveria ter iniciado em julho de 2011, é uma das condicionantes que foram questionadas pelo Ministério Público Federal em umaAção Civil Pública.

Além disso, as casas nos reassentamentos foram construídas sem a ligação com o esgoto, de acordo com reportagem do Estado de São Paulo. Ou seja: será preciso realizar a ligação doméstica – o que custaria até R$ 4 mil segundo a mesma reportagem, e não há consenso sobre quem irá bancar esse gasto.

A ligação do esgoto está entre as diversas condicionantes de saneamento básico atrasadas em Altamira. Segundo o Instituto Socioambiental, as obras de abastecimento de água começaram dois anos depois do previsto. Das três células de aterramento sanitário planejadas, apenas uma de três funciona atualmente depois de um atraso de 2

anos.

"O estudo de impacto ambiental de Belo Monte levou 4 anos para ser elaborado. Tem 35 volumes e prevê um investimento de quase R$ 4 bilhões em ações para compensar os impactos ambientais da obra. Essas medidas compensatórias incluem desde ações para conservar a fauna e a flora da região até obras para melhorar a qualidade de vida de Altamira, a cidade mais impactada pela construção de Belo Monte." – campanha de Dilma Rousseff, em 23/09

Os números estão aproximadamente corretos. O EIA/Rima (Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, um resumo do estudo) demorou 4 anos para ser produzido (de 2006 a 2009), tem 36 volumes e prevê um investimento de R$ 3,7 bilhões em condicionantes, em valores de 2010.

Mas desde 2006, o Ministério Público Federal já moveu 19 ações contra o Ibama, a Funai, a Aneel e as empresas responsáveis pela obra – entre elas estão Eletrobrás, Eletronorte, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Odebrecht. Grande parte das ações questiona a validade e o processo de produção dos Estudos de Impacto Ambiental antes mesmo de sua apresentação em 2009.

Em 2007, o MPF moveu ação contra a

Eletrobrás pelo fato de o EIA/RIMA ter sido iniciado sem Termo de Referência emitido pelo Ibama. A ação ainda está aguardando julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em 2010, o MPF questionou a emissão da licença prévia pelo Ibama por ter sido concedida com base em estudos de impacto ambiental imprecisos. "Apesar da realização das audiências públicas exigidas, as contribuições nelas arrecadadas foram completamente ignoradas e desprezadas", alertou o procurador regional da República Renato Brill, em parecer enviado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em um desdobramento deste processo, em agosto de 2014, o tribunal negou um recurso da Norte Energia contra uma decisão judicial que obriga a empresa a fazer correções nos estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA) da usina de Belo Monte.

O mais grave, no momento, é o descumprimento das condicionantes. De acordo com umlevantamento do Instituto Socioambiental (ISA), atualizado até abril de 2014, somente 15 condicionantes já haviam sido cumpridas – 19 condicionantes estavam em andamento, 14 não haviam sido atendidas. Das condicionantes 79% se referiam a compensações devidas aos povos indígenas na área de saneamento básico, equipamentos de saúde, fortalecimento da Funai e indenizações entre outras.

Um exemplo: a construção do hospital de Altamira, que consta das condicionantes, teria que estar concluída em junho deste ano, mas está

atrasada desde abril. Outro: o apoio à Funai local deixou de ser feito há mais de um ano e meio, de acordo com o ISA.

A Justiça tem agido para fazer cumprir as condicionantes. Em abril deste ano, a Norte Energia foi obrigada a providenciar a proteção das Terras Indígenas impactadas pelo fluxo de migrantes atraídos pela obra para a região — atrasada em dois anos. Em março, o MPF também questionou o padrão das casas construídas pela Norte Energia, que estão em desacordo com condições mínimas de segurança e conforto (leia mais sobre o caso aqui).

Confira a lista de processos do Ministério Público Federal em relação a Belo Monte neste link.

Tá certo, mas peraí, Dilma!

"42 milhões ascenderam à classe média" – Dilma Rousseff, em 19/08

De acordo com a pesquisa "Faces da Classe Média", lançada em fevereiro deste ano pelo Instituto Data Popular em parceria com a Serasa Experian, em 2003 faziam parte da classe média 66,9 milhões de brasileiros, em números absolutos. Em 2013, eram 108,5 milhões. A diferença é de 41,6 milhões de brasileiros, o que corresponde à fala da presidente Dilma Rousseff.

No entanto, a maior parte da classe média está no Sudeste (43%), seguida de Nordeste (26%) e Sul (15%). A diferença é grande quando se fala de Centro-Oeste (8%) e Norte (8%).

Outro ponto a ser observado é que o único critério para ser considerado da classe média é a renda per capita – de R$ 338,01 a R$ 1.184,00. Ao traçar o perfil do segmento, dividido em 4 grupos, o Data Popular revela que o nível de escolaridade dos classificados como classe média são bem baixos. 48% do maior grupo, com 30,3 milhões de pessoas – com idade média de 40,4 anos – tem apenas o ensino fundamental completo. A parte mais escolarizada da classe média é a que representa o menor filão – 16%. É também o grupo com maior renda per capita.

Vale notar que de acordo com a definição de

classe média da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, disponível atualmente, a renda para ser considerado como classe média é ainda mais baixa que a do Data Popular: a SAE/PR divulga em seu site os valores de R$ 291 a R$ 1.019. A assessoria de imprensa da Secretaria de Assuntos Estratégicos explica que os dados estão defasados, mas ainda não está disponível ao público a nova definição de classe média feita pelo órgão.

"Dilma também garantiu por lei que 1 trilhão e 300 bilhões do pré-sal sejam investidos na educação e na saúde." – campanha de Dilma Rousseff, em 21/08

A lei nº 12.858, de setembro de 2013, determina que parte substancial dos rendimentos vindos da exploração de petróleo no pré-sal seja investida em educação e saúde.

Mas o que o programa de hoje não falou é que o número apresentado – 1 trilhão e 300 bilhões – é apenas uma estimativa de investimento e de prazo longo, para os próximos 35 anos.

Segundo discurso da própria presidente em julho de 2014: "Estamos falando pelo menos de R$ 1 trilhão e 300 bilhões de reais destinados à educação e à saúde ao longo dos próximos 35 anos. Considerando as áreas – eu falei as quatro áreas –

[Búzios, Entorno de Iara, Florim e Nordeste de Tupi] mais Libra, mais todos os royalties anteriores relativos à concessão, isso significará R$ 1 trilhão e 300 bilhões; R$ 550 bilhões aproximados e estimados para Libra, R$ 630 bilhões estimados para Búzios, Entorno de Iara, Florim e Nordeste de Tupi, e R$ 125 bilhões equivalentes aos períodos anteriores, projetados para o futuro, totalizam R$ 1 trilhão e 300 bilhões aproximados de recursos em 35 anos".

Para se ter uma ideia, em uma estimativa a prazo menor o estudo "Pré-sal: a contradição entre o sucesso e as oportunidades perdidas" realizado pelo consultor Legislativo da Área XII Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos da Câmara dos Deputados Paulo César Ribeiro Lima, fala em "cerca de R$ 486 bilhões no período de 2013 a 2030" e aponta que "de 2013 a 2022, os recursos destinados a essas áreas seriam da ordem de R$ 130 bilhões".

Fontes:
Lei nº 12.858, de setembro de 2013

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de comemoração dos 500 mil barris diários de petróleo do pré-sal – Rio de Janeiro/RJ

"[O Projeto de integração do Rio São Francisco]

são dois canais: o Eixo Norte, com 260 quilômetros, e o Eixo Leste, com 217 quilômetros, que vão levar água às regiões mais secas de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, beneficiando 12 milhões de pessoas em 390 municípios." – campanha de Dilma Rousseff, em 21/08

Apesar do projeto, muitas cidades que sofrem com a seca ou estiagem nesses quatro estados não serão beneficiadas por essa obra.

Dos 646 municípios em situação de emergência declarada em 2014 nos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, 285 não estão na lista do Ministério de Integração Nacional que reúne as cidades atendidas pela integração do São Francisco.

Além disso, os sertanejos não sabem exatamente quando a água vai chegar a suas casas.

Em 2007, o governo havia previsto a conclusão das obras em três anos. Em maio deste ano, em visita a Jati, no extremo sul do Ceará, a presidente admitiu que o prazo foi subestimado pelo próprio governo. A previsão atual do Ministério da Integração é que as obras estejam concluídas em 2015.

Em conversas com técnicos no canteiro de obras do Eixo Leste, em dezembro de 2013, a repórter Marcia Dementshuk, uma das vencedoras do projeto Reportagem Pública apurou que, ainda que as obras estejam totalmente concluídas em 2015, as águas demorariam mais ou menos três anos para

encher os reservatórios na extensão do Eixo Leste que, de acordo com o governo, irá atender 168 municípios no interior de Pernambuco e da Paraíba

Frederico Meira, Coordenador Geral de Acompanhamento e Fiscalização de Obras do Ministério da Integração Nacional, reconheceu à BBC Brasil que pode haver atrasos e a conclusão das obras só aconteceria em 2016.

"Num momento em que o mundo inteiro passa por um processo de desigualdade, nós vivemos um processo de redução das desigualdades, talvez a maior de todos os tempos." – Dilma Rousseff, no programa eleitoral da tarde, em 23/08

O Brasil reduziu sua desigualdade de forma considerável nos últimos anos.

De acordo com o índice Gini, que mede o grau de concentração de renda em cada país com valores de 0 a 1 (1 é a maior desigualdade possível e 0, a menor), o Brasil progrediu de 0,596 em 2001 para 0,519 em 2012, estatística mais recente disponível.

Segundo estudo do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, essa é menor taxa de desigualdade desde que começaram as medições, na década de 60.

No entanto, o Brasil ainda é o 16º país mais desigual do mundo por esse mesmo índice, ficando atrás de outros países dos Brics como China e Índia,

e na quarta pior posição em relação a outros países da América do Sul, à frente apenas da Colômbia, do Paraguai e do Chile.

De acordo ainda com o ranking de IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano que mescla renda com índices de longevidade e educação, divulgado em relatório anual do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Brasil ocupa o modesto 79º lugar.

"Hoje o programa [Mais Médicos] conta com mais de 14 mil profissionais em 3.785 municípios e beneficia 50 milhões de pessoas." – campanha de Dilma Rousseff, em 26/08

Dados publicados pelo ministro da Saúde, Arthur Chioro, em julho, confirmam que foram 14.462 médicos contratados pelo programa, cujo foco é a atenção básica, o acompanhamento individual e a prevenção de doenças.

Segundo divulgou o ministro, esses médicos trabalham em Unidades Básicas de Saúde (UBS) de 3.875 municípios (o Brasil tem 5.570 municípios). É importante, no entanto, explicar melhor o dado sobre 50 milhões de beneficiados. Não se trata da quantidade de atendimentos realizados pelos médicos do programa, mas do potencial de atenção básica de todo o sistema. Segundo a assessoria de imprensa do Ministério da Saúde, cada médico do

Mais Médicos forma uma equipe de médicos da família que trabalha na UBS; cada equipe atende a uma região e tem, em média, a capacidade de atender cerca de 3 mil pessoas. Daí a estimativa de capacidade de atendimento, segundo o ministério.

"Em três anos nós estamos conseguindo tirar 540 mil barris/dia [do pré-sal]." – Dilma Rousseff, em 28/08

Realmente a Petrobrás conseguiu extrair 540 mil barris de petróleo do pré-sal, mas isto foi o recorde de um dia em julho, mais precisamente no dia 13.

A média mensal, entretanto, é mais baixa, de 480 mil barris por dia em julho, 60 mil barris ou 12% a menos que os 540 mil informados pela presidente. A cotação de cada barril de petróleo atualmente é de US$ 100.

Fonte:
Petrobrás

"Garanti, por lei, que 25% dos recursos do petróleo sejam investidos, dentro de pouco tempo, na saúde." – Dilma Rousseff, em 28/08

Dilma está certa ao dizer que garantiu o repasse de 25% dos recursos do petróleo para a saúde, pois sancionou a lei aprovada pelo Congresso sem vetá-la. Mas a destinação dessa parcela para a área não era um desejo do governo federal – foi resultado de uma emenda incluída pela oposição.

O projeto original do Executivo destinava apenas à educação o repasse de 100% da receita dos royalties do pré-sal e da participação especial arrecadada por União, estados e municípios. Isso valeria somente para contratos assinados depois de 3 de dezembro de 2012. Também defendia o repasse de 50% dos rendimentos obtidos com o Fundo Social do Pré-Sal.

Em junho do ano passado, a Câmara aprovou uma emenda do deputado federal Ronaldo Caiado, líder do DEM, que determinava a distribuição de 25% dos recursos para a saúde. O projeto também foi alterado por um substitutivo do relator, André Figueiredo (PDT-CE). A nova versão aumentou muito a quantia destinada para as duas áreas em relação à ideia original do governo, por incluir todos os poços que entraram em produção depois de 3 de dezembro de 2012 (mesmo com contratos assinados antes desta data) e todos os recursos do Fundo Social (não apenas os rendimentos).

"Estamos investindo R$ 143 bilhões em obras, que

estão ampliando e criando pelo Brasil afora 9 metrôs, 14 VLTs, 180 BRTs e corredores de ônibus exclusivos nas nossas principais cidades." – Dilma Rousseff, no programa eleitoral da tarde, em 30/08

De acordo com o 10º Balanço do PAC 2, de junho deste ano, 75% das obras não estão nem na fase de licitação.

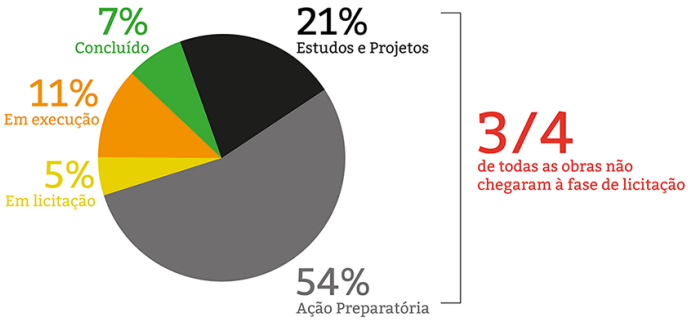
O balanço inclui também as obras anunciadas pela presidente Dilma Rousseff no Pacto Pela Mobilidade, lançado após as manifestações de junho do ano passado.

Segundo o levantamento da Pública, 84 obras atualmente estão em estudos preliminares (21%) e 213 obras (54%) estão em fase de ação preparatória, ou seja, já têm projetos prontos ou já estão em fase de licenciamento ambiental. Apenas 29 obras (7%) estão concluídas.

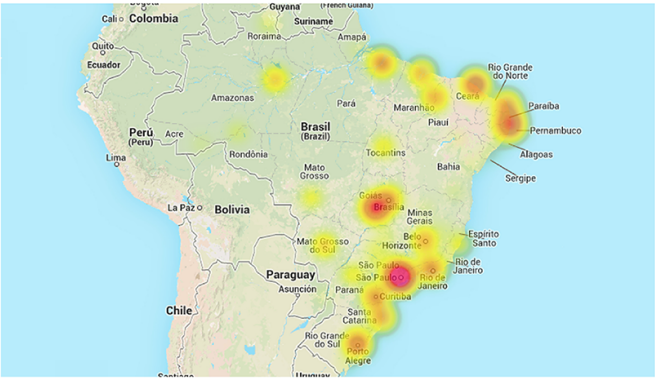
Para fazer esse levantamento, examinamos cada categoria citada no 10º Balanço do PAC 2 separando obra por obra. Por exemplo, em Teresina, o balanço apresenta em uma única categoria cinco corredores e um VLT (Veículo Leve sobre Trilhos). Nós consideramos como seis obras diferentes, já que serão executadas separadamente.

Assim, concluímos que o valor de R$ 143 bilhões de investimento anunciados pela presidente é uma projeção, pois inclui obras que não têm ainda nem projeto executivo ou licenciamento. São ainda uma promessa.

Balanço das obras de mobilidade urbana do PAC 2



Concentração das obras de mobilidade urbana



Em nota, o Ministério das Cidades afirmou que os projetos de mobilidade urbana citados foram realizados em parceria com o setor privado e com estados e municípios. Os últimos são responsáveis pela elaboração dos projetos e pela execução das obras. Sobre o grande número de obras que ainda não chegou à fase de licitação, a pasta afirmou que

muitos governos ainda não finalizaram suas propostas e, até recentemente, algumas cidades não possuíam estruturas para elaborar projetos e estudos de qualidade pois "ficaram décadas sem receber investimentos para atacar os problemas dos grandes centros urbanos (habitação, mobilidade, saneamento)".

Por isso, o Governo Federal decidiu destinar R$ 400 milhões "à elaboração de estudos e projetos que podem alavancar investimentos futuros em mais obras de mobilidade urbana." Assim, o Ministério avalia que seria correto comparar o valor total do investimento (R$ 143 bilhões) com o que é destinado para estudos e projetos (R$ 400 milhões), em vez de comparar o número de obras concluídas ou em andamento com as obras que estão nas fases iniciais. O órgão também considera que as etapas de licitação e elaboração de projetos e estudos fazem parte da obra.

Leia aqui a resposta completa do ministério.

Baixe aqui a tabela com todas as obras de mobilidade.

"A inflação hoje está próxima de zero." – Dilma Rousseff, em 02/09

Segundo o IBGE, a inflação de julho em relação ao mês anterior foi mesmo próxima de zero. A inflação, neste período, ficou em 0,01% pelo IPCA

(Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

No entanto, se a comparação for feita em relação ao mês de julho do ano passado, a inflação subiu 6,5%, valor que corresponde ao teto da meta definida pelo Banco Central.

Ainda segundo o IBGE, de janeiro a julho deste ano, a inflação atinge 3,76%. Portanto, a afirmação da presidente só é verdadeira no cenário da inflação mensal, de acordo com os últimos dados do IPCA.

"Aprovamos o Plano Nacional de Educação, que garante 10% do PIB para o ensino público e estabelece 20 grandes metas para serem atingidas nos próximos dez anos." – Dilma Rousseff, em 04/09

O PNE estipula que após 5 anos de vigência da lei o orçamento destine 7% do PIB à Educação e somente após 10 anos atinja os 10%. Em outras palavras, a aprovação de 10% do PIB para educação é uma meta a ser atingida em 2024.

O PNE foi criticado também por incluir nos 10% obrigatórios gastos com ProUni, FIES e Pronatec, programas que destinam direta ou indiretamente recursos à entidades privadas de educação. O ProUni concede isenção fiscal a entidades privadas de ensino superior em troca de um percentual de bolsas a alunos de baixa renda. O Pronatec destina parte de seus recursos para convênio com entidades

privadas como as ligadas ao sistema S.

O artigo 231 da Constituição Federal de 1988 determina que "os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas", que "comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação".

"Aprovamos a Lei da Ficha Limpa e a Lei de Acesso à Informação." – Dilma Rousseff, em 09/09

O projeto regulamentar que deu origem à Lei de Acesso à Informação foi escrito e enviado ao Congresso pelo governo Lula em 2009.

De fato o texto é resultado de uma iniciativa coordenada pela Casa Civil sob a direção da então ministra Dilma Rousseff. Em novembro de 2011, no primeiro ano do atual governo, a lei foi aprovada com o apoio da base governista no Congresso e sancionada pela presidente.

Já a Lei da Ficha Limpa foi aprovada em 2010, no último ano do governo Lula, mas sem a participação direta do Executivo. Foi o quarto projeto de lei de iniciativa popular aprovado pelo Congresso desde a Constituição de 1988, que estabeleceu esse instrumento.

O projeto de lei nasceu em 2008 a partir da mobilização de organizações da sociedade civil

capitaneadas pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral visando melhorar o perfil dos candidatos a cargos eletivos no país. O movimento ganhou logo um importante apoio, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, e depois outras organizações como a OAB se juntaram à campanha de coleta de apoio popular. Ao longo de um ano e cinco meses, a campanha reuniu 1,3 milhão de assinaturas de apoio em seis estados e no Distrito Federal, o que corresponde à participação de 1% do eleitorado brasileiro – uma condição para leis do tipo.

Em 2009, o projeto de lei foi entregue ao então presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, mas só foi para votação em 2010, quando foi aprovada por 388 deputados. Houve duas abstenções e 123 deputados que faltaram à sessão.

Porém, por definição do Supremo Tribunal Federal (STF), a lei só começou a ser aplicada a partir das eleições municipais de 2012.

A lei prevê 14 hipóteses de inelegibilidade que podem levar o candidato a se afastar das urnas por oito anos – entre elas, crimes de redução à condição análoga à de escravo, lavagem de dinheiro, abuso de autoridade e crimes contra o meio ambiente e a saúde pública. Neste ano o Ministério Público Federal (MPF) impugnou 497 candidaturas com base na Lei da Ficha Limpa, segundo reportagem da EBC. Em alguns casos, ainda cabe recurso. Um documentário sobre a história da lei pode ser visto no YouTube.

"Rio de Janeiro. Aqui Dilma está realizando um conjunto impressionante de obras, como o Arco Metropolitano e o BRT Transcarioca, e a construção da Linha 4 do metrô e do VLT entre o centro e a zona portuária." – campanha de Dilma Rousseff, em 11/09

Afirmar que as obras acima são uma realização de Dilma não está correto, já que os empreendimentos são realizados em parcerias com o governo do Rio de Janeiro, com a prefeitura da capital e com a iniciativa privada, por meio de Parcerias Público-Privadas.

Parte dos recursos, sim, são federais, provenientes de diferentes fontes.

O Arco Metropolitano foi construído com recursos do governo federal e do estado do Rio de Janeiro, que somam R$ 1,9 bilhão. A União investiu R$ 340,6 milhões no empreendimento entre 2007 e 2010. O investimento total previsto para o governo Dilma (2011 a 2014) é R$ 742,2 milhões, de acordo com o 10º balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2).

Já o Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) está orçado em R$ 1,164 bilhão, incluindo R$ 578,3 milhões do governo federal (cerca de R$ 300 milhões oriundos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES). Dos R$ 8,5 bilhões previstos para a

construção da Linha 4 do metrô, R$ 4,3 bilhões foram emprestados pelo BNDES. Para viabilizar o BRT Transcarioca, o BNDES emprestou R$ 1,179 bilhão enquanto a prefeitura do Rio de Janeiro aportou R$ 403,28 milhões, resultando no total de R$ 1,582 bilhões, segundo dados do Portal da Transparência.

Assim, três das quatro obras citadas por Dilma como suas realizações no Rio de Janeiro possuem recursos do BNDES. Mas sempre é válido lembrar que, às vésperas da Copa do Mundo, o governo federal fez questão de dissociar financiamentos do BNDES de "investimentos federais". Para rebater críticas em relação à destinação de recursos do banco aos estádios, o Planalto argumentava que a verba deveria ser considerada como fruto de empréstimos bancários, apenas, e que voltaria aos cofres públicos – como bem mostra o infográfico publicado pela presidência na época:

"Com o Marco Civil, assumimos a vanguarda mundial na proteção da liberdade de expressão, na defesa da privacidade e na garantia de igualdade de tratamento entre os usuários da internet." – Dilma Rousseff, em 13/09

A aprovação do Marco Civil da Internet em abril deste ano – graças ao esforço do Executivo e da bancada aliada no Congresso – foi bastante celebrada por ativistas e organizações que defendem a liberdade da rede, por ser tratar de uma das legislações mais avançadas do mundo. Seu maior avanço é tratar o acesso à internet como um

direito fundamental, definindo princípios e bases para orientar a relação comercial entre usuários e provedores de internet.

No entanto, o artigo 15 gerou críticas e até uma campanha para que a presidente o vetasse. "[Ele] compromete seriamente nossa privacidade ao obrigar que empresas guardem por seis meses, para fins de investigação, todos os dados de aplicação (frutos da navegação) que gerarmos na rede. Isso inverte o princípio constitucional da presunção de inocência ao aplicar um tipo de grampo em todos os internautas. A obrigação da guarda de dados também gera a necessidade de manutenção de todos esses dados em condições de segurança, sobrecarregando sites e provedores de encargos econômicos. O alto custo poderá levar à comercialização desses dados, criando uma corrida pelo uso da privacidade como mercadoria", escreveram Pedro Ekman e Bia Barbosa, membros da coordenação executiva do coletivo Intervozes, que milita pela democratização da comunicação.

Outros problemas deverão aparecer na regulamentação dos pontos mais polêmicos. O próprio artigo 15 precisa ser regulamentado, processo que será conduzido a portas fechadas pela Presidência, que ouvirá a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

Além dele, outro campo de batalha será a regulamentação da neutralidade da rede, que garante a mesma qualidade e velocidade do tráfego independentemente do tipo de navegação e do preço cobrado. De acordo com o Artigo 9 da lei,

podem ocorrer exceções em dois casos: “requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada dos serviços e aplicações e priorização de serviços de emergência”. No entanto, ativistas creem que a Anatel, que tem forte influência das empresas de telecomunicação, pode tentar influenciar a decisão final. “A quebra da neutralidade por motivos técnicos pode beneficiar o desinvestimento na infraestrutura de telecomunicações que a sociedade precisa”, alertou Sérgio Amadeu, Integrante do Comitê Gestor da Internet do Brasil, em entrevista à Agência Brasil. Por isso, os representantes da sociedade civil também querem ser ouvidos no processo de regulamentação, no espírito que marcou as discussões do Marco Civil.

“O Brasil gerou mais de 100 mil empregos em agosto, um grande resultado.” – campanha de Dilma Rousseff, em 16/09

Em agosto de 2014 foram criados 101.425 postos de trabalho formal no país, mas o resultado não é tão bom.

Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Mas este não é exatamente um grande resultado: o número é 20,5% menor do que no mesmo período do ano passado, quando foram criadas 127.648 vagas.

Embora novos empregos continuem sendo criados, a taxa de crescimento está menor do que nos últimos seis anos, segundo reportagem do G1. Neste período, houve apenas um ano em que a criação de empregos em agosto foi mais baixa do que agora: em 2012 foram criados 100.938 empregos formais. Já melhor taxa nesse período aconteceu em agosto de 2010, último ano do governo Lula, quando foram criadas 299.415 vagas.

Confira o número de postos de trabalho formal criados no mês de agosto dos últimos seis anos: 2008 (239.123 vagas); 2009 (242.126 vagas); 2010 (299.415 vagas); 2011 (190.446 vagas); 2012 (100.938 vagas); 2013 (127.648 vagas); 2014 (101.425 vagas)

"Com Dilma, o metrô de Salvador finalmente entrou em circulação e já está sendo ampliado." – campanha de Dilma Rousseff, em 20/09

Após 14 anos de obras e uma verdadeira novela que envolveu acusações de superfaturamento de R$ 400 milhões, em valores corrigidos até 2013, do Tribunal de Contas da União (TCU) e investigações do Ministério Público Federal (MPF) que questionaram a regularidade da licitação, o metrô de Salvador foi inaugurado em 11 de junho deste ano.

No entanto, o sistema de transporte da capital

baiana está em fase de testes e ainda não entrou em operação comercial. A data de início da operação comercial, prevista para o último dia 15, foi adiada para o próximo mês de outubro. A justificativa da Sedur (Secretaria de Desenvolvimento Urbano), órgão do governo estadual da Bahia responsável pela obra, é que não houve integração do metrô com o Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus (STCO).

Além disso, o que já foi inaugurado é apenas um trecho da Linha 1 do metrô soteropolitano. Este trecho tem 7,3 km de extensão e compreende apenas cinco estações (Lapa, Campo da Pólvora, Brotas, Acesso Norte e Retiro). O restante da Linha 1 deve ser inaugurado em janeiro de 2015 e a Linha 2 (que irá até o Aeroporto Internacional de Salvador), em 2017. O investimento está estimado em R$ 3,6 bilhões de reais.

"O analfabetismo também caiu (queda de 8,5%) e houve uma grande redução do trabalho infantil (10,6%)." – Dilma Rousseff, em 25/09

Apesar de as porcentagens estarem corretas, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, a taxa de analfabetismo representa 13,31 milhões de brasileiros analfabetos com 15 anos ou mais.

A taxa de alfabetização de 2013 se aproxima à de

2011, que equivalia a 8,6%. De 2011 a 2012, a taxa aumentou para 8,7% (de 12,9 milhões para 13,2 milhões de pessoas analfabetas, a partir de 15 anos ou mais).

Vale lembrar que uma das 20 metas do Plano Nacional da Educação é elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 – e erradicar o analfabetismo até 2024.

Em relação à taxa de trabalho infantil, a redução de 10,6% representa 400 mil crianças e adolescentes na faixa de 5 a 17 anos que saíram da situação de trabalho – que não considera os aprendizes. Isso quer dizer que em 2013 ainda haviam 3,1 milhões de brasileiros em situação de trabalho infantil.

O governo brasileiro está inserido no compromisso mundial de erradicar todas as formas de trabalho infantil até 2020.

A PNAD divulga resultados para cada Unidade da Federação (UF) e para nove Regiões Metropolitanas, a saber, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Que medo, Dilma!

"Durante a Copa, foram instalados 14 Centros Comando e Controle de Segurança, dois nacionais e 12 estaduais. Todos funcionaram integrados 24 horas por dia, acompanhando em tempo real tudo o que acontecia no país. E como eles passaram no teste de eficiência, continuam operando até hoje. Por isso, a proposta de Dilma é implantar os Centros de Controle Integrados em todo o Brasil, aproveitando o modelo já existente. Para isso, ela já esta conversando com os estados e estudando algumas mudanças na legislação para que, no ano que vem, tudo seja colocado em prática e o país passe a ter um modelo de segurança totalmente integrado." – campanha de Dilma Rousseff, em 02/09

A candidata do PT, que já vinha falando em redefinir as competências das três esferas de governo na área de segurança pública, apresenta agora como principal proposta a ampliação dos Centros Integrados de Comando e Controle (CICCs) que funcionaram durante a Copa do Mundo.

Para isso a candidata promete enviar uma PEC ao Congresso Nacional cujo objetivo é integrar as forças de segurança, incluindo o exército, em CICCs em todas as capitais brasileiras. "Nós queremos que o modelo da Copa se torne permanente", declarou recentemente a presidente. Porém, se a atuação coordenada das polícias durante o megaevento foi considerada um sucesso para uns, para outros ela

está longe de servir de exemplo.

Durante a Copa, sob a articulação da Polícia Federal e da Abin, forças como a Polícia Rodoviária Federal, Polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Guarda Municipal, SAMU e órgãos de trânsito atuaram em conjunto nos CICCs. Os centros são, de fato, o maior "legado" deixado pela Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge) do Ministério da Justiça. Foram cerca de R$ 800 milhões gastos com as mega infraestruturas de vigilância, do total de R$ 1.1 bilhão investido pelo governo federal em segurança (a Secretaria se recusa a divulgar o valor exato dos CICCs). Por outro lado, a SESGE gastou apenas cerca de R$ 13 milhões com treinamento de forças policias no mesmo período – cerca de 1% do total – segundo dados da própria secretaria (baixe aqui).

Cada CICC é equipado com aparelhos de processamento de dados, voz e imagens captadas por câmeras próprias ou por integração com sistemas de vigilância das polícias. Um exemplo é o VCAS, um conjunto de programas que analisam imagens e vídeos. Eles conseguem identificar pessoas, indexando informações como trajetória, cores das roupas, traços faciais etc. "O sistema consegue indexar centenas de milhões de eventos, oferecendo um índice completo, que pode ser rapidamente pesquisado, analisado e correlacionado em segundos", explica uma brochura da Sesge (leia mais). Além disso, os CICCs funcionam junto a Plataformas de Observação

Elevada (POE). Ao todo são 36 POEs que transmitem ao vivo imagens captadas nas ruas utilizando câmeras de alta definição e até mesmo câmeras de visão térmica. Durante a Copa, os CICCs também contaram com 12 Sistemas de Imageamento Aéreo (SIA), com 33 aeronaves adaptadas para receber esses equipamentos.

Para a Anistia Internacional, a ação das forças de segurança na Copa levou a violações de direitos humanos, repressão violenta de protestos e detenções arbitrárias. "Infelizmente, constatamos que as violações cometidas pelas forças de segurança nos protestos do ano passado e início desse ano se repetem", disse Atila Roque, diretor executivo da Anistia Internacional Brasil. "As forças de segurança atuando no contexto dos protestos devem atuar para garantir este direito, coibindo e investigando atos de violência nas manifestações e não fazer uso excessivo da força ou cometer qualquer tipo de abuso", afirmou Roque. Outras organizações de direitos humanos também classificaram a repressão a manifestantes nas ruas como um atentado à liberdade de manifestação. "Desde os protestos de junho de 2013, é perceptível a intensificação do uso desmedido das forças de segurança do Estado como forma de repressão a essas manifestações", escreveu a Artigo 19. Para a Conectas, "Embora não tenha sido decretado Estado de Exceção, as forças de segurança agiram como se vários direitos tivessem sido suspendidos entre eles a liberdade de expressão e o direito a manifestar".

Se há alguma dúvida sobre a relação entre a atuação policial nas ruas durante a Copa e a adoção dos Centros Integrados de Comando e Controle, ponto nevrálgico do sistema de segurança, ela se esvai com a leitura do inquérito da Polícia Civil que serviu de base para a prisão preventiva de 23 ativistas no Rio de Janeiro na véspera da final da Copa do Mundo. O documento, obtido pela Pública, mostra que uma das principais peças de acusação foi obtida por um policial da Força Nacional Nacional de Segurança, subordinada ao Ministério da Justiça, em Brasília, que foi infiltrado entre manifestantes. "A atuação do declarante limita-se a ir aos locais das manifestações e observar os ânimos dos envolvidos, filmando em tempo real, por meio do aplicativo de celular chamado de 'twitcasting' repassando ao vivo (...) ao CICC – Centro Integrado de Comando e Controle as ações de acompanhamento às manifestações realizadas em campo e acompanhadas ao vivo pelo comandante do declarante e outros órgãos de inteligência".

O policial infiltrado disse aos manifestantes que "estava no local em pesquisa de campo, obtendo material utilizado em trabalho de término e conclusão de curso em gestão pública", segundo depoimento anexado ao processo. Em outra parte da sua declaração, o policial conta que, disfarçado de manifestante, filmou e seguiu um grupo que estava "acuado" para que, através das imagens enviadas ao CICC do Rio, a polícia soubesse "onde o grupo estava e para onde iria". "Neste dia o CICC tomou ações baseadas , em parte, pelas

transmissões ao vivo feitas pelo declarante", diz o inquérito. E acrescenta detalhes do tipo: "O meio mais utilizado [pelos manifestantes] para comunicação, além de pessoalmente, é o telegram pois acreditam que as conversas são mais seguras".

A infiltração do policial faz parte de uma estratégia observada e denunciada diversas vezes desde os protestos de 2013 por organizações de direitos humanos. Os CICCs serviram, neste caso, apenas para facilitar. E a ação, autorizada pela Justiça, aponta para um potencial sinistro do aparato de vigilância que Dilma pretende expandir para todo o país. "Essas tecnologias são geralmente comprados e instalados sem discussão pública suficiente, então a maneira com que a polícia realiza o seu trabalho muda repentinamente, sem que as pessoas saibam disso. Não se proporciona tempo nem espaço para considerações pela sociedade sobre se ela se sentirá confortável com essas novas tecnologias", explica Nadia Kayyali, da Electronic Frontier Foundation, uma organização que defende o direito à privacidade e à liberdade de expressão. "É possível criar regulações para essas tecnologias, mas há um grande perigo real de que a polícia abuse delas". Para ela, essas tecnologias também tolhem a liberdade de expressão. "As pessoas ficam com medo de ir a protestos nas ruas, já que ouvem tantas histórias sobre repercussões negativas de se opor ao governo".

Passada a Copa, os CICCs estão sob administração dos governos estaduais. Em São Paulo, por exemplo, a Secretaria de Segurança

Pública já anunciou a intenção de dobrar o número de câmeras nas ruas. Hoje o CICC acessa 112 câmeras na cidade; para chegar a mil, no total, a Secretaria de Segurança Pública pretende integrar as câmeras da Polícia Militar e também do setor privado. "É claro que essas tecnologias tornam públicos detalhes sobre a vida das pessoas. Mesmo que só haja gravações ou monitoramento de manifestações públicas, eles podem ser reunidas em um monte de dados e informações sobre a pessoa, então há um prejuízo à privacidade", conclui Nadia.

Cala-boca em Belo Monte

por Alceu Luís Castilho

Na maior obra do governo Dilma, 40 mil pessoas, principalmente indígenas, sofreram o impacto da construção da usina

"O governo está trocando o pneu com o carro em movimento. O comitê gestor tem deficiências no modelo de gestão, na presença da sociedade civil e na transparência de seus atos. É importante ampliar para outras pessoas essa participação da sociedade civil. Há um passivo do Estado brasileiro em relação a comunidades tradicionais atingidas por empreendimentos que é preciso reconhecer. Já passou a hora de apresentar, junto com a sociedade, um modelo de gestão para esses territórios."

A avaliação acima não foi feita pelos atingidos pela hidrelétrica de Belo Monte. Vem do próprio governo federal, através da secretária adjunta de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, Juliana Gomes Miranda. Ela acompanha desde 2011 o projeto, exatamente na relação do governo com a comunidade. A **Pública** solicitou entrevista com o ministro Gilberto Carvalho, responsável por esse contato. Após informar que a conversa seria com o

secretário de Articulação Social, Paulo Maldos, e não com o ministro, a Secretaria-Geral delegou a tarefa para Juliana.

As críticas ao projeto feitas pela população do Xingu são bem mais incisivas que as observações de Juliana. As mais indignadas são as que vêm do Movimento Xingu Vivo para Sempre, uma organização que reúne grupos que não aceitaram – e não aceitam – a construção da hidrelétrica: "É uma ditadura. Não tem diálogo. Os movimentos sociais que são de resistência, contra os projetos do PAC, o Gilberto Carvalho não recebe – diz uma das líderes do Xingu Vivo, Antonia Melo. Só existe diálogo com os movimentos que estão de acordo com a política do governo. Aí Dilma pode até receber. Mas é para ficar calado."

A ativista se refere ao Programa de Aceleração do Crescimento. Belo Monte é uma das vitrines do PAC, com investimento total de R$ 28,9 bilhões, segundo o próprio governo. A promessa de campanha, embutida nas propagandas televisivas, é a de que a usina beneficie 18 milhões de pessoas, ou 60 milhões de consumidores. "Dilma veio aqui na segunda-feira (dia 02/08) e soubemos em cima da hora", relata Antonia Melo, referindo-se à agenda de campanha da candidata. (Confira aqui: "Dilma Rousseff visita obras de Belo Monte e faz campanha no Pará"). "O aeroporto ficou lotado de polícia, Exército, Força Nacional. Ela passou direto para os canteiros da destruição. Deu entrevista defendendo hidrelétricas, sequer procurou saber se o povo, a comunidade, as pessoas atingidas estavam sendo

respeitadas. Não há um mínimo de diálogo com a população expulsa e massacrada".

A liderança do Xingu Vivo segue disparando contra o projeto: "A outra situação grave é que a maioria desses movimentos é cooptada pelo governo. Cargos, recursos para os projetos. É um cala a boca. Movimentos que não aceitam são tratados como bandidos, como inimigos. Seja com os indígenas, seja com os movimentos que vão lá para reivindicar direitos – aí é cavalaria, bala de borracha, gás lacrimogênio. Não tem conversa. É repressão. É um governo que tem capa de governo popular, que tem todas essas aberturas, entre aspas, com relação aos movimentos sociais, mas é uma grande farsa."

Antonia Melo faz uma ressalva em relação ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que recebeu diversas organizações. "Mas tudo que prometeu fazer não fez", dispara. Segundo ela, Lula ouviu os povos indígenas e disse que, se o projeto não fosse viável, não ia impor goela abaixo. "Falou isso para a gente em reunião e para o bispo Dom Erwin Kräutler. No governo Dilma fomos novamente, com o cacique Raoni, tentar falar com governo. Fomos recebidos com presença de muita polícia. Teve reunião na Casa Civil. Mas tudo que os representantes do governo prometeram não fizeram nada".

Dom Erwin Kräutler é bispo da Prelazia do Xingu e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), um dos parceiros do Movimento Xingu Vivo para Sempre. Os povos

indígenas estão entre os principais atingidos pela usina, ao lado de populações ribeirinhas, como os pescadores, somando 40 mil pessoas afetadas. Tanto pescadores como indígenas chegaram a aceitar o projeto, mas, diante de promessas não cumpridas, articulam novos protestos.

O advogado Leonardo Amorim, do Instituto Socioambiental, acompanha de perto Belo Monte e confirma essa tendência até em relação a apoiadores tradicionais. Organizações que eram a favor da usina no momento da instalação, analisa, passaram a ter discurso crítico, diante da não efetivação de direitos. Ele menciona o Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental da Transamazônica e Xingu (Fort Xingu), historicamente a favor da usina.

Esse fórum reúne grandes e pequenos comerciantes que, segundo Amorim, "sempre fizeram lobby pró-Belo Monte". "Até alguns meses atrás, quando foi dissolvido, disseram que os ganhos que anteviam não vieram", relata o advogado. "A saúde estava um caos, o saneamento sem garantia, criminalidade, preço dos imóveis inviabilizando atividades".

Outro caso seria o do Consórcio Belo Monte, uma aliança de municípios impactados, que adotou um discurso mais crítico desde a instalação.

Um rápido histórico

Antonia Melo, do Xingu Vivo, ingressou nos movimentos sociais de Altamira no fim dos anos 80. Um dos mais organizados era o de mulheres.

De lá para cá, houve seguidas dissensões. Boa parte das lideranças ganhou funções nos governos federal ou estadual, especialmente na época da governadora Ana Júlia Carepa, do PT, entre 2007 e 2010. Para a ativista, o que houve foi cooptação.

Palavra que Juliana, da Secretaria-Geral da Presidência República, rejeita. Ela diz – neste momento, um tanto irritada – que entre os que reclamam há gente ligada ao PSTU, ao PSOL, e que não é o caso de se falar em partidos.

Professora de sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Lorena Fleury fez doutorado sobre a Usina de Belo Monte. E tratou também da relação do governo com os atingidos pela obra. Ela considera o caso Belo Monte emblemático em relação à postura do governo com movimentos sociais. "Coloca-se na postura de quem pretende elaborar diálogo, mas na prática ele não se consolida", diz. "O governo aceita ouvir algumas poucas lideranças, mas não atende nenhuma demanda. Muito pelo contrário. Como a principal demanda de parar Belo Monte foi considerada inaceitável, o diálogo começou inviabilizado".

Ela observa que o Xingu Vivo nunca aceitou discutir a construção da usina. Uma postura diferente daquela do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), por exemplo, que tem maior histórico de interlocução com PT e, de tabela, com o governo federal. O MAB, explica a pesquisadora, não aceitava inicialmente discutir as condicionantes – as realizações que o governo promete fazer diante dos impactos sociais e ambientais. Depois que a

obra foi iniciada, passou a negociar. “Houve uma reacomodação, e o Xingu Vivo continuou tendo postura mais radical contra o governo”.

Existe uma pré-história de Belo Monte, a Usina de Kararaô. Em 1989, as organizações populares – de mulheres, indígenas, negros, já organizados em torno dos impactos da Transamazônica – conseguiram derrubar o projeto, que previa o alagamento de terras indígenas. Ao ser retomado, e diante dos protestos contra a utilização do nome Kararaô, indígena, ele se tornou a Usina de Belo Monte. “Esse movimento social era forte e foi canalizado para o PT”, explica Lorena Fleury. “O plano foi engavetado, mas nunca saiu totalmente do horizonte do governo. E o PT era contrário. Com a mudança do PT para o governo federal, várias dessas pessoas que faziam oposição à hidrelétrica alçaram cargos associados ao governo. E o PT assumiu o governo estadual. Com isso, mudaram de lugar”.

Nos anos 90, o setor das mulheres tinha se organizado na Fundação Viver, Produzir e Preservar. E veio um período de relativa calmaria. Com Lula eleito presidente, o projeto foi retomado. Segundo a pesquisadora da UFRGS, o raciocínio era o seguinte: já que o PT estava no governo, “vamos aceitar, desde que seja um projeto diferente”. A percepção era a de que não se podia fazer oposição a Lula, e necessário apoiá-lo. “As que não aceitaram foram hostilizadas”, diz Lorena. A fundação conseguiu criar uma série de políticas para agricultura familiar. “Trocaram a resistência a Belo

Monte pela possibilidade de efetivar essas demandas. Foi aí que se formou o Xingu Vivo, liderado pelas que saíram da fundação".

As condicionantes

Com a adesão ao projeto de setor significativo das organizações populares, a palavra "condicionantes" passou a ser uma das mais pronunciadas na região. Aceitava-se a obra desde que houvesse contrapartidas socioambientais, pelo governo e pela Norte Energia – o consórcio responsável, desde abril de 2010, pela construção da usina. O problema é que boa parte dessas condicionantes não é cumprida – ou é cumprida de forma insuficiente. Assim, mesmo entre aqueles que aceitaram o projeto forma-se uma mobilização específica, para o cumprimento das promessas.

"A lista de condicionantes é enorme e vai aumentando", explica Lorena Fleury. "São mais de 50 condicionantes, no entanto o empreendedor não consegue cumpri-las e são objeto de uma disputa muito grande". Isto quando os moradores não se consideram enganados.

É o caso de Otávio Gomes das Chagas, de 62 anos. Ele morava numa ilha na Volta Grande do Xingu, inundada com a barragem. Lá, tinha uma roça, criava galinhas. Agora mora em um baixão, termo utilizado na região para as áreas pobres. Recebeu R$ 12.900 de indenização da Norte Energia e teve de morar de aluguel. Não tem aposentadoria. A casa só tem um quarto e uma sala, utilizada também como cozinha. "Mas nada dela

presta: a água não presta, é só ferrugem, tem de buscar no tanque, a mais de cem metros de distância. Banheiro é o do vizinho”. Otávio não se acostumou com a cidade. E conta que, para pagar o aluguel de R$ 300,00, chega a ficar sem comer. “Um ano que estou nesse aperrengue”, diz. “Eu tenho esperança de que eles me dessem uma moradia, ou terra para nós morar”.

Antonia Melo, do Xingu Vivo, não tem dúvidas: “Ele foi enganado”. Ela diz que todos os moradores, por direito, deveriam ter sido colocados em outra área do rio, onde poderiam continuar com suas atividades, sua cultura. “A empresa não assentou nenhuma família, de acordo com a lei – nem ribeirinhos, nem agricultores, nem famílias da cidade. Com conivência e apoio do Judiciário. Seu Otávio é uma das vítimas. São várias”.

Advogado do Instituto Socioambiental (ISA), Leonardo Amorim conta que boa parte das ações antecipatórias – aquelas que deveriam ter sido feitas antes das obras de construção da usina, iniciadas em 2011 – ainda não foi cumprida. “No caso do reassentamento urbano, não cumpriram nem 10% da construção das casas”, conta. “O plano original era que as 5 mil famílias urbanas fossem retiradas das áreas alagadas. A reforma de um hospital e a construção de outros dois não foram feitos”.

Entre uma e outra defesa do governo e do projeto, mais uma vez Juliana Miranda, da Secretaria-Geral da Presidência, é sincera, em relação às condicionantes: “Tem condicionantes

que não adianta o poder público ter vontade se o empreendedor não agir". Com isso se chega a um problema central de Belo Monte: as cobranças em relação ao governo federal ganham como anteparo um consórcio privado.

Falta de transparência

Leonardo Amorim aponta a falta de transparência como outro tema central em relação às contrapartidas. Assim como o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Instituto Socioambiental aceita as condicionantes, não é inimigo do projeto. É parceiro da Fundação Viver, Produzir e Preservar, governista, mas tem sua atividade junto às populações extrativistas reconhecidas até pelo Xingu Vivo, de oposição.

Mesmo assim o acompanhamento que faz das políticas públicas na região de Altamira esbarra em obstáculos impostos pelo consórcio. "Do que eu presenciei da relação entre governo e movimentos sociais o que mais me chamou a atenção é que o processo é completamente intransparente. Eu já fui expulso de várias reuniões. Não só em Altamira, mas em Brasília. No meio de 2012, quando cheguei em Altamira, numa reunião entre Funai, indígenas afetados e Norte Energia, o representante da Norte Energia falou: o ISA está ali. A Funai (Fundação Nacional do Índio) não se pronunciou, e fui expulso pelo porteiro."

Amorim lembra-se também de uma reunião do Fórum de Acompanhamento Social, uma das condicionantes previstas pelo Instituto Brasileiro de

Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama). Esse fórum foi concebido para o empreendedor ter contato constante com a comunidade, e ser questionado sobre os impactos. A reunião tratava do monitoramento dos impactos sobre a pesca. Cem pescadores estavam em frente do prédio da Norte Energia. Pelo microfone, ouviram que só quatro deles seriam recebidos. “Isso provocou comoção geral, pescadores quiseram invadir o prédio”, conta o advogado. Quantos participaram? Quatro. “Eles voltaram de mãos abanando para casa”, conta o advogado. “E nunca mais teve reunião do fórum”.

Em Brasília, nada tão diferente. Amorim foi a um workshop semestral, sobre os relatórios feitos pela Norte Energia. O Ibama emite a cada seis meses um parecer sobre esses relatórios. “Boa parte do trabalho do ISA é ver as informações, divulgar para o Ministério Público, a Funai. E para publicar placares de cumprimento de condicionantes. Fui há três meses em uma dessas reuniões, em um hotel. O diretor socioambiental da Norte Energia presidia a mesa. Bateu no meu ombro e disse: ‘O senhor não foi convidado’. E disse que ia chamar o segurança”. Como se tratava de uma reunião com um órgão público, ele pediu ata da reunião. “Disseram que não há ata”.O advogado lembra que tem perfil técnico, especializado em questões ambientais. “Para gente é mais fácil, imagine para os atingidos. Eles não têm a menor ideia do que é direito deles ou que a Norte Energia faz para desviar a atenção do direito dos atingidos”.

Procurador do Ministério Público Federal,

Ubiratan Cazetta diz que o caso relativo ao advogado do ISA é uma distorção do processo democrático. “O fato de o ISA ter uma atuação qualificada, que possa ajudar os movimentos sociais, não pode servir como motivo para excluí-lo de audiências públicas. É da essência do ato público”, afirma. “A regra é que qualquer um possa participar. Ainda que traga perguntas indigestas, que é o papel dos movimentos sociais. O papel do administrador é ter resposta a isso”.

MP: de mãos atadas

O próprio Ministério Público se confessa impotente diante da lentidão judicial – que perpetua situações denunciadas pela população. “Há uma estratégia judicial de fazer que os projetos sejam postergados e as obras sejam concluídas”, afirma Cazetta. “Obtemos uma liminar, ela é cassada por decisão de presidente do Tribunal de Justiça do Pará, e essa decisão vigora até o fim do processo. Quando o processo chega ao fim, dez anos depois, já há uma decisão consolidada”.

Ele enumerou vários exemplos nesse sentido. Um deles, uma ação proposta em 2006: uma oitiva para conhecimento prévio do projeto pelas comunidades indígenas. “O governo sustentava que iria ouvir. No licenciamento, não foram ouvidos. O governo passou a sustentar que não era o caso porque não havia alagamento. Nós ganhamos no Tribunal Regional Federal, mas o processo não chega ao Supremo Tribunal Federal, está parado no TRF há mais de um ano”.

O procurador conclui que não há espaço de diálogo verdadeiro, “seja com indígenas, seja com movimentos sociais”. Ele critica a utilização de um instrumento chamado suspensão de segurança, válido só para presidentes de tribunais. “Ele continua sendo utilizado e rompe com o caminho normal de uma decisão em processo judicial”, avalia. Essa decisão, explica Cazetta, não discute se a ação é correta, ou se as provas são fortes ou não. “Simplesmente se faz uma análise política – se afeta ou não a ordem pública ou o interesse econômico do governo”.

Esse seria o caso do desrespeito à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, relativa aos direitos dos povos indígenas. A OIT diz que o governo violou a convenção. “Como o processo atrasou muito, o governo diz que a decisão já se consolidou”, diz Cazetta. Em relação ao alagamento de casas, a mesma lógica. “Era uma oportunidade excelente de pensar Altamira para os próximos anos. Pensar um bairro mais adequado, urbanização mais moderna. Mas se abandonou a promessa inicial de três tipos de casas”.

Em pelo menos um caso essa imposição motivou gastos extras, conforme o relato de Amaury Juruna, uma liderança local de sua etnia. Ele conta que o povo Araueté não pode ter piso de concreto dentro da casa. Pelo hábito de enterrar seus mortos no recinto. Também não podem ter janela, pelo medo dos espíritos. Ao receberem a casa, como compensação pelo despejo, lá estavam: janela, piso de concreto. Não aceitaram. “Perderam dinheiro,

houve desperdício de dinheiro público", constata o Juruna. Ele também fala de projetos tecnicamente errados de casas de farinha. "Não fizeram pesquisa sobre a cultura das etnias, uma coisa básica".

Segundo o procurador, o tipo de moradia do programa Minha Casa, Minha Vida não segue o padrão da região. "Não é a área prometida", diz. "Sem pensar que as pessoas não têm tecnologia para fazer qualquer tipo de alteração". Em relação ao desperdício de dinheiro público, ele conta que a Norte Energia não se sente obrigada a repassar detalhes sobre os gastos. Ou seja, trata-se de uma caixa-preta.

Com tudo isso, o papel do Ministério Público acaba sendo diminuído. Antes do início das obras, foi movida uma ação sobre esvaziamento, pelo consórcio, de uma audiência pública, onde centenas de pessoas foram impedidas de participar. Esse processo seguiu a mesma lógica: foi arrastado. "Agora a obra já passou dos 50% de construção", constata Cazetta. "O que vai mudar uma audiência pública hoje? Nada". Ele conta que os próprios juízes dizem isso nas decisões. "Aí o problema já se consolidou, você já teve alagamento de casas, as pessoas já se mudaram".

Cazetta diz que o que sobra para o MP, no fim das contas, é uma ação ineficaz. "O campo de atuação fica muito limitado a boas ações. E a despertar o debate – chamar a população para esse debate. Mais uma atuação de alerta do que propriamente efetiva", define. "Algumas coisas são obtidas, algumas políticas públicas, algumas

compensações. Diante do tamanho do problema, ainda é pouco".

Acesso fechado

Antonia Melo, do Xingu Vivo, conta que não pode chegar perto dos canteiros ou entrar em qualquer lugar da Norte Energia. Isto por decisão da justiça estadual, que aceitou interditos proibitórios movidos pela Norte Energia e pelo Consórcio Construtor de Belo Monte. Tanto o Xingu Vivo como o MAB podem ser multados diariamente em R$ 50 mil, caso desrespeitem a medida que visa impedir manifestações. "Sou acusada de incentivar a invadir os canteiros", conta ela, que já coleciona sete dessas proibições. Fora os processos. "Só não sou proibida de falar".

"É um remédio extremamente violento para impedir um discurso contrário ao seu posicionamento", diz o procurador Ubiratan Cazetta. "Obviamente o movimento social não pode fazer tudo que quiser. O problema é que muitas vezes você tem uma situação em que o processo judicial é criado justamente para criar constrangimento. Isso, pensando no fortalecimento da sociedade civil, é uma perda". Ele observa que, como as ações são movidas na justiça estadual, o MPF não pode atuar diretamente. "Não me lembro de nenhuma decisão da Justiça Federal nesse contexto".

Cazetta observa que faltam defensores públicos. E que a falta de apoio e estrutura leva à desinformação das organizações sociais.

“Eventualmente você tem outra entidade vinculada a direitos humanos, que tem advogado. Mas é sempre aquela coisa informal. Tinha uma defensora em Altamira, hoje não tem ninguém”.

O Instituto Socioambiental fez um registro fotográfico de um muro de pedras construído em Vitória do Xingu, a nordeste de Altamira, onde fica a casa de força da hidrelétrica. “Era o lugar onde os grupos entravam para derrubar”, relata Antonia. “Depois disso fizeram a muralha para impedir a entrada de qualquer manifestante”. O muro foi erguido em julho de 2013, um mês após a ocupação feita por indígenas de oito etnias, pescadores e ribeirinhos, que exigiam ser recebidos pelo governo.

“Não é no canteiro de obras de Belo Monte que esse modelo vai ser discutido”, justifica Juliana Miranda, da Secretaria-Geral da Presidência. “Existe um planejamento energético, colocado para consulta pública. Canteiro de obras é para obras. Você já tem a licença prévia, já iniciou o licenciamento ambiental. Queimou etapas. A discussão agora é como garantir o envolvimento da sociedade”.

A relação com os trabalhadores nas obras também vem sendo conturbada. Em 2011, 2012 e 2013 houve várias greves, nem sempre encaradas de forma pacífica. Em abril de 2012 um operário foi preso. Enquanto a Polícia Militar utilizava bombas de gás e sprays de pimenta, outros policiais sobrevoavamo local em um helicóptero da Norte Energia, conforme o relato do Xingu Vivo. Um ano depois, foi a vez da Força Nacional encurralar os

operários, segundo o CSP-Conlutas, no canteiro Pimental. Houve denúncia de sequestro de trabalhadores por policiais e seguranças. Até um jornalista foi acusado de instigar as paralisações. Um dos recursos utilizados pelo consórcio foi o mesmo ao longo desses anos: demissões. (Leia mais em: Trabalhadores reféns em obras bilionárias na Amazônia)

Os povos indígenas

Antonia Melo lembra que, por um ano, aldeias indígenas receberam R$ 30 mil da Norte Energia, de verbas emergenciais. Ela diz que a Funai também virou inimiga dos índios nesses projetos. "As pessoas nunca vieram aqui falar com os índios, mas os ex-presidentes da fundação assinaram documentos dizendo que eles tinham sido ouvidos", afirma. "Fizeram para dividir os povos, como fazem com as outras lideranças. Como os indígenas viram que não ganharam nada, continuaram com manifestações. Então ganharam voadeiras, motores, carro. Hoje estão na Volta Grande do Xingu, praticamente sem água. Os Xikrin dizem que o Rio Bacajá já está seco".

Lorena Fleury, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, observa que, com os R$ 30 mil emergenciais para as aldeias, se tornou muito mais atrativo para os indígenas aceitar Belo Monte. "Viram que aqueles que se opunham estavam se desgastando e aceitaram esses recursos", analisa. "Mas isso nunca significou que eles tivessem aceitado o conceito de Belo Monte. É dentro dessa

lógica que têm acontecido as ocupações mais recentes".

Daí a estratégia de ocupar os canteiros, fechar, para chamar atenção. A ocupação mais efetiva, segundo ela, foi a do povo Munduruku. Eles ficaram por mais tempo e conseguiram destacar um maior número de manifestantes, parando o empreendimento. "Virou uma questão pública maior", diz Lorena.

Segundo ela, os indigenistas relatam que os povos da região não são de guerra. "Por isso os Kaiapó e Munduruku, mais combativos, eram necessários para essa mobilização".

Os Munduruku ocuparam durante oito dias o canteiro principal de obras em Belo Monte. Eles pediam a suspensão de todos os empreendimentos elétricos na Amazônia até que fosse feita consulta prévia aos povos tradicionais, como prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O temor deles é relativo à construção de hidrelétricas no Rio Tapajós, as próximas da fila, onde 12 mil membros da etnia seriam afetados – além de 8 mil indígenas das etnias Kayabi e Apiaká. O grupo passou oito dias ocupando o Canteiro Belo Monte e chegou a Brasília em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), após acordo com o governo para desocupar o local. Lá, foram recebidos pelo ministro Gilberto Carvalho.

Na prática, continua Lorena Fleury, as condicionantes para povos indígenas têm sido completamente negligenciadas. "Por mais que o

empreendedor diga o contrário", alfineta. "Há alguma ou outra mitigação, mas a regularização de terras e as coisas estruturais não têm sido realizadas". Ela diz que as ocupações mais recentes são uma forma de chamar atenção para as condicionantes não resolvidas. E que há um descompasso entre o ritmo das obras e a lentidão no atendimento das condicionantes que levou ao embate mais efetivo, mais dramático.

Relato de um Juruna

Estudante de Direito, Amaury Juruna confirma que os indígenas de outro tronco linguístico, como os de sua etnia, possuem um perfil mais aberto à negociação, em relação aos Munduruku e Kayapó. Ele conta que já esteve dos dois lados da moeda: participou do governo e também do Xingu Vivo. Considera que, pela posição radical contra o empreendimento, o movimento acabou não beneficiando ninguém. "Eles não apresentam uma solução", considera. "E também nunca vão às aldeias".

Mesmo assim, ele diz que não é favorável a Belo Monte, no atual contexto que define como "desorganizado". "Estão passando por cima de muita coisa", afirma. Por outro lado, considera que, antes do empreendimento, as pessoas em Altamira estavam "no meio do deserto". "Existe agora uma movimentação de resgate. O movimento social não tem solução para acabar com a estagnação da cidade".

"As promessas não foram cumpridas de forma

adequada", avalia Amaury. "Não foi feito um plano. Criaram novas aldeias, 26, com índios de poucos anos de contato. A Norte Energia deu voadeiras. Mas o motor quebra, eles encostam e vendem. Se uma liderança articula um movimento contra Belo Monte, uma pessoa da Norte Energia dá valor em dinheiro para essa pessoa sair. E ali acaba o movimento. Ele é comprado a partir de uma liderança. Isso é muito comum".

Ele diz que para sair na cidade às seis da tarde, hoje em dia, é preciso usar máscara. "É uma neblina, por causa da poeira. Muita gente na cidade, muito lixo". O indígena relata que houve um protesto muito específico em decorrência da obra: o das prostitutas."Queriam que a Norte Energia pagasse em datas alternadas", conta Amaury. "Não estavam dando conta".

Antes do carnaval, Amaury foi com mais 15 indígenas, de quatro aldeias Juruna e uma Arara, para Maranhão e Tocantins, ver como viviam os Krahô e Kanela após a construção de uma barragem em suas regiões. Foram com uma consultora de projetos, de São Paulo. E um funcionário da Funai: um motorista. "Ela não era antropóloga, não conhecia nada", relata. "Como contratam uma pessoa que nunca viu indígena numa região de conflitos?"

Ubiratan Cazetta, do Ministério Público Federal, constata que o MPF tem dúvidas em respeito ao cumprimento das condicionantes e dificuldades na fiscalização das verbas. "Em alguns momentos a liberação de recursos pode dar margem a

distorções", afirma. "Comunidades indígenas foram utilizadas ou enganadas para ganhos fora da realidade. Algumas lojinhas de Xikrin tiveram um faturamento que levaria dez anos para ser obtido. É um tema que nos preocupa. Mas hoje, com exceção de alguns casos, não temos controle".

Impacto na pesca

É consenso entre os que participaram do processo de Belo Monte que os pescadores foram os últimos a serem chamados. Em meio às discussões iniciais, esqueceram-se deles. "No caso dos pescadores teve uma situação que a gente puxou o freio e teve de rever toda a situação deles", admite Juliana Miranda, a secretária adjunta de Mobilização Social da Secretaria-Geral da Presidência.

O presidente da colônia de pescadores de Altamira, Lúcio Vale de Sousa, diz que em momento algum, no caso de alguns impactos, os pescadores foram procurados pelo governo. "No ponto principal, até agora não fomos ouvidos", afirma.Ele conta que foram eles que procuraram o governo. "Já fizemos reunião com o próprio consórcio, com o MP, Brasília, Ministério da Pesca, representantes da Norte Energia, Ibama, todos os órgãos do governo, e até agora não tivemos resposta".

Sousa quer compensação para as famílias que estão sendo prejudicadas pela baixa no setor pesqueiro. Próximo da barragem, não poderão mais pescar. Logo que começaram a aterrar o rio, em 2012, os pescadores começaram a reclamar. "A água

ficou suja, com resíduo de dinamite", diz o sindicalista. Ele explica que a dinamite é utilizada para fazer as turbinas dentro da rocha.

O cotidiano dos pescadores, baseado nos ciclos da natureza, acaba sendo alterado por causa do empreendimento. Diante da claridade das luzes artificiais, aumenta a dificuldade de pescar. "Como não tem diferença de iluminação, agora é tudo noite de luar", afirma Sousa.

Em sua colônia são 800 pescadores na ativa. Nem todos são atingidos pela barragem. O pescador diz que não foi estipulado um valor para a indenização. "Queremos sentar na mesa com o governo", avisa. "A gente está aqui para fazer acordo com eles. Até agora não sentaram na mesa para compensar os prejuízos para a nossa categoria".

E o governo, o que diz?

O governo federal enxerga um cenário menos conflituoso. Alega que desde 2009 debateu a usina em audiências. Que, desde junho de 2011, se desloca todo mês para Altamira e região, para debates. "Foi uma abertura importante", diz Juliana Miranda. "Governo não chegou só com a obra, mas com a face do desenvolvimento regional".

Ela também defende a Casa de Governo Altamira, que chama de posto avançado da Presidência. É um escritório da Casa Civil, do Ministério do Planejamento e Secretaria-Geral. "De 2011 para cá comunicação tem sido diferente", continua Juliana. "A gente tem de reconhecer que

governo tem de abrir mais. Não está tudo bem, não quero passar a ideia de que está tudo bem. Ainda tem muito o que aprender e fazer melhor".

Em outro momento, ela afirma que a sociedade começou a fazer o debate sobre direitos com atraso. "Boa parte era o debate contra a obra", critica. "Isso dominou a pauta. Enquanto isso a garantia de direitos foi ficando secundária". Um bom exemplo seria a entrada do MAB no debate sobre direitos dos pescadores e ribeirinhos. "Migrou de pauta contrária para que direitos maiores sejam garantidos. E estragos maiores não aconteçam".

Perguntada sobre eventual satisfação do governo com suas ações, a secretária adjunta de Mobilização Social responde: "A gente não está aqui para estar satisfeitos. Tenta colocar um ritmo na região que garanta os direitos dessas pessoas. Não estamos. O local da vila de pescadores não está definido, o acesso a embarcações, igarapés. Infelizmente ainda está tudo sendo travado. Lá atrás, se os movimentos sociais estivessem debatendo isso, talvez a gente não estivesse falando desses problemas".

Sobre o passivo do Estado em relação a comunidades atingidas por empreendimentos, Juliana diz que, além de reconhecê-lo, o governo está trabalhando para "repactuar essa dívida". Mas admite que a regulamentação dos empreendimentos, trabalho iniciado em 2012, não necessariamente terá efeito em Belo Monte. "A gente não vai só para mitigar, ser colchão, amortecer", considera. "Agora, até acho que, se a

gente conseguir mitigar, em parte vai fazer muita coisa".

Juliana rejeita a ideia, veiculada pelos movimentos sociais, de que a imposição de Belo Monte tenha ocorrido por causa do perfil técnico atribuído à presidente Dilma Rousseff: o de uma gerente, ex-ministra das Minas e Energia, determinada a pôr em prática os projetos relativos à geração de energia, e com insensibilidade em relação ao cotidiano de populações tradicionais. Ela menciona o diálogo com os Munduruku e a coordenação de um seminário nacional sobre matriz energética, em 2012, como exemplos contrários.

"Quando o governo chama o MAB, quando as estatais sentam para discutir barragens, todos falamos em nome dela, porque ela nos orientou a debater e dialogar", analisa. "Talvez o sentimento dessas pessoas seja o de não ter sentado diretamente com ela. Mas o governo não é fechado para o debate. Há um esforço. Que precisa ser aprofundado".

Ela lembra que, em julho do ano passado, Dilma sentou para conversar com 27 lideranças indígenas. E que fez mais de 20 reuniões com organizações. "Recebe todo ano movimentos rurais, do campo", diz Juliana. "Não fez demarcação de terras indígenas, mas fez desintrusões, no Mato Grosso e no Maranhão".

Juliana observa que, quando o governo fez a desintrusão da Terra Indígena Maraiwatséde, no Mato Grosso, o STF foi invadido por opositores da

medida. “Não é só o Poder Executivo que é invadido por agenda privada”, constata. “O Estado brasileiro é muito mais aberto para o poder privado do que para o poder social. Nunca existirá satisfação com nosso trabalho, mas continuaremos. Faremos que qualquer um dos grandes empreendimentos garantam direitos humanos, garantias sociais”.

A Norte Energia responde

Embora tenham sido feitos vários pedidos de entrevista, para que fossem detalhados os diversos temas levantados pela reportagem, a Norte Energia limitou-se a emitir um comunicado, por meio de sua assessoria de imprensa, com dados gerais do projeto e uma lista das condicionantes socioambientais realizadas ou a realizar.

“Há muitas inverdades faladas por pessoas contrárias à hidrelétrica que vai beneficiar 60 milhões de brasileiros”, escreveu o porta-voz da empresa, Delorgel Kaiser. Segundo ele, a Norte Energia destinou mais de R$ 1 bilhão para ações do Projeto Básico Ambiental nos municípios das áreas de influência da usina, de um total de R$ 3,2 bilhões programados. A esse número se somam R$ 500 milhões do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu.

O Projeto Básico Ambiental, informa a empresa, envolve 117 projetos de cunho ambiental, econômico, social e cultural desenvolvidos na região do Xingu como parte do licenciamento ambiental do empreendimento. “Os recursos contemplam também o plano emergencial que atendeu às

comunidades indígenas entre 2010 e 2012", diz o texto.

Sobre cooptação de lideranças indígenas e doação de voadeiras, Kaiser responde que são críticas "desmontadas pelos fatos". "Todas as ações desenvolvidas em áreas indígenas são pactuadas com os órgãos responsáveis e com a Funai, que, em maio de 2014, assinou com a Norte Energia um Termo de Compromisso que define a forma de acompanhamento dos projetos, com participação de lideranças indígenas".

Logo em seguida o porta-voz admite que houve doação de equipamentos, na fase do Plano Emergencial, entre 2010 e 2012, "como barcos, motores, geradores, veículos e lubrificantes", com doação de mais de 1 milhão de litros de combustível. "A empresa apenas atendeu a uma exigência das próprias lideranças indígenas, apoiada pela Funai", justifica.

O assessor diz que, desde novembro de 2010, a Norte Energia destinou R$ 153 milhões para a melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas da região. "Os reservatórios da UHE Belo Monte não alagarão nenhum centímetro de terra indígena, e parte das aldeias beneficiadas encontra-se a centenas de quilômetros de distância da área do empreendimento".

Um modelo de desenvolvimento

Coordenador da ONG Terra de Direitos, Darcy Frigo considera necessário levar em conta o modelo de consórcio privado central para se discutir o

conflito. “As grandes empresas procuram o Judiciário para se proteger contra os movimentos sociais”, afirma. “O governo diz que instala uma representação local para tentar amenizar os efeitos do projeto, mas na prática quem dá as cartas na cidade, no âmbito local, é o poder privado. Em Altamira, tudo é muito mediado pelos interesses da Norte Energia. Eles buscam a interdição do protesto e a criminalização dos movimentos sociais”.

O procurador Ubiratan Cazetta concorda: “Belo Monte não é o único exemplo”. “O país tem dificuldade muito grande de trabalhar grandes empreendimentos em locais onde movimentos sociais são atingidos”. Ele diz que a lógica do “progresso ou atraso” já existia nos governos da ditadura e continua. “Há um problema na implantação de grandes empreendimentos, de chegar com a decisão tomada. Com um espaço muito pequeno de negociação e de oitiva das realidades ribeirinhas, indígenas. Não é exclusividade do governo Dilma”.

Darcy Frigo diz que o problema está em como a sociedade determina o que ela quer em termos de demanda de energia. “A partir daí os interesses privados, os lobbies políticos fazem pressão sobre o Estado”, afirma. Ele sustenta que as decisões centrais desse processo não acontecem na Secretaria-Geral, e sim na área econômica e no Ministério de Minas e Energia. Em espaços anteriores.

“Quando o conflito eclode você chama os agentes públicos para mediar, mas a decisão está

tomada em outra esfera", analisa Frigo. "Não basta fazer consultas quando o empreendimento já está em fase de licitação. Já houve Plano Decenal lá atrás, e lá foi definida a política para obtenção de energia. A agenda de mediação é residual – não consegue mais mudar o curso desses empreendimentos. Gera uma contradição que é parte desse modelo de desenvolvimento no nosso país".

Principais promessas de Dilma

- Criar o programa Mais Especialidades, uma rede de clínicas especializadas, incluindo unidades do sistema público e privado.
- 7.475 novas vagas de residência médica em áreas prioritárias do SUS, como pediatria, ginecologia, cirurgia e medicina da família.
- Levar internet banda larga para todos os postos de saúde nos próximos 4 anos. Criar 11.500 vagas de cursos universitários de medicina.
- Fazer uma reforma federativa para definir as responsabilidades das três esferas do governo nas áreas de saúde, educação e segurança.
- Acelerar o avanço tecnológico e digital com os programas “Banda Larga Para Todos” e “Brasil Sem Burocracia”.
- Estimular a reforma política, convocando um plebiscito popular para que a população diga o que precisa mudar.
- Criar mais 12 milhões de vagas no Pronatec nos próximos quatro anos.
- Criar mais 3 milhões de moradias na terceira etapa do programa Minha Casa, Minha Vida.
- Colocar em prática, já no ano que vem, a implantação de Centros Integrados de Controle e Segurança em todo país.

- Ampliar a velocidade média da banda larga de 5,5 megabits para 25 megabits, Ampliar o apoio a startups voltadas para inovação e tecnologia.
- Criar o Simples de Transição, um sistema de taxação intermediário para a empresa que cresce a partir do Simples
- Tornar possível abrir ou fechar uma micro ou pequena empresa em até 5 dias.
- Criar o Pronatec Jovem Aprendiz, no qual o governo vai inscrever no Pronatec os jovens contratados em regime de aprendizado (15 a 18 anos).
- Criar 77 novos centros especializados em reabilitação para pessoas com deficiência.
- Universalizar o acesso ao ensino infantil das crianças de 4 e 5 anos, abrindo até 2016 mais 400 mil novas vagas para essas crianças.
- Liberar mais recursos para construção das creches para 0-3 anos.
- Reforma do ensino básico.
- Ampliar o Ciência Sem Fronteiras, o Fies, o Prouni e o Pronatec.
- Para combater a corrupção, formar parcerias estratégicas com Judiciário, Ministério Público e o Legislativo para que as punições sejam mais duras e processos ocorram mais rápidos.
- Adotar cinco medidas no combate à corrupção e impunidade: transformar em crime e punir com rigor os agentes públicos que enriquecem sem justificativa ou não

demonstram a origem de seus ganhos; modificar a legislação eleitoral para transformar em crime a prática de caixa 2; criar uma nova espécie de ação judicial que permite o confisco dos bens adquiridos de forma ilícita ou sem comprovação; alterar a legislação para agilizar o julgamento de processo envolvendo o desvio de recursos públicos; criar uma nova estrutura no Poder Judiciário que dê maior agilidade e eficiência às investigações e processos movidas contra aqueles que possuem foro privilegiado.

- Levar policlínicas a todo o Brasil aproveitando unidades de saúde já existentes, realizando parcerias com clínicas privadas e instituições filantrópicas e construído novas unidades.
- Promover uma grande reforma no ensino médio, começando pelo currículo: instituir sistema de reprovação por matéria; diminuir o número de matérias.

Marina Silva
(PSB)

Truco, Marina!

"[Nós vamos mostrar que] o 'Pacto pela Vida' pode reduzir a violência no Brasil como reduziu em Pernambuco." – Marina Silva, em 26/08

Perguntamos à campanha de Marina Silva (as respostas vieram em 05/09):

- A redução dos homicídios pelo programa "Pacto pela Vida" em Pernambuco se deu a partir de intervenções nas polícias estaduais (civil e militar) e de articulações com órgãos do judiciário também estaduais. Como a candidata pretende dirigir o programa desde a esfera federal, se o enfrentamento da violência é competência mais direta dos governos dos estados?

"Para melhorar a segurança pública, vamos fazer com que a União assuma responsabilidades numa Política Nacional de Segurança Pública, tornando viável a integração com estados e municípios e articulações dos diversos órgãos do sistema e com as organizações da sociedade civil. Vamos construir um pacto federativo, estabelecendo as competências e definindo o fluxo de recursos da União para os estados e municípios. A atuação da Secretaria Nacional de Segurança Pública será fortalecida também e o órgão coordenará áreas e atividades como prevenção do crime e da violência, polícias federais, sistema prisional e alternativas penais."

- Eduardo Campos falava em criar uma

estratégia nacional de combate ao homicídio. Isto estará presente no "Pacto pela Vida"? Como funcionará essa estratégia?

"O Pacto pela Vida será federalizado e estará dentro do contexto do nosso Pacto Nacional de Redução de Homicídios. Fazem parte desse plano metas para prevenção de homicídios, aumento da capacidade de investigação de crimes, redução de mortes de policiais e incentivos aos estados e municípios para atingirem essas metas. A aplicação dessas ações será apoiada pelo pacto federativo que construiremos para estabelecer competências e definir o fluxo de recursos da União para estados e municípios, juntamente com o aumento do orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública, que planejamos multiplicar por dez em relação a 2013, e o fortalecimento da Polícia Federal, que terá seu efetivo atual ampliado em 50% ao longo dos quatro anos.

Há que ter integração de cadastros, ação integrada, sinérgica, de inteligência entre todas as polícias. O nosso índices homicídios solucionados e punidos são muito baixos. Na Europa é de 70% e aqui no Brasil é de 5%."

"É preciso que a educação seja integral, combinando formas diferentes de educar." – Marina Silva, em 30/08

Pedimos à campanha de Marina Silva que explicasse as seguintes questões. A campanha respondeu no dia 10 de setembro:

- O que exatamente a senhora quer dizer com integrar "formas diferentes de educar"? A ideia seria unir diversos métodos pedagógicos? Alterar o currículo escolar?

A educação hoje é restrita à escola e padronizada. O que precisamos é expandir a experiência para além dos muros da escola e integrar conteúdos pertinentes e relevantes à realidade local, envolvendo os outros espaços públicos da comunidade. O parque, a praça, o centro cultural tem o mesma importância pedagógica na formação individual e coletiva na educação. É a partir do reconhecimento de experiências já consolidadas que vamos construir políticas públicas que permitam essa nova educação. É preciso, portanto, que todos os currículos considerem como transversais temas como as tecnologias da informação, comunicação, sustentabilidade ambiental, participação democrática e cultura.

As escolas devem ser estimuladas a apoiar os alunos interessados em formar grupos de teatro, dança, música, artes circenses e outras manifestações culturais. Essa escola deve ser oferecida, para toda a educação básica, em tempo integral a partir da reestruturação de uma política que seja capaz de articular diferentes ações públicas desse setor. Ao mesmo tempo, é preciso investir na infraestrutura das escolas, na capacitação dos

gestores e educadores e, como já foi dito, na reestruturação dos conteúdos curriculares, de modo a formar crianças, jovens e adultos comprometidos com o exercício da cidadania plena e aptos a apresentar soluções de desenvolvimento sustentável em todas as suas atividades, da infância às atividades profissionais.

- No que suas propostas avançariam em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação que já leva em conta diferenças regionais e o compartilhamento de experiências entre comunidade e escola?

A LDB diz que a educação é um processo formativo que se desenvolve em oito ambientes distintos: na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nas instituições de pesquisa, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil e manifestações culturais. Isso é sinérgico ao conceito de educação em tempo integral proposto no programa de governo da Coligação Unidos pelo Brasil. Avanços na LDB dependem de uma avaliação criteriosa de como ela é aderente à realidade atual. Avaliação essa que só pode ser feita como política pública e somente quando se assume o governo. Ressaltamos que a educação é dever da família e do estado inspirada nos princípios de liberdade e de solidariedade humana com três objetivos – o pleno desenvolvimento do educando, o seu preparo para exercer a cidadania e a sua qualificação para o mundo do trabalho.

"Vamos começar (o passe livre) pelas escolas públicas com os alunos do ensino médio, juntando os recursos do governo federal e dos estados e, a partir daí, vamos ampliar por etapas para outras séries do ensino fundamental." – Marina Silva, em 04/09

Perguntamos à campanha, que respondeu no dia 16/09:

- Qual a estimativa de recursos para a realização da primeira etapa do plano?

O custo total da política deve ser de R$ 12,84 bilhões ao ano. Os 70% de gastos da União representarão R$ 8,99 bilhões. Estados deverão entrar com R$ 2,57 bilhões. Municípios, com R$ 1,28 bilhão.

- Quais seriam as fontes de recursos federais? E estaduais?

O Plano Nacional da Educação (PNE) definiu em 10% do PIB os gastos necessários com a educação. Isso deverá incorporar mais R$230,2 bilhões ao ano aos gastos com educação (em valores de 2014). Os gastos com o Passe Livre representariam apenas 5,54% desse valor total. Outras contas poderão ser usadas para financiar esse gasto adicional: o Auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético em 2013 consumiu R$ 7,868 bilhões. Esse valor deve aumentar em 2014, mas cair a partir de 2015. O Ministério da Defesa,

que investiu mais de R$ 9 bilhões em 2013, também poderá ter seus recursos reduzidos nos próximos anos. Entre 2012 e 2013, os gastos com juros nominais elevaram-se em R$ 34,99 bilhões. Política monetária e fiscal adequadas deverão reduzir esses gastos com juros e liberar recursos para educação.

- Como serão os acordos com os estados?

O novo pacto federativo supõe aumento do repasse de verbas da União aos demais entes federativos, hoje feito de forma não transparente e geradora de relações não republicanas de dependência. A ideia é, de fato, aumentar a autonomia dos Estados para que os recursos sejam alocados de acordo com suas atribuições constitucionais.

A campanha de Marina também enviou um infográfico.

Blefe, Marina!

"Quando ministra do Meio Ambiente, [Marina] comandou um trabalho integrado de 14 ministérios, e o desmatamento na Amazônia diminuiu pela primeira vez na história." – campanha de Marina Silva, em 06/09

As duas afirmações estão erradas. A ex-ministra do Meio Ambiente não comandou o grupo de 14 ministérios criado para reduzir o desmatamento. E a devastação na Amazônia Legal não caiu pela primeira vez na história quando Marina Silva era titular da pasta.

O Grupo Permanente de Trabalho Interministerial, instituído por um decreto de 3 de julho de 2003, realmente reuniu 14 pastas com o objetivo de "propor medidas e coordenar ações" para diminuir o desmatamento na Amazônia Legal. Mas a coordenação de todos eles era feita pelo titular da Casa Civil da Presidência da República, como define o artigo 2º, inciso I. De 2003 a 2005, esse lugar foi ocupado por José Dirceu e, de 2005 a 2010, por Dilma Rousseff. Marina foi ministra do Meio Ambiente de 2003 a 2008. O grupo só passou a ser coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2013, com a edição do decreto 7.957.

A série histórica de dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de

Pesquisas Espaciais (Inpe), mostra que houve sete episódios de redução no desmatamento antes de Marina se tornar ministra: 1989 (de 21 mil km^2/ano para 17,7 mil km^2/ano), 1990 (de 17,7 mil km^2/ano para 13,7 mil km^2/ano), 1991 (de 13,7 mil km^2/ano para 11 mil km^2/ano), 1996 (de 29 mil km^2/ano para 18,1 mil km^2/ano), 1997 (de 18,1 mil km^2/ano para 13,2 mil km^2/ano), 1999 (de 17,3 mil km^2/ano para 17,2 mil km^2/ano) e 2001 (de 18,2 mil km^2/ano para 18,1 mil km^2/ano).

"Infelizmente este assunto [o desmatamento] deixou de ser importante no atual governo." – Marina Silva, em 16/09

Os números mostram que a frase da candidata está incorreta. O desmatamento continuou a cair entre 2008 e 2012. Apesar de ter subido em 2013, jamais chegou ao mesmo patamar de 2008, quando Marina Silva deixou o ministério do Meio Ambiente.

Nos anos em que Marina esteve no comando da pasta, o desmatamento na Amazônia Legal cresceu até 2004, quando atingiu 27.772 km^2 – segundo maior índice registrado na série histórica de dados

do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Depois disso, caiu ano a ano até 2007 (11.651 km^2) e subiu um pouco em 2008 (12.911 km^2). Marina deixou o ministério em maio daquele ano.

Na gestão do seu sucessor, Carlos Minc – que ficou até março de 2010 –, o desmatamento registrado somou 7.464 km^2 em 2009 e 7.000 km^2 em 2010. A atual ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, assumiu a pasta no último ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e manteve o cargo com Dilma Rousseff. Em 2011, o desmatamento baixou para 6.418 km^2 e, em 2012, caiu para 4.571 km^2. Em 2013, o índice subiu para 5.891 km^2.

A média no governo Dilma é de 5.627 km^2/ano, contra 21.617 km^2/ano no primeiro mandato de Lula e 9.757 km^2/ano durante o segundo mandato do ex-presidente. No governo de Fernando Henrique Cardoso, as médias foram de 19.458 km^2/ano ao longo do primeiro mandato e de 18.825 km^2/ano no segundo.

"A perda de 200 bilhões de reais (do valor da Petrobras) equivale a 15 anos de passe livre para todos os alunos que utilizam o transporte público no Brasil" – campanha de Marina Silva, em 23/09

Há um erro na frase da candidata.

O valor de mercado da empresa é de R$ 288,9 bilhões, em cotação de 28 de agosto de 2014, o que representa uma perda de R$ 91,3 bilhões em relação a dezembro de 2010, quando a empresa era cotada em R$ 380,2 bilhões, menos da metade da perda de valor de mercado anunciada por Marina Silva.

"A Petrobras ficava entre as 12 maiores empresas do mundo. Agora está na 120ª posição." – Marina Silva, em 25/09

A Petrobras é a 77ª empresa mais valiosa do mundo, segundo o ranking FT 500 survey, do jornal *Financial Times*.

Os dados mais recentes, divulgados em junho deste ano, se referem ao segundo trimestre de 2014 e se baseiam no valor de mercado das empresas. Desde março, a Petrobras subiu 13 posições, uma vez que ocupava o 90º lugar no três primeiros meses do ano. No entanto, sua posição caiu em relação ao ranking geral de 2013, quando era considerada a 49º empresa mais valiosa do mundo.

A Petrobras é a segunda maior empresa brasileira, atrás apenas da Ambev (59º). Outras empresas brasileiras no ranking são: Itaú Unibanco (111º), Vale (132º), Bradesco (155º), Cielo (342º), Banco do Brasil (346º), Banco do Brasil Seguridade (387º), Santander Brasil (457º), Itausa (482º).

A campanha de Marina Silva entrou em contato para retrucar a carta "Blefe":

"A campanha da Marina se baseou na matéria do Financial Times, publicada pelo *Estadão*: http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,petrobras-cai-de-12-para-120-em-ranking-de-maiores-empresas,180109e"

A **Pública** manteve o Truco!

Explicamos: A campanha de Marina Silva utilizou dados antigos da mesma fonte consultada pela **Pública**: o ranking do *Financial Times*, publicado no *Estadão* em 21 de março deste ano. Mas os dados mais recentes, como dissemos, são de junho e não de março, como o leitor pode conferir

no link acima. E colocam a Petrobras em 77º lugar no ranking.

Não é bem assim, Marina!

"As pesquisas mostram que, quanto mais tempo na escola, mais a criança e o jovem aprendem." – Marina Silva, em 02/09

Ao contrário do que diz Marina Silva, especialistas afirmam que o aumento da permanência na escola não significa que os alunos vão aprender mais.

Para Lúcia Velloso Maurício, professora adjunta da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) e uma das principais estudiosas do ensino em tempo integral, a frase dita pela candidata é apenas potencialmente verdadeira. "Não é obrigatoriamente verdade. Em tese, esse é um fator que pode promover melhores resultados, mas essa não é uma relação direta. Depende de muitos outros fatores para acontecer", afirma a pesquisadora.

Segundo Lúcia, os resultados dependem muito do projeto pedagógico adotado. "Tanto eu posso ter uma educação em tempo integral que seja emancipadora como posso ter uma educação em tempo integral que seja castradora. Se você implementa um projeto que é voltado para o consumismo, por exemplo, isso pode não ter nenhum resultado em termos de uma formação cidadã ou cognitiva. Você pode ocupar o tempo da criança com uma atividade que seja profundamente

retrógrada, discriminatória."

A quantidade de pesquisas sobre educação em tempo integral também é muito pequena para se chegar a uma conclusão categórica, como fez Marina Silva. "Quanto à verdade da frase, eu diria que depende. Depende do que se ensina. Depende das condições da escola. Depende se as crianças chegam do trabalho para a escola e se chegam bem alimentadas", diz Miguel Gonzalez Arroyo, professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, especialista no assunto e ex-secretário adjunto de Educação (1993-1997) da Prefeitura de Belo Horizonte no governo de Patrus Ananias (PT).

Arroyo defende que se amplie o tempo de escola desde que isso venha acompanhado de uma mudança no tipo de ensino. "Não adianta terem mais tempo para aprenderem bobagens", explica. Segundo o pesquisador, a ideia de uma maior jornada não surgiu apenas para que os alunos aprendessem mais. "É para que tenham uma infância e uma adolescência dignas, que não têm nas ruas, nas favelas." Para Arroyo, também de nada adianta aumentar o tempo de escola com professores mal pagos e prédios em péssimas condições, sem bibliotecas ou laboratórios.

Fontes:

CASTRO, Adriana de e LOPES, Roseli Esquerdo. A escola de tempo integral: desafios e possibilidades. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2011, vol.19, n. 71 - http://ref.scielo.org/f7hz3f

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. Educ. Soc.[online]. 2007, vol.28, n.100 - http://ref.scielo.org/8z7p3f

CAVALIERE, Ana Maria e COELHO, Lígia Martha. Para onde caminham os Cieps? Uma análise após 15 anos. Cad. Pesqui. [online]. 2003, n.119 [citado 2014-09-02], pp. 147-174 - http://ref.scielo.org/d8svm2

MAURICIO, Lúcia Velloso. Literatura e representações da escola pública de horário integral. Rev. Bras. Educ. [online]. 2004, n.27 [citado 2014-09-02], pp. 40-56 - http://ref.scielo.org/kyfjc7

SOARES, Tufi Machado; RIANI, Juliana de Lucena Ruas de; NOBREGA, Mariana Calife e SILVA, Neimar Fernandes da. Escola de Tempo Integral: resultados do projeto na proficiência dos alunos do Ensino Fundamental das escolas públicas da rede estadual de Minas Gerais. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2014, vol.22, n.82 - http://ref.scielo.org/jz9zcn

---

"Ontem foi divulgado o índice que mede o desempenho da educação no Brasil. Dos 27 estados brasileiros, o ensino médio piorou em 16. Dos que

mais melhoraram, quatro são governados pelo PSB." – Marina Silva, em 06/09

Marina Silva refere-se à avaliação do Ideb para as redes públicas estaduais no Ensino Médio. Somente 9 estados tiveram melhora nesse índice.

Destes, os cinco que "mais melhoraram" foram Pernambuco (de 3,1 para 3,6), Rio de Janeiro (de 3,2 para 3,6), Rio Grande do Sul (de 3,4 para 3,7), Goiás (de 3,6 para 3,8) e Distrito Federal (de 3,1 para 3,3). Somente um deles é governado pelo PSB (Pernambuco). Os outros três estados governados pelo partido que tiveram melhora no Ideb foram Espírito Santo, Piauí e Paraíba, que tiveram uma melhora de 0,1 em seus índices.

"[Proposta:] Estender para todo o Brasil o programa Pacto pela Vida que reduziu pela metade a violência em Pernambuco." – Marina Silva, em 20/09

Segundo dados do próprio governo de Pernambuco, o programa citado reduziu os crimes violentos entre 2007 e 2013 em 39,1%, não em 50% como afirma a candidata.

Os dados de redução de violência divulgados se referem a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes entre o ano de implantação do programa (2007) e o ano passado, estatística mais

recente. Leia mais aqui.

Tá certo, mas peraí, Marina!

"[Quando fizemos nosso plano de governo,] nós tivemos ao nosso lado alguém de confiança que me ajudou muito quando era ministra do Meio Ambiente. Líder do PSB no Congresso Nacional, agora nosso candidato a vice-presidente, Beto Albuquerque." – Marina Silva, em 26/08

Beto Albuquerque realmente ajudou Marina Silva quando ela era ministra do Meio Ambiente do governo Lula (2003 a 2008) – mas eles também tiveram sérios confrontos.

Como vice-líder do governo na Câmara e a pedido de Marina, ele articulou a aprovação do Pacote Verde, um conjunto de medidas para gestão de florestas públicas e combate ao desmatamento, em 2005. Porém, os dois estiveram em posição oposta no início da gestão da ex-ministra. O então deputado federal atuou contra ela em dois temas muito caros a Marina: o plantio de transgênicos e a liberação de pesquisas de células-tronco embrionárias.

Em 2003 e 2004, o vice-líder do governo na Câmara empenhou-se pela aprovação das medidas provisórias 131 e 223, que liberaram o plantio de soja transgênica nas safras 2003/2004 e 2004/2005. Marina defendia regras mais rígidas para esse tipo de cultivo e era contrária à edição de MPs para permiti-lo. A ministra defendia a

regulação do assunto pelo Congresso, mas o projeto que viria a se transformar mais tarde na Lei de Biossegurança enfrentava dificuldades para ser aprovado. Assim, naqueles anos o plantio acabou sendo liberado pelas MPs.

Albuquerque, que tem ligações com a bancada ruralista do Rio Grande do Sul, chegou a cobrar publicamente o vice-presidente José Alencar para que assinasse a MP 131 – Alencar era presidente em exercício na ausência de Lula, que participava da Assembleia-Geral da ONU. "Quem está na chuva é pra se molhar. Quem está no cargo é para decidir", afirmou o deputado.

Albuquerque também era favorável à liberação de pesquisas com células-tronco embrionárias, incluída no projeto da Lei de Biossegurança. Em mais de uma ocasião, Marina disse ser contrária a essa ideia. "Não tenho uma posição favorável à pesquisa com célula-tronco embrionária, e eu já disse isso. Eu sou favorável à pesquisa com célula-tronco adulta", disse a candidata, durante a campanha de 2010. A Lei de Biossegurança foi aprovada em 2005; um dos seus principais defensores era o então ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos.

Esperança perdida

por Andrea Dip

Movimentos LGBT lamentam recuo de Marina Silva na defesa e proteção da igualdade de direitos

No dia 17 de setembro, um rapaz de 17 anos, homossexual, foi encontrado morto com um disparo na cabeça e marcas de espancamento em um matagal, na cidade de Bayeux, na Paraíba. Ele teve os cabelos vermelhos raspados e deixados dentro de uma sacola próxima ao corpo e ao enchimento que usava nos seios. Seus pertences não foram levados. Três dias antes, no terminal rodoviário do Jabaquara em São Paulo – cenário de outros crimes de ódio – três homens homossexuais foram esfaqueados no mesmo horário, em locais diferentes. Um deles, Samuel da Rocha, de 23 anos não resistiu aos ferimentos e morreu a caminho do hospital. Ainda em setembro, no dia 11, um incêndio criminoso destruiu o Centro de Tradições Gaúchas no Rio Grande do Sul. O ataque aconteceu dias antes da data agendada para a celebração de casamento civil entre duas jovens e semanas depois de seus administradores receberem ameaças de represálias. Na véspera, na cidade de Inhaumas, em Goiás, um garoto de 18 anos foi encontrado assassinado com indícios de tortura. O crime que

vitimou o adolescente João Antonio Donati gerou uma série de manifestações por todo o país.

Esses crimes comprovadamente ou com fortes suspeitas de homofobia aconteceram em uma semana, em diferentes regiões do Brasil, e fazem parte de uma lista muito maior como se pode constatar no site Homofobia Mata, do Grupo Gay da Bahia. Diariamente, o grupo de ativistas contabiliza crimes de ódio contra gays, lésbicas, travestis e transexuais. E infelizmente não tem faltado assunto. De acordo com o Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais no Brasil feito pelo grupo, ocorreram 310 assassinatos de gays, travestis e lésbicas, ou um assassinato a cada 28 horas, em 2013.

Números oficiais podem ser encontrados no Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil, publicado pela coordenação de Promoção dos Direitos LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), em junho de 2013. Segundo o levantamento, em 2012 foram registradas 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas – a maioria delas com idade entre 15 e 29 anos – e 4.784 suspeitos. Um aumento de 166,09% de denúncias e de 46,6% de violações em relação a 2011, quando foram notificadas 1.159 denúncias de 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTs, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. Em média, foram reportadas 27,34 violações de direitos humanos de caráter homofóbico contra 13,29 vítimas por dia.

“Tais números corroboram a análise feita em 2011 sobre o padrão de sobreposição de violências cometidas contra essa população. Os dados revelam uma média de 3,23 violações sofridas por cada uma das vítimas. Esse cenário se torna ainda mais preocupante ao se levar em conta a subnotificação de dados relacionados a violências em geral, e a este tipo de violência em particular. Muitas vezes, ocorre a naturalização da violência como único tratamento possível, ou a autoculpabilização” diz o relatório da SEDH.

Daí a urgência dos movimentos LGBT em aprovar uma lei que criminalize especificamente a homofobia. Desde 2001, começaram a tramitar no Congresso as primeiras iniciativas desse tipo que, em 2006, desembocaram no PLC 122 com o objetivo de incluir na lei de racismo os crimes de ódio e intolerância resultantes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e identidade de gênero. Depois de uma guerra contra o PLC movida por conservadores, principalmente da chamada bancada evangélica, o projeto sofreu diversas alterações e acabou sendo apensado ao Código Penal em dezembro de 2013. Uma derrota para o Movimento LGBT, já que sua aprovação passou a depender de uma reforma do Código Penal, comemorada na época por sites gospel com manchetes do tipo “PLC 122 sepultado: Maioria cristã do Brasil obtém vitória inesperada e surpreendente com sua persistência e mobilização”.

Contra, depois a favor, e de novo contra

Uma das vozes mais estridentes contra o PLC 122, que o relator Paulo Paim (PT-RS) havia prometido aprovar no Congresso no ano passado, era o pastor Silas Malafaia, da Assembléia de Deus – a maior denominação pentecostal do país, da qual também faz parte desde 1997 a candidata Marina Silva, por esse motivo vista com desconfiança por grande parte dos movimentos LGBT. Durante sua campanha à presidência em 2010, então pelo PV, ela chegou a verbalizar que era contra o casamento de duas pessoas do mesmo sexo porque isso iria contra suas convicções religiosas.

A candidata, porém, surpreendeu a comunidade LGBT este ano com a primeira versão do seu programa de governo, lançada no dia 29 de agosto. Entre suas promessas para o segmento, havia a de "articular no legislativo a votação do PLC 122/06", incluir o combate ao bullying, à homofobia e ao preconceito no Plano Nacional de Educação e "desenvolver material didático destinado a conscientizar sobre a diversidade de orientação sexual e as novas formas de família" – medidas combatidas pela bancada e comunidade evangélica ainda no governo Dilma, quando o material didático anti-homofobia, apelidado pejorativamente de "kit-gay", foi engavetado pelo governo sob acusações dos conservadores religiosos de "incentivar a homossexualidade".

Mas a surpresa positiva da comunidade LGBT durou pouco. Ao tomar conhecimento do programa da candidata Marina Silva, a parcela mais conservadora dos evangélicos reagiu.

Aparentemente o estopim foi uma série de twittes disparados pelo pastor Silas Malafaia, algumas horas depois do programa de governo ser lançado, no dia 29 de agosto, sexta-feira, aos seus mais de 790 mil seguidores: "O programa de governo do partido de Marina é pior que o PT e o PSDB, no que tange aos direitos dos gays. Apóia descaradamente o casamento gay e pede, inclusive, a aprovação do extinto PLC 122, que, entre outras coisas, põe pastor na cadeia. É uma vergonha que prevê casamento, adoção de crianças e etc", diziam as mensagens. Então veio o ultimato: "Aguardo até segunda uma posição de Marina. Se isso não acontecer, na terça será a mais dura fala que já dei até hoje sobre um presidenciável". Menos de 24 horas depois, ainda no sábado, a campanha de Marina emitiu uma nota oficial dizendo: "Em razão de falha processual na editoração, a versão do Programa de Governo divulgada pela internet até então e a que consta em alguns exemplares impressos distribuídos aos veículos de comunicação incorporou uma redação do referido capítulo que não contempla a mediação entre os diversos pensamentos que se dispuseram a contribuir para sua formulação e os posicionamentos de Eduardo Campos e Marina Silva a respeito da definição de políticas para a população LGBT".

Logo em seguida, o secretário nacional do segmento LGBT do PSB, Luciano de Freitas, deixou o cargo na campanha. Procurado pela Pública, ele disse que não iria mais falar sobre o assunto "para evitar polêmicas". O novo secretário, Otávio

Oliveira, disse que comunicaria à Pública a posição oficial da campanha mas não o fez até o fechamento dessa reportagem.

O pastor, a candidata e os movimentos sociais

Para os movimentos sociais LGBT, a explicação não colou. Para grande parte da sociedade também não. As redes sociais foram inundadas por mensagens indignadas e os jornais disseram que Marina havia cedido à pressão de Malafaia. O pastor comemorou em seu Twitter: "O ativismo gay está irado com Marina! Começo a ficar satisfeito! Valeu a pressão de todos. Não estamos aqui pra engolir agenda gay". No mesmo dia, o pastor confirmou seu apoio à candidata no segundo turno.

"Nós lamentamos porque o PSB é um partido aliado, tinha lançado um programa muito bom e sob pressão dos evangélicos fundamentalistas Marina recuou e desconfigurou" diz o presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) Carlos Magno Silva Fonseca. Para ele, a atitude vai na contramão dos diálogos que têm acontecido entre o movimento social e os partidos: "Ela cedeu a essa pressão do setor que mais tem nos perseguido no parlamento e na sociedade. Por outro lado, essa posição trouxe a pauta para o debate público e houve uma reprovação desse recuo por vários setores da sociedade".

Na opinião de Fonseca, além do comprometimento político, o retrocesso tem um

peso social: “Quando o presidente Obama declarou apoio aos gays nos Estados Unidos, mudou a coisa por lá de forma simbólica. É uma autoridade apoiando, não é só mais um movimento social. Isso faz muita diferença”, explica.

Cris Steffany, presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) também se decepcionou com o recuo de Marina. “Foi uma vergonha, uma demonstração clara de que ela tem responsabilidades apenas para com os fundamentalistas e nenhuma com as causas sociais LGBT. Todos os dias homossexuais são assassinados com requintes de crueldade. Mais da metade são travestis e transexuais, a maioria semi-analfabetas, pobres e negras. As travestis já enfrentam o preconceito em casa, sendo muitas vezes expulsas ainda na adolescência, não conseguem empregos, 99% vive na prostituição. Manter a proposta como estava seria de grande valia no combate à homo e transfobia”.

Em entrevista exclusiva à **Pública**, Silas Malafaia assumiu uma posição dúbia diante do caso: de um lado jura nunca ter falado com a campanha de Marina; de outro não descarta a possibilidade de que o recuo da candidata tenha sido causado por suas declarações: “Eu não posso dizer que foi coincidência. E não posso dizer que não foi por causa da gritaria dos cristãos. Mas posso dizer que eu não falei com ninguém do comitê dela. Quando eu li e vi como estava, comecei a tuitar. Se esse é o governo dessa mulher, não, nós lutamos sete anos por essa porcaria [derrubar o PLC122] e

ela vai botar de volta? Isso é uma afronta! Casamento gay? Como é isso? O Supremo já dá união civil, você quer dar mais um passo? Casamento para nós é sacramento, não abrimos mão".

Malafaia também se gaba de ser alguém com 'certa influência política': "Meu irmão foi o terceiro deputado mais eleito, com 135 mil votos. Com a minha imagem. Eu ajudei a eleger três federais aqui no Rio. Eu fui o único cara, na eleição passada a vereador no Rio de Janeiro a transferir voto para outra pessoa. (...) Wagner Montes teve 510 mil votos. Foi o deputado estadual mais votado. Não conseguiu eleger o filho dele vereador. Eu peguei um jovem da minha igreja, ilustríssimo desconhecido e foi o 70 mais votado na cidade. Eu quero exercer influência e é o que eu faço".

Sobre a criminalização da homofobia, Malafaia disse: "Matou um gay? 50 anos na cadeia. Mas o que eles querem [com o PLC122] é criminalização da opinião, querem calar a boca de quem fala contra eles". Em entrevista coletiva dada recentemente em São Paulo, Marina fez crítica semelhante de forma mais branda: "Eu sou a favor do combate a qualquer forma de discriminação a quem quer que seja. E a lei precisa refletir, da forma adequada, como isso será feito. Há uma tênue dificuldade em se estabelecer o que é a discriminação, o que é o preconceito em relação ao que é convicção e opinião. É isso que precisa ser claramente definido. E o projeto ainda não deixa clara essa diferenciação".

Jogo da maioria

Para a cientista política e professora da Universidade Federal de São Carlos, Maria do Socorro Sousa Braga, Marina fez o jogo da maioria: "Ela sabe que parte expressiva da sociedade brasileira é mais conservadora. Em uma posição em que um candidato tem chance de vencer, se ela continuasse com esse tipo de proposta ela perderia essa posição que conseguiu em duas semanas". Ela lembra que além dos evangélicos, existem outras denominações cristãs conservadoras, como os católicos, que incrementam esse eleitorado. "Os evangélicos tem hoje cerca de 23% do eleitorado nacional, não é pouca coisa mas também não define eleição. Acontece que tem uma outra variável que são os cristãos. Porque dentro dos setores conservadores, você tem os católicos e outras religiões que acabam apoiando essas bandeiras que vão contra as demandas LGBT e a descriminalização do aborto, por exemplo. Quando você vai avaliar a bancada evangélica, vai perceber que na verdade é uma bancada de cristãos. Porque agrega vários partidos de diferentes religiões. O cimento que os une é o conjunto de medidas a que eles são contrárias. Está em 60% mais ou menos hoje o eleitorado que se diz católico. Aí começa a fazer diferença Marina se aproximar dessa seara. Se ela continuasse com as medidas progressistas, poderia ser uma sangria nos votos. Mas é claro que é um retrocesso do ponto de vista dos direitos LGBT", diz.

Bia Cardoso, coordenadora geral do blog Blogueiras Feministas vai no mesmo sentido: “Acho importante os candidatos declararem suas convicções pessoais, mas esperava mais democracia e laicidade da parte deles. Isso sim seria uma grande contribuição para desmitificar os temas polêmicos. Porém, mais do que informar e instigar o cidadão a pensar e refletir, há o medo de perder votos, há o medo de desagradar os grupos x ou y e nisso perdemos o debate e ficamos nas promessas vãs e abstratas”.

Maria Berenice Dias, presidente da Comissão Especial de Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB lembra a importância da sociedade se posicionar claramente a favor dos projetos que defendem a igualdade já que existem projetos de lei que vão justamente na contramão dos direitos, para proibir adoção por parte de casais gays ou o casamento entre pessoas do mesmo sexo. “Há um risco grande de a gente retroceder. Marina recuar me pareceu algo assustador e fundamentalista. Se compararmos com outros países, nós vivemos no Brasil em um limbo de garantias e direitos. Só não perdemos para os que criminalizam a homossexualidade. É uma pena que Marina tenha sinalizado com um avanço e tenha recuado tão pouco tempo depois”.

Da preocupação com a interferência religiosa cada vez maior nas decisões do Estado, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e organizações religiosas fundaram o Movimento Estratégico pelo Estado Laico (MEEL). A ideia é

debater o estado laico e mostrar para a sociedade que “laico” não quer dizer “ateu” como explica Yury Orozco, das Católicas Pelo Direito de Decidir: “Um dos objetivos da laicidade é garantir a liberdade religiosa dentro de uma sociedade plural. Então instituições religiosas democráticas, que não são fundamentalistas, concordam justamente com essa separação saudável das religiões com o Estado. Mas é uma luta porque o contexto atual, não só no Brasil mas em toda a América Latina, é de que temos essa ingerência cada vez maior de entidades religiosas sobre o Estado”. Ela diz que o objetivo fundamental do movimento é colocar essa discussão em pauta para que as religiões permaneçam em seus devidos papéis, para que haja a garantia de direitos já conquistados, principalmente os relacionados à sexualidade e também para que haja um aprofundamento da democracia. “Existe essa negociação histórica do presidente com as religiões. E a moeda de troca sempre tem a ver com a sexualidade”.

O estopim da crise

“O programa de governo do partido de Marina é pior que o PT e o PSDB, no que tange aos direitos dos gays. Apóia descaradamente o casamento gay e

pede, inclusive, a aprovação do extinto PLC 122, que, entre outras coisas, põe pastor na cadeia. É uma vergonha que prevê casamento, adoção de crianças e etc" e "Aguardo até segunda uma posição de Marina. Se isso não acontecer, na terça será a mais dura fala que já dei até hoje sobre um presidenciável" foram algumas das declarações do pastor da igreja Assembleia de Deus Silas Malafaia em seu Twitter, para mais de 790 mil seguidores, após o lançamento do programa de governo de Marina Silva na sexta-feira 29 de agosto. Menos de 24 horas depois, Marina retirou propostas achincalhadas pelo pastor. Malafaia tuitou: "O ativismo gay está irado com Marina! Começo a ficar satisfeito! Valeu a pressão de todos. Não estamos aqui pra engolir agenda gay". Depois das mudanças, declarou seu apoio à candidata no segundo turno – já que no primeiro vai de Pastor Everaldo.

Silas Malafaia é pastor da Vitória em Cristo, igreja da denominação pentecostal Assembleia de Deus – a mesma denominação de Marina. A Assembleia de Deus é conhecida por fazer parte de uma ala mais conservadora da igreja evangélica. Em entrevista à Pública, dada na sede da Associação Vitória em Cristo, no Rio de Janeiro, disse que nunca falou diretamente com a campanha de Marina e que não sabe se a reação desencadeada por seu Twitter provocou a mudança do programa. "Eu não posso dizer que foi coincidência. E não posso dizer que não foi por causa da gritaria dos cristãos". Gabou-se de sua influência política – "Eu peguei um jovem da minha igreja, ilustríssimo

desconhecido e foi o 70 mais votado na cidade"; mas negou que tenha qualquer influência sobre Marina. "Se tá pensando que Marina come na mão de pastor, eu já tô rindo. Mas se ela é a esperança de mudança, vamos com ela", disse.

Conhecido pela ira com que combate as reivindicações dos movimentos LGBT, não mede as palavras ao comentar o episódio em que uma garota tirou um selfie com ele ao fundo e uma placa "gay também é gente": "Lá eu estava sozinho no avião. Mas se eu estiver em shopping na rua, com seguranças, não tem negócio com ninguém. Vai quebrar celular, vai tomar empurrão. Ninguém vai dar tiro e ninguém vai dar soco. Mas vai tomar empurrão, vai ter telefone quebrado".

Sobre a necessidade de ter uma lei que tipifique o crime de homofobia, diz: "Isso é outra mentira do ativismo gay. Porque os crimes que envolvem homossexuais – eu não quero que ninguém morra, quero deixar bem claro isso aqui – lá estão brigas de amor entre eles que é mais de 50%."

O Brasil pode pela primeira vez ter uma presidente evangélica. O que isso significa para os evangélicos e para o país na sua opinião?

Nós evangélicos sempre votamos não pelas crenças das pessoas. Votamos como a sociedade em geral, achando que esse é melhor, ou aquele. Existe o político evangélico e o evangélico político. Marina é uma política evangélica, nunca vi ela usar as crenças pra conseguir voto. Evangélico politico é

aquele que vem com a vertente da fé, a ideologia cristã mesmo dentro do programa.

Como o pastor Everaldo?

Como o pastor Everaldo. A Marina nunca usou o viés evangélico para se colocar. O que nós evangélicos esperamos? Que ela possa atender os anseios de mudança do povo brasileiro que está cansado da roubalheira de governantes que fingem que não têm nada com isso e que sempre foram responsáveis por tudo isso que está acontecendo. Se for ver o que foi tirado do programa de Marina em relação às reivindicações, eu digo que ainda ficou muita coisa que me contraria.

O que ficou que te contraria?

Ah, doação de criança pra casal gay, mudança de sexo... Ela mudou três coisas que... Os caras do LGBT do PSB, porque isso é da natureza deles, eles querem tudo.. Dane-se o resto da coletividade. O PLC122 foi derrotado no voto, há 7 anos, por 29 a 21 votos. E por que ele foi derrotado? Porque tem aberrações jurídicas, dá privilégios pra uma classe. Eu lutei sete anos contra aquela porcaria! Aí eu vejo no programa de Marina falando dele? Não... Como é que é? Eu tinha que falar.

O que é mais grave nesse PL na sua opinião?

Muita coisa. O lugar de culto, dentro da igreja, é protegido pela constituição. O pátio da igreja não. No PLC 122 diz que se eu impedir a afetividade

homossexual no pátio da minha igreja, por exemplo, 3 a 5 anos de cadeia. Eu vou deixar passar essa? Diz que os direitos aos homossexuais serão estendidos aos heterossexuais. Quem mandou ser hetero, idiota? A preferencia é deles! O número mentiroso de crimes homofóbicos. Isso é outra mentira do ativismo gay. Porque os crimes que envolvem homossexuais – eu não quero que ninguém morra, quero deixar bem claro isso aqui – lá estão brigas de amor entre eles que é mais de 50%. Gays assassinados em assaltos. E também homofobia. Mas eles inflam os números. Mais do que gays, crianças foram assassinadas. Mulheres foram assassinadas, pobres foram assassinados, negros foram assassinados. Que papo é esse? Matou um gay vai pra cadeia, matou um hetero vai pra cadeia, a lei tem que valer pra todo mundo. Quando a Marina disse que o programa foi corrigido porque os grupos debateram e a proposta final não foi obedecida – e eu quero saber qual é o candidato que lê todo o programa – aí eu pergunto: Por que o LGBT que estava lá dentro não pulou e disse "mentira! Eu vou sair daqui, vou renunciar porque essa mulher é mentirosa"!

Mas o líder LGBT da campanha saiu...

Ele só pediu pra sair! Ele não saiu dizendo que ela era mentirosa. Que caráter eles têm? Se eu sou um evangélico, discuto com um candidato princípios que eu defendo e que foram acordados e depois o cara muda, eu vou dizer "é mentiroso, não tem caráter". Por que não fizeram isso? Hã? Não

fizeram porque ela está falando a verdade!

Essa desconfiança surgiu porque ela mudou o programa pouco tempo depois das suas declarações no Twitter. O senhor acha que isso foi uma coincidência?

Eu não posso dizer que foi coincidência. E não posso dizer que não foi por causa da gritaria dos cristãos. Mas posso dizer que eu não falei com ninguém do comitê dela. Quando eu li e vi como estava, comecei a tuitar. Se esse é o governo dessa mulher, não, nós lutamos sete anos por essa porcaria e ela vai botar de volta? Isso é uma afronta! Casamento gay? Como é isso? O Supremo já dá união civil, você quer dar mais um passo? Casamento para nós é sacramento, não abrimos mão! O movimento gay tem o direito total de lutar. E eu tenho o direito total de dizer que não acho que aquilo que eles acham que é direito é direito pra eles. A beleza da democracia é essa. Os grupos sociais fazendo o enfrentamento por suas ideologias. Não venha me botar a pecha de religioso, querendo tirar minha cidadania porque eu questiono. Eu fui a não sei quantas audiências públicas no Congresso Nacional nesses últimos 6 anos. Sobre aborto e questões que envolvem o movimento gay. Em nenhuma delas eu abri a Bíblia pra citar. Eu argumento no campo científico e sociológico. Lamentavelmente, querida, eu como não tenho papas na língua, digo mesmo: Há uma pré-disposição da imprensa pela causa gay. É ridículo! Se tá pensando que Marina come na mão

de pastor, eu já tô rindo. Mas se ela é a esperança de mudança, vamos com ela. Se fosse o Levi Fidelix a grande chance de derrubar o PT, conta comigo.

O que te desagrada tanto no PT?

Várias coisas. Por que Lula e Dilma nunca deram uma palavra sobre os políticos do PT que estão na cadeia, julgados em última instância e Lula em Portugal ainda os defendeu? Eles têm medo dos caras? Medo de serem trazidos? Hã? Falam que Marina foi ameaçada por mim mas eu nunca ouvi a imprensa dizer que Lula e Dilma estavam com medo dos mensaleiros. Outra coisa: o PT nas eleições só falta carregar pastor no colo. Depois nos quatro anos trabalha contra tudo que é principio que nós defendemos. Quem são os financiadores do ativismo gay? O governo do PT! Mas aí vem uma jornalista e me pergunta "mas pastor, o que isso atinge o senhor? O cara está lá na dele" aí eu digo ou vocês são inocentes ou fingem que não sabem. O que o ativismo gay quer? Ensinar o homossexualismo nas escolas, a partir dos seis anos. A criança poder querer mudar de sexo. E já está acontecendo no Brasil: anular a comemoração do dia dos pais e das mães para o dia de cuidador. Meus netos estão aí, a geração das famílias que olham para mim como referencial. Eu vou ficar quieto? A minha guerra não é contra a prática homossexual. A prática pra nós é uma palavrinha só: pecado. Não tem mais o que discutir. A minha questão é ideológica. Acabar com o masculino e feminino, a desconstrução da heteronormatividade.

Que é isso? Eu vou brigar o quanto eu puder pelo viés democrático e legal contra a ideologia deles.

O senhor se sente perseguido? Eu vi que no Twitter comparou a foto que a moça tirou no avião com a torcedora que xingou o jogador no estádio...

Vou eu bater uma foto de dois gays se beijando e escrever "vira homem". Homofóbico, processo, denúncia. A imprensa disse que foi "o selfie do ano" Eu tô quieto no avião, não tô discutindo com ninguém, a mulher levanta um papel para me denegrir. Chamei meu advogado, que é um grande advogado, e ele disse que ela cometeu invasão de privacidade, injúria porque quando ela bota lá "gay também é gente" está dizendo que eu não considero eles. É calúnia, difamação. A garota de maneira errada, no calor do futebol, que não é brincadeira, errou? Eu não posso chamar ela de racista por aquele erro crasso que ela cometeu, porque ela estava no calor da emoção com outros torcedores, só bateram a foto dela mas tinha muito cara xingando o goleiro. Ela perdeu o emprego, foi processada, teve a casa apedrejada. Eu estava dentro de um avião. Eu ando com seguranças porque já quase apanhei três vezes. Agora, minha filha, se alguém vier tirar foto pra me safadiar em lugar aberto com segurança, pode se preparar porque o pau vai cantar. Isso eu garanto. Vai ter telefone quebrado. Não tem refresco. Eu digo logo porque não tenho medo. Não vem violar meu espaço pra me denegrir porque o pau vai comer. Lá

eu estava sozinho no avião. Mas se eu estiver em shopping na rua, com seguranças, não tem negocio com ninguém. Vai quebrar celular, vai tomar empurrão. Ninguém vai dar tiro e ninguém vai dar soco. Mas vai tomar empurrão, vai ter telefone quebrado.

E qual sua opinião sobre os crimes de homofobia?

Bota o cara na cadeia por 50 anos. Quem matar por religião, por racismo, por homofobia – homofobia quem classifica é a psiquiatria. Um ser humano por medo ou ódio quer eliminar o homossexual. Quer matar e destruir. 50 anos de cadeia para o cara. Mas o que eles [ativistas gays] querem é a criminalização da opinião. Eu disse na cara deles em uma audiência pública em Brasilia: Será que não é porque vocês não têm convicção do que são e não suportam ouvir o contraditório quando a prática é errada? Diz pra mim que evangélico é um palhaço, que religião é droga do povo, eu não estou nem aí. Porque eu tenho convicção. Por que eles ficam incomodados quando alguém fala: "Sua prática errada, não concordo com a sua prática" hein?

Quem der um soco em um homossexual por causa de homofobia comprovada e não por briga entre eles, vai pegar 20 anos de cadeia. Quem matar vai pegar 30. Mas não é isso que eles querem. Eles querem calar aqueles que se levantam contra a causa deles. Esse que é o jogo. Mas se botar essa lei muito gay vai pra cadeia porque os assassinatos e

brigas acontecem entre eles.

O senhor pensa em entrar na política?

Nunca. Você está aqui conversando comigo exatamente por causa disso. Partido são partes da sociedade. Quando eu entrar em um partido eu faço parte daquela parte. Hoje eu sou do todo. Apoio quem eu quero, desço a ripa em quem eu desejo, não tenho vínculo com partido nenhum. Eu não vou abrir mão de exercer influência. Isso aí nunca.

O senhor já foi procurado por partidos pra ser candidato e pra apoiar?

Pff! Meu irmão foi o terceiro deputado mais eleito, com 135 mil votos. Com a minha imagem. Eu ajudei a eleger 3 federais aqui no Rio. Eu fui o único cara, na eleição passada a vereador no Rio de Janeiro a transferir voto para outra pessoa. Ninguém conseguiu, nem Wagner Montes. Wagner Montes teve 510 mil votos. Foi o deputado estadual mais votado. Não conseguiu eleger o filho dele vereador. Eu peguei um jovem da minha igreja, ilustríssimo desconhecido e foi o 70 mais votado na cidade. Eu quero exercer influência e é o que eu faço. Eu sou pastor há 35 anos. Há 30 anos eu marco posição. Agora com o crescimento dos evangélicos eu estou aparecendo na mídia. Não sou o pastor mais influente, nem o dono da verdade. Mas tenho uma certa influência.

Principais promessas de Marina

- Destinar 10% dos recursos para saúde.
- Governar durante um mandato.
- Fazer educação em tempo integral em todo o país.
- Implementar o Passe Livre, começando com alunos de ensino médio nas escolas públicas.
- Manter o Bolsa Família.
- Dar autonomia ao Banco Central.
- Antecipar as metas do Plano Decenal para o ensino básico.
- Implantar o "Programa Ganhe o Mundo", de intercâmbio cultural.
- Aumentar em 40% a área de "florestas plantadas".
- Criar o Conselho Nacional de Mudanças Climáticas e estabelecer metas para redução de emissão de carbono.
- Assentar 85 mil famílias de sem-terra.
- Demarcar todas as terras indígenas.
- Estender para todo o Brasil o programa Pacto pela Vida.
- Implantar coleta seletiva e acabar com os lixões.
- Gerenciar a Petrobras sem influência política.
- Valorizar os técnicos e funcionários da Petrobras.

- Refazer o plano estratégico da Petrobras.
- Recuperar a estabilidade econômica do país.
- Amparar os trabalhadores que estão na informalidade.
- Rever o fator previdenciário.
- Reduzir os impostos e custos administrativos dos empréstimos para famílias com até 5 salários mínimos.

Eduardo Jorge
(PV)

Truco, Eduardo!

"[Nós, do PV,] não admitimos que as religiões sofram qualquer tipo de perseguição, como está acontecendo com as religiões afro-brasileiras" – Eduardo Jorge, em 02/09

A intolerância religiosa é histórica no Brasil. Para tentar combatê-la, existem ações em diferentes esferas, como na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e na Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Terreiro.

Mesmo assim, dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência publicados pelo jornal O Globo mostram que fiéis do candomblé e da umbanda foram vítimas de 22 das 53 denúncias de intolerância religiosa recebidas pelo Disque 100 entre janeiro e julho deste ano.

Perguntamos ao candidato Eduardo Jorge:

- Como pretende de fato combater a intolerância a religiões afro-brasileiras? O PV tem um plano de ação a esse respeito?

A resposta veio no dia 03/09:

"O estado é laico. Neste sentido, é preciso garantir o direito de todos à liberdade de religião, seja a religião qual for. A cultura afrobrasileira deve ser respeitada, e a perseguição destas religiões, como qualquer tipo de perseguição contra direitos individuais, deve ser criminalizada e equiparada aos

crimes de racismo".

Achamos a resposta vaga, por isso pedimos Seis! E o candidato esclareceu:

"A Lei 9.459, de maio de 1997, altera a lei 7.716, de janeiro de 1989, e prevê reclusão de um a três anos e multa os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Embora em vigor há 17 anos, continuamos testemunhando atos bárbaros de preconceito no país, seja ele racial ou religioso. Defendemos maior rigor na aplicação e no cumprimento da legislação.

A mudança cultural necessária ao país também deve vir de uma educação inclusiva e de respeito à diversidade. Tornar obrigatória na grade curricular a educação para os direitos humanos como forma de combate a todo tipo de desigualdade, descriminação, violência, abuso etc, bem como a mais efetiva e poderosa ferramenta para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do estabelecimento da paz mundial."

"Candidato, o que o senhor acha da isenção fiscal das igrejas no Brasil?" – pergunta do leitor André Luiz Borges Pompeu, na página do candidato, escolhida no Truco Popular

Resposta do candidato:

"Sou contra. O Programa Viver Bem, Viver

Verde – Diretrizes do PV para o Brasil propõe uma reforma tributária que vai simplificar a vida de todos, a partir da proposta do Imposto Único Arrecadatório Federal, projeto de Marcos Cintra. A reforma tributária é para todos, inclusive para as igrejas."

"Caso o senhor seja eleito, como pretende cortar drasticamente os gastos públicos (fim do Senado, fim de verbas públicas de gabinetes estaduais, grande redução de servidores por parlamentar, fim do salário para vereadores etc) sem perder o apoio de partidos e dos políticos eleitos para implementar a sua forma de governo?" – pergunta do leitor Douglas Winck, na página da Pública, escolhida no Truco Popular

Resposta do candidato:

"Esta não é uma mudança de curto prazo, e temos que pensar que o Brasil não acaba nas próximas eleições, e nem nos próximos quatro anos. Mas é preciso começar esta discussão, plantar esta semente. Temos que escolher melhor nossos parlamentares, para possam levar esta discussão também ao congresso. É uma reforma política profunda que precisamos, e para isto, como somos uma democracia, é preciso debater, conversar, levar dados."

Blefe, Eduardo!

"O governo federal não pode continuar a concentrar 70% dos recursos e os municípios apenas 10%." – Eduardo Jorge, em 11/09

A frase de Eduardo Jorge distorce a real divisão da receita tributária no Brasil. Os municípios receberam 18,3% dos recursos em 2013, número 83% maior do que o falado pelo candidato no programa eleitoral.

A parcela que permaneceu com a União foi de 57,4%, enquanto os estados ficaram com 24,3%, afirma José Roberto Rodrigues Afonso, especialista em finanças públicas e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ). "Usando um conceito mais amplo de receita tributária – que inclui contribuições ao FGTS, sistema S, royalties, multas e juros de mora da dívida ativa –, em 2013 foram arrecadados 37,4% do PIB", diz. "Na divisão federativa da arrecadação direta, a União gerou 67,8%, contra 26% dos estados e 6,2% dos municípios."

O pesquisador observa ainda que parte dessa receita é compulsoriamente transferida de um para outro governo, como no caso do Fundo de Participação dos Estados (FPE), do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da cota municipal do ICMS.

Zap, Eduardo!

"[Vamos conversar sobre] o drama de mulheres que são consideradas criminosas por interromper a gravidez. E como tudo é clandestino, elas correm sempre o risco de morrer." – Eduardo Jorge, em 28/08

É verdade, como explicou o ginecologista e obstetra Jefferson Drezzet na reportagem Clandestinas, veiculada pela **Pública** em setembro de 2013.

"No Brasil alguma coisa entre dia sim, dia não, morre uma mulher por complicação de um aborto, segundo dados oficiais do Ministério da Saúde". Em entrevista à **Pública**, Drezzet, que há mais de 10 anos coordena um dos serviços de abortamento legal no país, disse ainda que atualmente acontecem cerca de 1 milhão de abortos provocados e 250 mil internações para tratamento de complicações pós-abortamento por ano no país. "É o segundo procedimento mais comum da ginecologia em internações."

A conta se torna ainda mais cruel, na opinião do especialista, porque as diferenças entre as chances de morrer em um aborto inseguro e apenas clandestino é de 1.000 vezes. "O aborto clandestino não é necessariamente inseguro. Ele pode ser feito em clínicas clandestinas porém com todas as condições de higiene, por médicos treinados,

quando a mulher tem dinheiro para pagar. Esse aborto pode custar mais de dois mil dólares. Enquanto um aborto inseguro pode custar 50 reais.”

Principais promessas de Eduardo

- Evitar que as religiões sofram qualquer tipo de perseguição, como está acontecendo com as religiões afrobrasileiras".
- Reforma política: parlamentarismo; voto distrital misto; voto facultativo; proibição de financiamento de empresas para eleição de políticos; vereadores sem salários, se mantendo nos seus empregos normais.
- Mais recursos federais para os municípios socorrerem de imediato as urgências do povo.
- Transporte limpo com a substituição do petróleo por combustível renovável.
- Alimentação saudável orgânica.
- Nova política pública para tratar drogaditos.
- Carreira nacional com base municipal para médicos, enfermeiras e agentes comunitários do Programa Saúde da Família.
- Criar cinturões de produtos orgânicos perto de grandes centros urbanos.
- Legalizar o consumo da maconha.
- Adotar imposto único federal.

José Maria Eymael (PSDC)

Truco, Eymael!

"Quais seriam as funções do seu Ministério da Família? Ele iria suprir as necessidades de todos os tipos de famílias ou somente as da família 'tradicional'?" – pergunta do leitor Raoni Alcantara, escolhida no Truco Popular

Resposta do candidato:

"O Ministério da Família, a exemplo dos que já existem em países como o Canadá, é a porta de entrada para as questões ligadas estritamente à família, que hoje estão dispersas por vários outros ministérios – como formulador de políticas públicas que contemplem a família brasileira e a preservem enquanto a célula *mater* da sociedade. Se pensarmos que os educadores com suas demandas têm no Ministério da Educação um caminho, uma porta onde bater, a saúde, embora sucateada, tem seu ministério, assim como a indústria e o comércio, o turismo e outros segmentos da sociedade, veremos a importância da criação desse ministério. Muito embora termos como meta diminuir drasticamente o número de pastas ministeriais existentes, no momento 39, com certeza o Ministério da Família e o da Segurança Pública, em nosso governo, serão criados.

Quanto à relação do modelo familiar que será atendido por esse ministério, é certo que ele

atenderá a todas as demandas de qualquer modalidade de instituição familiar existente.”

Principais promessas de Eymael

- Reconstruir a indústria nacional.
- Cumprir a Constituição.

Levy Fidelix
(PRTB)

Blefe, Levy!

"Os nossos médicos querem mais trabalho e trazem só mais médicos do exterior." – Levy Fidelix, em 04/09

Até o Conselho Federal de Medicina reconhece que a taxa de desemprego médico é zero, ou seja, não há médicos procurando trabalho.

De acordo com a OMS, há 17,6 médicos para cada 10 mil pessoas no Brasil, taxa inferior à media do continente americano e muito inferior à da Europa que é de 33,3 médicos para cada 10 mil pessoas. Além disso há uma grande desigualdade regional na distribuição dos médicos: enquanto no Sudeste há 26 médicos por 10 mil habitantes, na região Norte são 10 médicos por 10 mil pessoas.

O principal objetivo do programa Mais Médicos, do governo atual, que trouxe cerca de 11 mil médicos cubanos para o país, é suprir a falta de médicos nas regiões mais carentes. Apenas 1.500 médicos brasileiros se inscreveram nesse programa, oferecido primeiro a eles.

"Se ele [o consumidor brasileiro] entrar em qualquer lugar para comprar um carro, (...) ele vai pagar 3 vezes mais este carro." - Levy Fidelix, em

20/09

Um estudo da Anfavea (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos) realizado em junho de 2014 sobre a carga tributária mostrou que "28,1% do preço de um automóvel flex com motorização entre 1.000 cc e 2.000 cc são de impostos".

O estudo da indústria automotiva ressalva que esse percentual representa "a participação dos impostos no preço final do consumidor", o que seria um critério diferente daquele utilizado em outros países, "que indicam qual é a carga tributária adicionada ao preço do veículo sem impostos".

Se utilizado esse critério, a carga tributária subiria para 54,2%, somando os "impostos escondidos" (pagos em outras etapas da produção).

De acordo com a Anfavea, portanto, o consumidor pagaria menos de um terço (28,1%) ou, no máximo, pouco mais da metade (54,7%) de impostos pelo carro, bem longe das "3 vezes mais" apregoadas pelo candidato.

Principais promessas de Levy

- Fazer auditoria da dívida pública.

Luciana Genro
(PSOL)

Truco, Luciana!

"Quem tem fortuna acima de 50 milhões tem que pagar 5 % de imposto. Só com isso podemos dobrar os gastos para a educação." – Luciana Genro, em 23/08

Pedimos mais explicações à campanha do PSOL, e a candidata respondeu no dia seguinte, 24/8.

- O Projeto de Lei que regulamenta a taxação de grandes fortunas, de 2008, não foi votado até hoje. Como a candidata pretende conseguir apoio do Congresso para aprovar a medida?

"Um projeto como este só é possível de ser aprovado com pressão popular. A maioria dos parlamentares são robustamente financiados por empresas controladas pelas famílias mais ricas do Brasil, portanto tentarão barrar esse projeto, como fazem com o meu projeto de lei, que desde 2008 está parado na Câmara.

As pautas das jornadas de junho precisam de mais recursos público para serem implementadas. O diálogo aberto com a população para discutir de onde virão esses recursos necessários para saúde, educação, transporte e moradia é essencial para que uma proposta como essa conquiste os votos necessários para sua aprovação no Congresso."

Qual o valor que seria arrecadado com o imposto, e como a candidata chegou a tal estimativa?

“Segundo o Atlas da Exclusão Social (organizado pelo economista Márcio Porchmann), 5 mil famílias mais ricas do Brasil têm patrimônio correspondente a 42% do PIB. Considerando-se o PIB de 2013 (R$ 4,844 trilhões), cada uma destas 5 mil famílias detém, em média, R$ 407 milhões em fortunas. Caso tributemos apenas estas 5 mil famílias mais ricas, com uma alíquota anual de 5% apenas sobre a parcela excedente a R$ 50 milhões de cada uma delas (ou seja R$ 357 milhões), verifica-se que seria possível arrecadar nada menos do que R$ 90 bilhões por ano.

A conta, portanto, é: R$ 357 milhões X 5.000 X 0,05 = R$ 89,25 bilhões (isto considerando o PIB de 2013).

Os recursos federais previstos para educação em 2014 são de R$ 88,28 bilhões.”

“Na sexta-feira, dia 12/09, a candidata Luciana Genro concedeu entrevista de quase uma hora aos jornalistas Fernando Canzian e Lígia Mesquita para o TV Folha. A entrevista foi uma verdadeira aula de política e economia. A TV Folha publicou a entrevista com a manchete ‘Luciana Genro defende a invasão de imóveis para moradia’. Se eleita, que medidas o futuro governo do PSOL poderia tomar para que a população seja mais bem informada e não manipulada?” – pergunta do leitor Bruno Garcia, escolhida no Truco Popular

Resposta da candidata:

"Bruno, obrigada pela pergunta. Temos feito campanha falando verdades e apontando soluções que nenhuma candidatura pode fazer. Conquistamos um largo reconhecimento da sociedade brasileira e isso foi conquistado contra a vontade dos grandes monopólios de comunicação. Nossas principais trincheiras são, além da campanha nas ruas, os debates, em que os canais de televisão são obrigados por lei a nos convidar, e a internet.

Sobre a manchete da TV Folha é simplesmente lamentável. Quem assiste a entrevista vê bem o que defendemos: a destinação de imóveis vazios, destinados à especulação imobiliária, para famílias que não tem teto.

Nosso país vive uma situação única nas grandes democracias. Quinze famílias controlam os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, que ainda é o grande meio de informação da maior parte da população brasileira.

Existem várias medidas que podem ser implementadas imediatamente, apenas cumprindo a lei já existente. A primeira é fazer cumprir a proibição de propriedade direta, ou por meio de parentes ou laranjas, de concessões de rádio e TV por políticos. Em todos os estados do Brasil, os políticos controlam um ou mais canais de televisão e de rádio. Nossa proposta é fazer uma verificação desses casos e cancelar as concessões.

Outra medida, já implementada em países

inclusive do centro do capitalismo, portanto não se trata de uma medida socialista, é a proibição da propriedade cruzada dos meios de comunicação. A Rede Globo não é, e nunca foi, apenas um grupo de comunicação, mas sim um grupo de poder, para muitos o principal partido político brasileiro. A família Marinho, que está entre as mais ricas do Brasil e será atingida no dia que for regulamentado o Imposto sobre Grandes Fortunas, não permite uma cobertura minimamente isenta. Tomaram a decisão de escolher três candidatos, supostamente legitimados por pesquisas eleitorais altamente contestáveis. Além destas duas medidas, sintetizo outros pontos de nosso programa para democratização da comunicação, que você encontra detalhado no www.lucianagenro.com.br/programa/comunicacao.

Reservar espaços iguais para os sistemas público, privado e estatal no rádio e na TV e criar um sistema público gerido por um Conselho Nacional de Comunicação com participação da sociedade civil e independência de governos; Criar o Fundo de Comunicação Pública como principal ferramenta de um sistema de financiamento público independente dos governos para comunicação pública e comunitária; Fortalecer as emissoras comunitárias; Definir a internet como serviço fundamental, colocando a prestação do serviço em regime público para universalizar o acesso e estabelecer metas de qualidade; Elaboração de regulamentação do Marco Civil da Internet de maneira a garantir a neutralidade da rede e

proteger a privacidade dos usuários de Internet; Garantia de cotas de produções nacional, regional e independente na TV e no rádio; Regulamentação do direito de resposta, incluindo direitos difusos e coletivos e Direito de antena.

Quero registrar meu agradecimento ao Intervozes, ao Fórum Nacional de Democratização da Comunicação e à Setorial de Comunicação do PSOL que ajudaram na consolidação do nosso programa para a área."

Zap, Luciana!

"A impunidade dos torturadores do passado se reflete na violência policial que continua até hoje."
– Luciana Genro, em 06/09

Ao menos cinco pessoas morrem por violência policial todos os dias no Brasil, 4,5 vezes mais do que nos Estados Unidos, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O Brasil também é um dos poucos países latinoamericanos onde os crimes aumentaram depois da ditadura, pelo "legado de violência e impunidade", como destaca o procurador da República Marlon Weichert, lembrando que, ao contrário dos vizinhos do Cone Sul, o país não responsabilizou criminalmente os torturadores e os mandantes dos crimes da ditadura.

Observação semelhante foi feita pelo presidente da Anistia Internacional, Tim Cahill, quando o STF negou, em 2010, a possibilidade de rever a lei da Anistia, o que impediria a punição dos crimes cometidos pelos agentes do Estado. "Em um país que assiste a milhares de execuções praticadas por agentes de segurança todos os anos e muitos mais são torturados em delegacias e presídios, [a decisão do STF] é um sinal claro de que no Brasil ninguém é responsável quando o Estado tortura e mata seus próprios cidadãos", disse Cahill na ocasião.

Para saber mais:
http://www.forumseguranca.org.br/files/files/destaques_anuario2013.pdf

http://ponte.org/verdade-12-528-liga-violencia-de-hoje-aos-crimes-da-ditadura/

http://ponte.org/human-rigths-watch-cobra-de-alckmin-acoes-de-combate-a-tortura/

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140512_brasil_tortura_vale_rb.shtml

Principais promessas de Luciana

- Implementar imposto de 5% sobre fortunas acima de 50 milhões de reais.
- Vincular o aumento do benefício da aposentadoria ao aumento do salário mínimo.
- Fazer a auditoria da dívida pública.

Mauro Iasi
(PCB)

Truco, Mauro!

"As candidaturas separadas dos partidos de esquerda PCB, PSTU, PCO e PSOL tem grande poder pedagógico mas pouco poder político. Não seria importante, em 2018, uma união (política e de ideias) dos partidos de esquerda para oferecer uma via democrática e socialista aos eleitores?" – pergunta do leitor Rafael Miranda, escolhida no Truco Popular

Resposta do candidato:

"Não é de hoje que o PCB tem defendido uma unificação das esquerdas socialistas. Foi desta maneira que participamos ativamente da Frente de Esquerda em 2006, quando fui candidato a vice-governador na chapa de Plínio de Arruda Sampaio (PSOL) e militamos pela construção coletiva de uma candidatura popular em 2010. Essa foi uma experiência muito rica.

Mas sempre afirmamos que a frente de esquerda não pode ser uma mera coligação eleitoral. O que nos une efetivamente é nossa participação nos movimentos sociais e populares que resistem aos ataques da burguesia contra os trabalhadores. Para além desta resistência, é preciso avançar na composição de um programa político comum que subsidie a formação de uma alternativa real de poder popular e socialista no Brasil. Na América Latina, a exemplo das experiências de frentes de

esquerda no Uruguai e no Chile de 1970, essa unidade programática e eleitoral foi fruto de uma longa resistência diante do domínio dos partidos de direita. No caso do Brasil, vivemos um momento de derrota das esquerdas revolucionárias e socialistas, materializada pelo governo do PT, que optou pelo pacto social. É uma fragmentação da classe, expressa na sua representação política. Não é uma questão de má vontade.

Eleitoralmente nem sempre é possível marcharmos juntos, uma vez que uma construção política não pode ser feita em cima da hora, por conveniências eleitorais. Até porque estamos falando de partidos de esquerda que prezam por suas convicções e formulações. Existem diferenças programáticas entre nós, mas isso não quer dizer que, no futuro, não seja possível construir uma Frente Anticapitalista que tenha caráter permanente e que se expresse mesmo sob a forma de uma unidade orgânica. Temos certeza de que a unidade que existe entre nós nos principais pontos de combate à exploração capitalista, ao imperialismo, aos ataques aos direitos, à criminalização dos movimentos sociais e políticos, à violência policial, às discriminações e preconceitos, continuará se dando concretamente nas lutas dos trabalhadores e dos setores populares. As jornadas de junho e as lutas sociais ocorridas em 2013 exigiam que apresentássemos, nestas eleições, uma pauta de mudanças radicais e um claro questionamento à ordem burguesa, apontando claramente para o objetivo de construção do Poder

Popular no rumo da revolução socialista. Por isso, o PCB acreditou ser necessário apresentar sua candidatura.

É preciso, por fim, esclarecer que, nos estados, o PCB lançou 14 candidaturas próprias a governador, mas participa de cinco coligações da frente de esquerda que inclui o PSOL e o PSTU: Marta Jane (PCB e PSTU), Goiás; Ailton Lopes (PSOL, PCB e PSTU), Ceará; Maklandel Aquino (PSOL e PCB), Piauí; Sônia Meire Azevedo de Jesus (PSOL, PCB e PSTU), Sergipe; Toninho (PSOL, PCB e PSTU), Distrito Federal."

Pastor Everaldo (PSC)

Truco, Pastor!

"Vou usar o dinheiro que hoje some no ralo da corrupção para criar o Ministério da Segurança Pública." – Pastor Everaldo, em 09/09

Enviamos as seguintes perguntas à campanha do candidato, que respondeu no dia 11/9:

- Que medidas o candidato pretende tomar para recuperar o dinheiro perdido com a corrupção? Qual a estimativa do valor a ser recuperado?

"Investimento nos órgãos investigativos e fiscalizadores, como TCU, Polícia Federal, Controladoria-Geral da União; e investimento na Advocacia-Geral da União, responsável por buscar judicialmente esses valores junto aos políticos corrompidos e empresários corruptores. E, mais importante que isso: vamos estancar a corrupção com a diminuição do poder de barganha do agente público corrupto através da diminuição do Estado. A diminuição de funções do Estado e de dinheiro excessivo já acarretará uma substancial redução na corrupção. Sem isso, estaremos condenados eternamente a "enxugar gelo". Precisamos aguardar as investigações de todos os malfeitos para sabermos exatamente de quanto estamos falando. Mas essa é certamente um conta bilionária."

- Qual seria o orçamento do Ministério da Segurança Pública? Quais seriam as suas atribuições?

“Seria certamente um orçamento acima do atual do Ministério da Justiça, que hoje é pouco superior a 11 bilhões anuais. A principal atribuição será aprofundar a organização entre os diversos órgãos de segurança pública e investir em novas formas de combate ao crime.”

Não é bem assim, Pastor!

"Reafirmo meu compromisso com a família como está na Constituição Brasileira, então defendo que casamento é homem e mulher." - Pastor Everaldo, em 30/08

O parágrafo 3º do artigo 226 da Constituição Federal realmente reconhece como entidade familiar a união estável entre homem e mulher. Entretanto, em nenhum momento a Constituição nega esse direito a casais do mesmo sexo.

Foi esse um dos argumentos levantados pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) quando julgaram o reconhecimento da união estável para casais do mesmo sexo.

Na época, em maio de 2011, dez ministros julgaram por unanimidade o parágrafo 3º do artigo 226 através de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). O entendimento foi que definir entidade familiar apenas pela união estável de homem e mulher contraria o inciso IV do artigo 3º da Constituição, que torna objetivo fundamental da República "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Participaram da decisão os ministros Ayres Britto, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Joaquim

Barbosa, Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Celso de Mello, Cezar Peluso, Cármen Lúcia Antunes Rocha e Ellen Gracie. O ministro Dias Toffoli não participou da decisão por ter atuado em uma das ações que pediram o reconhecimento da união estável entre casais homossexuais e que deram origem ao julgamento no STF.

Principais promessas do Pastor

- Reduzir a máquina do estado ao mínimo necessário. Passar tudo o que for possível para a iniciativa privada.
- Acabar com a burocracia.
- O trabalhador que recebe um salário de até 5 mil reais por mês ficará isento do imposto de renda na fonte.
- Privatizar todas as empresas públicas que são foco de corrupção, inclusive a Petrobras.
- Criar o Ministério da Segurança Pública
- Corrigir os salários dos policiais.
- Estabelecer um plano de metas para os servidores da saúde.
- Cortar impostos de remédios e atualizar a tabela do SUS.

Rui Costa Pimenta (PCO)

Não é bem assim, Rui!

"De onze candidatos, os milionários escolheram 3 como principais. Os 3 receberam ate agora 94% da doações declaradas. São quase 30 milhões doados na sua maioria por empresas" - Rui Costa Pimenta, em 11/09

As informações dadas pelo candidato do PCO em sua campanha na TV estão desatualizadas: o candidato usou os dados da primeira prestação de contas das campanhas junto ao TSE, publicada em agosto.

Na época, as campanhas de Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Campos (PSB) – que ainda era candidato – concentravam 95,6% das doações declaradas ao TSE (e não 94%, como afirmado por Rui Costa Pimenta), somando-se as doações aos candidatos e aos comitês financeiros nacionais dos seus partidos. Ainda de acordo com a primeira prestação de contas, essas três campanhas receberam até então R$ 29 milhões de doações de empresas, o que corrobora a afirmação do candidato do PCO.

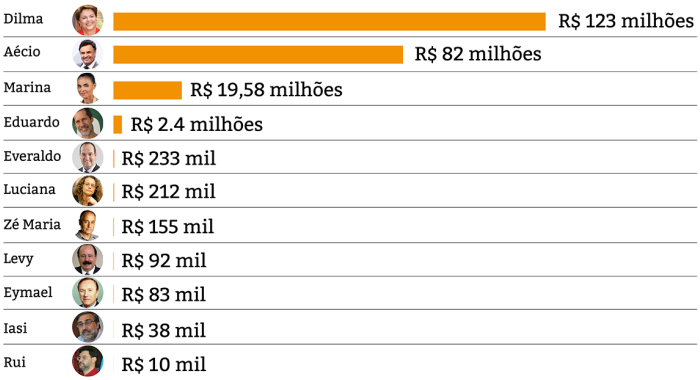
Mas os números mais recentes são bem maiores, de acordo com os dados da segunda prestação de contas das campanhas, publicada dia 6 de setembro. E a concentração das doações aumentou ainda mais.

Juntas, as três campanhas mais ricas somam

98,5% das doações declaradas. Isso significa que R$ 226,3 milhões dos R$ 229,5 milhões declarados até agora foram destinados às campanhas do PT, PSDB e PSB. As empresas são, de fato, as grandes doadoras individuais.

Veja os infográficos abaixo com dados da segunda prestação de contas do TSE. E clique aqui para baixar a tabela completa.

Doações recebidas por candidato



Principais promessas de Rui

- Dissolver a polícia militar
- Garantir a eleição de juízes por voto popular.
- Estatizar o sistema financeiro e passar o controle para os trabalhadores bancários.

Zé Maria
(PSTU)

Truco, Zé!

"Em sua opinião, porque será que os jovens e trabalhadores que foram para as ruas em 2013 vão eleger políticos tradicionais para governar o país e, inclusive, para compor o Congresso? O que falta para a insatisfação com a política praticada no país se manifestar nas urnas?" – pergunta da leitora Cláudia Fragoso, escolhida no Truco Popular

O candidato respondeu por vídeo: http://goo.gl/DL4W7E. Segue a transcrição:

"Há, de fato, uma mudança na situação política do país, um crescimento do descontentamento das pessoas com a injustiça, com a desigualdade, e que também se manifesta numa disposição maior das pessoas de irem à luta, para poder resolver os problemas que enfrentam, para buscar acabar com as mazelas que afligem nossa vida no dia a dia. E o marco importante dessas mudanças foram, de fato, as mobilizações de junho do ano passado e depois, também, as centenas de greves que sucederam aquele processo de mobilização de rua. Por que então que, como pergunta a internauta, essa mudança de situação não se expressa, não aparece – pelo menos naquilo que indicam as pesquisas de opinião – no que será a votação nos políticos tradicionais das próximas eleições agora do dia 5 de outubro?

Na verdade, tem sido assim sempre. Nós temos no Brasil eleições a cada dois anos. O povo vota achando que vai mudar, mas a única coisa que muda de fato, depois das eleições, é a vida do político que é eleito. A vida do povo mesmo não muda, quando não piora.

O que ocorre é que as eleições do nosso país são controladas pelo poder econômico: pelos bancos, pelas empreiteiras, pelas multinacionais, as grandes empresas do agronegócio, os grandes empresários, os patrões em geral. E eles controlam as eleições por duas vias, fundamentalmente. A primeira é a televisão. Nós vivemos em um país continental, enorme, com pouco mais de 200 milhões de habitantes. E não há nenhuma possibilidade de levar qualquer mensagem ao conjunto dos eleitores do Brasil que não seja pela televisão. E é muito antidemocrático, muito desigual, o acesso que as diversas candidaturas têm à televisão. Veja, mesmo no tempo oficial destinado pelo Estado aos partidos para fazer sua campanha, a candidata do PT, Dilma Rousseff, tem praticamente 12 minutos em cada programa. Eu tenho 45 segundos.

Para piorar tudo isso, o noticiário das redes de TV aberta, que é quem informa a população brasileira, mostra todos os dias três candidaturas. Não mostra os 11 candidatos que estão inscritos no TSE. Mostra três candidaturas. Não por coincidência, as três candidaturas que defendem os interesses dessas grandes empresas, que são proprietárias das redes de TV e da impressa escrita que temos no país. E para piorar isso ainda mais, há

os debates. E as redes de TV escolhem quais candidatos elas aceitam que participem dos debates. Eu, por exemplo, e outros candidatos somos impedidos de participar dos debates, como esse que vai acontecer na Rede Globo daqui a alguns dias.

A TV só mostra para a população algumas das candidaturas que estão inscritas no TSE. Não mostra todas. E, não por coincidência, mostra aquelas que defendem os mesmos interesses das grandes empresas que são proprietárias das redes de TV e da imprensa escrita no país. Ou seja, quem é contra, eles não deixam aparecer e muito menos falar.

A segunda forma que eles usam para controlar as eleições é através do financiamento. Veja, a candidata Dilma, do PT, Aécio Neves, do PSDB, e Marina Silva, do PSB, vão gastar nas suas campanhas centenas de milhões de reais. O cálculo que fazem é que a campanha para eleger um deputado federal em São Paulo, por exemplo, custa mais de R$ 10 milhões. É claro que esse dinheiro não sai do bolso do candidato. Esse dinheiro é doado. Melhor dito, é um investimento feito por bancos, por empreiteiras, pelas grandes empresas do agronegócio, pelas grandes empresas em geral do país. É esse dinheiro que permite a esses candidatos fazer essa campanha milionária que a gente vê nas ruas do país, que a gente vê na televisão, e que permite a eles vender a mentira que eles quiserem vender para a população brasileira.

Quer um exemplo? Paulo Maluf. Paulo Maluf faz

uma campanha em São Paulo dizendo que, na época dele no governo, era Rota na rua e bandido bom era bandido preso. Pois bem. O próprio Paulo Maluf tem um mandado de prisão internacional contra ele por roubo de dinheiro público. Esse homem deveria estar preso. No entanto, não está. Está na televisão, contratando milhares de cabos eleitorais em São Paulo para convencer a população de que é bom votar no Maluf para garantir a prisão dos bandidos. Veja bem a situação a que nós chegamos, mas é assim que funciona o sistema.

É dessa forma que a população, quando vai votar no dia 5 de outubro, é levada a escolher entre aqueles candidatos que defendem os interesses das grandes empresas. Ou seja, os políticos tradicionais, os mesmos de sempre. Não é verdade, portanto, que as eleições expressem uma escolha livre dos trabalhadores, das trabalhadoras, dos jovens que foram às ruas se manifestar ou mesmo que elas expressem uma escolha livre e democrática da população brasileira. É uma escolha construída, manipulada pela via do financiamento e pela via da utilização desigual da TV. Nada disso vai mudar enquanto os bancos e as grandes empresas continuarem a controlar o sistema eleitoral brasileiro. Da mesma forma que a vida do povo do nosso país não vai mudar enquanto os bancos, as empreiteiras, as grandes empresas do agronegócio, as multinacionais continuarem a controlar o Brasil, a controlar os governos, a controlar os políticos.

Até porque, para que haja recursos para que nós possamos colocar a riqueza que o país tem, os

recursos que o nosso país tem, a serviço de garantir saúde, educação, moradia, transporte, aposentadoria digna, reforma agrária, emprego e salário digno para todos nesse país, é preciso acabar com os privilégios dos bancos, das grandes empresas, do agronegócio e das multinacionais. E essa mudança, acabar com o controle dos bancos e das grandes empresas sobre o nosso país, nós vamos fazer não através de um sistema eleitoral controlado por eles, como é o nosso. Nós vamos fazer através da luta, da mobilização popular, da luta popular, da luta da classe trabalhadora e da juventude brasileira.

Por isso, nas eleições, o PSTU denuncia e é contra o financiamento das campanhas eleitorais pelas empresas. Por isso, a gente não aceita, nós não abrimos mão de defender as nossas opiniões e de fazer as nossas críticas, para tentar cavar um espaço, aparecer mais na televisão. Nós somos fiéis às nossas ideias e colocamos a nossa campanha a serviço de fortalecer a organização e a luta da classe trabalhadora e da juventude brasileira. Porque essa luta do nosso povo que vai mudar o nosso país.

O Brasil precisa de um governo dos trabalhadores, sem patrões, que assuma o controle do país, mude o Brasil, para que o nosso povo possa ter uma vida digna. Venha se somar a nós nessa luta. Essa luta também é sua."

Não é bem assim, Zé!

"O governo deu R$ 136,8 bilhões para o setor (agronegócio), mas não faz a reforma agrária e não aprova a emenda contra o trabalho escravo."
– Zé Maria, em 23/08

Em uma só frase, o candidato conseguiu dizer uma verdade incompleta, uma meia verdade e uma inverdade. Vamos por partes.

Em junho do ano passado, o governo federal disponibilizou R$ 136 bilhões em créditos para o agronegócio, dentro do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2013/14. Na época, a presidente Dilma lembrou a importância do setor para a economia do país. O que o candidato Zé Maria não disse foi que o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2014/15 prevê 14% a mais. Serão R$ 156,1 bilhões, sendo R$ 112 bilhões para financiamentos de custeio e comercialização e R$ 44,1 bilhões para os programas de investimento.

Em relação à reforma agrária, é exagero dizer que ela parou no atual governo – mas é verdade que os índices têm sido bem piores do que os dos governos anteriores. De 2011 ao final de 2013, o governo de Dilma Rousseff desapropriou 186 imóveis, incorporou 2,5 milhões de hectares à reforma agrária e assentou 75 mil famílias.

Entre 2003 e 2010, o governo Lula desapropriou 1.987 imóveis, foram incorporados 48.291.182

hectares e 614.088 famílias, assentadas. Já o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), também de oito anos (1995 a 2002), desapropriou 3.539 imóveis, incorporou 21.129.935 de hectares e assentou 540.704 famílias.

Recentemente, o MST, principal movimento do campo no país, tem criticado a inação do governo Dilma em relação à reforma agrária: "(Temos) uma avaliação ruim. O governo Dilma, em termos de reforma agrária, não fez nada", disse o líder Gilmar Mauro, em entrevista à revista Carta Capital. Outra liderança, Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST, afirmou ao jornal O Globo que o governo Dilma Rousseff é o pior: "O governo Dilma foi o pior para reforma agrária. Assentou pouco, ou quase nada, e foi tomado pelo agronegócio, a quem se aliou".

Já a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 57A/1999), conhecida como a PEC do Trabalho Escravo, foi aprovada e promulgada pelo Congresso Nacional no dia 5 de junho – com o apoio inclusive da bancada do PT e da base aliada. O Senado, no entanto, condicionou a aplicação da lei a um projeto de regulamentação. É aí que está a briga.

"Durante muito tempo a bancada ruralista bloqueou a aprovação da PEC. Agora viram que ser contra ela manchava muito a imagem deles junto à população. Mas a estratégia deles hoje é questionar o conceito de trabalho escravo para atrapalhar a aplicação da PEC", explica o jornalista e cientista político Leonardo Sakamoto, coordenador da ONG Repórter Brasil. Hoje em dia, segundo o artigo 149

do Código Penal, reduzir alguém a condição análoga à de escravo significa submetê-lo a "trabalhos forçados ou a jornada exaustiva", a "condições degradantes de trabalho" ou a restringir "por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto".

Outro ponto de conflito serão os procedimentos de desapropriação de terras urbanas e rurais onde for flagrado trabalho análogo a escravidão – que, segundo a PEC, serão feitos sem direito a indenização. "Eles estão agindo para regulamentar a emenda de uma forma esvaziada", resume Sakamoto.

"Todo ano o governo dá aos bancos quase metade do orçamento para pagar a dívida pública. Cinco vezes mais do que investe em saúde e educação." – professora Amanda Gurgel, do PSTU, no programa do Zé Maria, em 28/08

Nos últimos quatro anos, entre 40 e 45% do orçamento do país foram destinados ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública federal.

De fato, esses valores de pagamento de dívida em cada ano equivalem a cerca de cinco vezes os orçamentos de saúde e educação somados (em 2011, inclusive, o pagamento de juros e amortização da dívida foi cerca de seis vezes maior do que os orçamentos de saúde e educação somados). O

levantamento é da Auditoria Cidadã da Dívida, uma associação sem fins lucrativos fundada após o Plebiscito Popular da Dívida Externa, em 2000, e que tem entre seus apoiadores diversas entidades da sociedade civil.

Os números de 2011, 2012 e 2013 foram levantados a partir do orçamento executado pela União, enquanto os números de 2014 se referem ao orçamento previsto.

No entanto, o governo federal não divulga de maneira detalhada quem são os credores da dívida pública. "Em geral, a maior parte da dívida pública federal é contraída por meio de empréstimos de bancos ao governo ou por meio da emissão de títulos da dívida pública pelo Tesouro Federal", afirma Jorge Biella, da Auditoria Cidadã da Dívida. "Cerca de 80% dos títulos da dívida pública, porém, também está em poder dos bancos". Há credores do governo, porém, que não são bancos. Portanto, não é correto afirmar que o total pago com a amortização e com os juros da dívida pública é pago aos bancos (ainda que eles sejam os maiores credores).

Fontes:
http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/

http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Numerosdivida.pdf

---

"Dilma entregou o campo de Libra e iniciou a privatização do pré-sal." – Zé Maria, em 16/09

A privatização do pré-sal não foi iniciada no leilão do campo de Libra.

Por definição, a privatização ocorre quando há a venda de uma empresa ou de um ativo que pertence a uma empresa estatal para uma empresa de capital privado. O que aconteceu com o campo de Libra foi a concessão sob regime de partilha desta área de exploração de pré-sal para o consórcio formado pela Petrobras e as petroleiras Total (França), Shell (Anglo-holandesa) e as chinesas CNPC e CNOOC.

O regime de partilha foi criado especificamente para o pré-sal no segundo mandato do ex-presidente Lula e definido pela lei 12.351, de dezembro de 2010. Nesse modelo, a União leiloa os campos para as empresas consorciadas, mas a Petrobras tem de ser a operadora dos contratos com uma participação mínima de 30% sobre as áreas leiloadas. Se a viabilidade comercial da área de extração do petróleo for confirmada, a empresa recebe em petróleo o equivalente ao que gastou até aquele momento, e o petróleo excedente será partilhado entre a União e o consórcio (de acordo com as condições estipuladas em contrato).

No caso de Libra, a União ficará com 41,65% deste petróleo excedente. A reserva estimada de

Libra é de 8 a 12 bilhões de barris de petróleo. Até 2013, o Brasil possuía 15,3 bilhões de barris em reservas provadas.

Nesse modelo, a União também é remunerada por bônus assinatura, um montante pago pelo consórcio quando o contrato é assinado (no caso de Libra, foram R$ 15 bilhões); por royalties de 15% do valor de produção; e através do pagamento de impostos e tributos (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido).

O modelo de partilha também prevê a criação de uma empresa estatal (a PPSA – Petróleo do Pré-Sal S.A.) para a gestão dos contratos do pré-sal e a criação de um Fundo Social do Pré-Sal, fonte de recursos para investimentos sociais.

O leilão do campo de Libra, porém, foi controverso. O setor sindical petroleiro, bem como outras centrais sindicais e movimentos sociais, defendia que o governo fizesse uso do artigo 12 da lei do pré-sal e contratasse diretamente a Petrobras para a exploração e produção da área.

Zap, Zé!

"As montadoras enviaram mais de 30 bilhões para o exterior." – Zé Maria, em 21/08

Dados do Banco Central confirmam a afirmação do candidato.

Apesar da propaganda não identificar o período ao qual a frase se refere, nem se o valor está em reais ou dólares, o Banco Central confirma que as filiais brasileiras de fabricantes de veículos enviaram R$ 36,1 bilhões para suas matrizes no exterior entre 2010 e junho de 2014.

No ano passado, as multinacionais do setor foram as que mais mandaram dinheiro para fora do país – 13,8% do total de remessas de lucros e dividendos.

"A cada 25 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil." – Claudia Durans, candidata a vice-presidente pelo PSTU, em 13/09

De acordo com os dados do relatório Mapa da Violência 2014: Os Jovens Do Brasil, 23.160 jovens negros foram assassinados em 2012 (últimos dados disponíveis).

Ou seja, cerca de 63 jovens negros morreram

assassinados por dia naquele ano – um a cada 25 minutos, conforme a afirmação da candidata a vice-presidente pelo PSTU, Cláudia Durans. E o pior, as taxas de homicídios de jovens negros vêm aumentando consideravelmente: de 2002 a 2012, cresceu 32,3%. No mesmo período, a taxa de homicídios de jovens brancos caiu 28,6% (acesse o Mapa da Violência 2014).

O relatório também apresenta o índice de vitimização negra, que é feito a partir da comparação das taxas de homicídio da população negra e branca de todas as idades. "Em 2002, o índice de vitimização negra foi de 73: morreram proporcionalmente 73% mais negros que brancos. Em 2012, esse índice sobe para 146,5. A vitimização negra, no período de 2002 a 2012, cresceu significativamente: 100,7%, mais que duplicou", afirma o relatório.

Entre os jovens, o cenário é ainda pior. Em 2002, o índice de vitimização negra na população jovem era de 79,9. Em 2012, o índice saltou para 168,6 – aumento de 111% nesses dez anos. "Para cada jovem branco que morre assassinado, morrem 2,7 jovens negros", conclui o Mapa da Violência.

A violência que vitima a juventude negra é, também para a Organização das Nações Unidas, uma das faces mais perversas do racismo brasileiro. A ONU divulgou ontem o relatório escrito pelo seu Grupo de Trabalho sobre Afrodescendentes, que visitou o Brasil em dezembro do ano passado para avaliar a situação da população negra no país (em inglês).

A conclusão é que a vitimização negra é apenas um aspecto do “racismo institucionalizado” brasileiro, como define a própria ONU. Por exemplo: apesar da população negra ser mais da metade do total, a sua participação econômica equivale a apenas 20% do PIB. O desemprego também é, segundo a ONU, 50% maior entre os negros em comparação aos brancos. A expectativa de vida dos negros é de seis anos a menos que a dos brancos. 52% dos negros não tem acesso a saneamento básico adequado (a proporção entre os brancos é de 28%). Mais de um quarto da população negra não tem acesso a água encanada, enquanto entre brancos a proporção é de 8%. Sobre a questão da segurança pública, a ONU afirma que a polícia brasileira atua “baseada na cor da pele dos cidadãos” e que “o racismo institucional, a discriminação e a cultura de violência levam a práticas de tortura, chantagem, extorsão e humilhação, em especial contra afro-brasileiros”.

A ONU avalia que houve avanços institucionais e na legislação, mas o combate ao racismo é dificultado pelo “mito da democracia racial”. “Isso é frequentemente usado por políticos conservadores para deslegitimar as ações afirmativas e as leis e políticas direcionadas a esta questão”, analisa o relatório.

Principais promessas do Zé

- Proibir remessas de lucros para o exterior.
- Reduzir a jornada de trabalho.
- Estatizar empresas que fecharem ou demitirem trabalhadores.
- Proibir o financiamento das campanhas por empresas.
- Confiscar os bens de corruptos e corruptores.
- Desmilitarizar a PM.
- Acabar com as UPPs.
- Recompor o valor das aposentadorias e pensões, assegurando um reajuste igual ao do salário mínimo para todos os aposentados.
- Acabar com o fator previdenciário.
- Criminalizar a homofobia, a transfobia e a lesbofobia.
- Garantir a aplicação da Lei Maria da Penha.
- Os deputados do PSTU vão receber os mesmos salários que recebiam antes de eleitos e defendeu que salário de deputado não pode ser maior do que o de um operário ou professor.